

FABIO LÚCIO MELLO TOBIAS

O OLHO QUE TUDO VÊ:

A Vigilância dos Estados Unidos sobre o Brasil 1946-1964.

MESTRADO EM HISTÓRIA

São Paulo

2008

FABIO LÚCIO MELLO TOBIAS

O OLHO QUE TUDO VÊ:

A Vigilância dos Estados Unidos sobre o Brasil 1946-1964.

Dissertação apresentada à
banca examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para a
obtenção do título de MESTRE em
História sob a orientação do Prof.(o)
Doutor Antônio Pedro Tota

São Paulo

2008

BANCA EXAMINADORA

“Mas a não ser em tempo de guerra, os serviços secretos, em sua maior parte, concentram-se na coleta e análise de informações. A grande inovação da CIA tem sido em concentrar-se, em tempo de paz, em covert action; no uso de meios clandestinos para alterar políticos ou mudar regimes em outros países. Ao invés de contentar-se com a descoberta do que acontece, a CIA supera outras agências congêneres ao tentar produzir novos fatos.

Arthur M. Schlesinger Jr.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é demonstrar a observação e vigilância dos Estados Unidos sobre a política brasileira por intermédio da CIA entre 1947 a 1964. Para isso, com base nos estudos sobre o assunto e com acesso a documentos do período desclassificados como secretos e liberados pelo governo norte-americano buscamos também demonstrar que o alinhamento do Brasil a Política Externa norte-americana era vital para os interesses da potência hegemônica no continente durante o início da Guerra-Fria.

Palavras-chave: Guerra-Fria, Central Intelligence Agency, Estados Unidos, Política-Externa, Vigilância e Observação.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to demonstrate the observation and surveillance of the United States over the Brazilian politics by the CIA from 1947 to 1964. Therefore, based on studies about the subject and with access to declassified documents of the period as secret and released by the U.S. government sought also show that the alignment of Brazil Foreign Policy United States was vital to the interests of the hegemonic power in the continent during the early-Cold War.

Keywords:-Cold War, Central Intelligence Agency, the United States, foreign-policy, Monitoring and Observation.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	08
AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 A Vigilância e Observação Consentida (1946-1951)	20
1.1 Os Estados Unidos e o Governo Dutra	29
CAPÍTULO 2 A vigilância e Observação Tolerada (1951-1961)	36
2.1 O Governo Juscelino Kubitschek	44
CAPÍTULO 3 A Vigilância e Observação Armada (1961-1964)	49
3.1 A Política Externa dos Governos Jânio Quadros e João Goulart	52
3.2 1964 – A Operação Brother Sam	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
BIBLIOGRAFIA	85
ANEXOS	91

ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CACEX	Carteira de Comércio Exterior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIA	Central Intelligence Agency
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
COGEAE	Coordenadoria Geral de Especialização Aperfeiçoamento e Extensão
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea
DHBB	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC	Instituto Brasileiro do Café
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JFKL	John Fitzgerald Kennedy Library
JK	Juscelino Kubitschek
LBJL	Lyndon Baines Johnson Library
NARA	National Archives and Records Administration
NSC	National Security Council

OEA	Organização dos Estados Americanos
OCIAA	Office of the Coordinator of Inter-American Affairs
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OSS	Office of Strategic Services
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN	União Democrática Nacional
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
USAID	United States Agency for International Development
USIS	United States Information Service

AGRADECIMENTOS

Palavras....dizem que elas são importantes. Às vezes tenho minhas dúvidas.

Muitos de nós as usamos levemente. Não dizemos nada de importante e desperdiçamos o que talvez seja o nosso maior dom. Eu imagino as palavras como coisas vivas. Partes de mim que eu partilhei com o universo...

Hoje eu sei que jamais desperdiçaria minhas preciosas palavras, partículas da minha alma com algo que não fosse importante.

No decorrer deste processo de palavras eu perdi um filho e alguns amigos, enfrentei o medo, e contei com a ajuda de muitos. A começar por Deus e pelos meus pais, Sérvulo e Vilma, que fizeram o possível e o impossível para que eu chegasse até aqui. Contei também com minha companheira Denise, que sofreu junto comigo (talvez mais) e a Gabriela, minha filha e professora que estiveram sempre presentes. A Minha irmã, tios e primos que souberam me dar força quando eu precisei, a eles minha eterna gratidão. E ao Professor Tota, que de orientador passou a ser amigo, e bem, a este eu não tenho palavras para agradecer. Definitivamente, sem ele não seria possível a realização deste trabalho. Enfim, gostaria de agradecer também ao incentivo da Secretária da Educação do Estado de São Paulo e aos meus companheiros de trabalho na E.E. Prof. João Carlos Gomes Cardim, bem como a meus alunos, que nunca me deixaram cair. E ao companheiro Yoshio, que me prestou socorro, quando precisei.

INTRODUÇÃO

“Direi, pois: Conhece-te a ti e ao teu inimigo e, em cem batalhas que sejam, nunca correrás perigo. Quando te conheces, mas desconheces o teu inimigo, as tuas hipóteses de ganhar ou perder são iguais. Porém se te desconheces e ao teu inimigo também, é certo que, em qualquer batalha, correrás perigo”.

Sun Tzu – A Arte da
Guerra

Este trabalho nasceu da preocupação de analisar mais profundamente o processo de observação e vigilância dos Estados Unidos em relação ao Brasil no período compreendido entre 1945 a 1964. Período que coincide com a criação da CIA – Central Intelligence Agency, organização criada com o objetivo de exercer uma maior vigilância sobre toda e qualquer atividade estrangeira, que pudesse colocar em risco os interesses dos Estados Unidos nas mais diversas áreas. Entretanto, antes de entrarmos nesta pesquisa, julgamos necessário resgatar alguns princípios que historicamente estão ligados aos fundamentos da política externa norte-americana. Estes princípios remontam ao período de surgimento do “Destino Manifesto”, citado muito por pesquisadores, que procuram analisar a história dos Estados Unidos antes da guerra civil, entre 1861 e 1865. Esta doutrina, desde que se difundiu entre os estadunidenses, a partir de meados do século XIX, agiu como um poderoso elemento mobilizador da energia dos seus indivíduos e do país para a conquista de novos territórios ao Oeste e ao Sul do continente americano e expressava um dogma de autoconfiança e ambição suprema com a idéia de que a incorporação aos Estados Unidos de todas as regiões adjacentes, mesmo que estivessem bem afastadas de Washington, constituía, enfim, a realização virtualmente inevitável de uma missão moral assinalada à nação pela própria providência divina.

A frase “Destino Manifesto” parece ter sido citada pela primeira vez pelo jornalista de Nova York, John L. O’Sullivan, no periódico *The United States Democratic Review* em 1839, em um artigo intitulado "The Great Nation of Futurity", no qual refletia sobre as qualidades da nação estadunidense criada com base em uma Constituição que valorizava a igualdade entre os seus cidadãos e, portanto, poderia ser considerada como algo novo na história da humanidade. Uma nação destinada a ter um grande futuro, diferente das monarquias e aristocracias conhecidas na antiguidade que infligiam a crueldade e a opressão para com as suas massas. O’Sullivan acreditava que tal nação só poderia estar por seu mérito junto com a providência divina e, por isso, caberia a ela estabelecer as bases de uma nova política que deveria se espalhar por toda a humanidade a partir do hemisfério.¹ Contudo, segundo um artigo publicado em julho de 1927, no periódico *The American Historical Review* por Julius W. Pratt, a frase teria sido mencionada pela primeira vez no meio político, na reunião do Congresso que se realizou em três de Janeiro de 1846, em um discurso proferido pelo representante de Massachusetts, Robert C. Winthrop, como uma forma de protesto contra uma resolução que determinava o fim da ocupação da região do Oregon e ao mesmo tempo justificando o direito dos Estados Unidos à expansão do seu território. Em seu discurso, Winthrop defendia a tese de O’Sullivan, de que era dever da nação, por conta do seu “Destino Manifesto”, de se espalhar por todo o continente². Logo após a questão do Oregon ter sido resolvida, os Estados Unidos se engajaram na guerra de expansão contra o México.

O “Destino Manifesto” veio complementar a “Doutrina Monroe”, pronunciada em 1823 pelo Presidente James Monroe e que fixava duas diretrizes que viriam a ser parte da sua política externa: 1ª - Os Estados

¹ "The Great Nation of Futurity," *The United States Democratic Review*, Volume 6, Issue 23, pp. 426-430. O artigo completo se encontra na Cornell University. <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/osulliva.htm>

² "The Origin of "Manifest Destiny," Julius W. Pratt - *The American Historical Review*, Vol. 32, No. 4 (Jul., 1927), pp. 795-798 doi:10.2307/1837859.

Unidos não permitiriam a recolonização das Américas pelas potências européias; 2ª - Os Estados Unidos defenderiam o direito a autodeterminação dos povos da América. Neste momento histórico, ainda era impossível para os Estados Unidos implementar na prática a “Doutrina Monroe”, mas a intenção era clara e haveria de se concretizar no seu devido tempo.

Com a vitória dos Estados Unidos na guerra Hispano-Americana em 1898, o governo norte-americano garantiu o controle do Caribe e da América Central. Posteriormente, durante o governo de Theodore Roosevelt a partir de 1901, o país instalou um rígido controle financeiro-político sobre a região, intervindo ainda militarmente no México, Nicarágua e em outros países ensinando-os a eleger os “homens certos”, ou seja, líderes alinhados politicamente a Washington. Era enfim o início da implementação na prática da “Doutrina Monroe”: A América Para os Americanos.

De fato, até a primeira metade do século XX, os Estados Unidos garantiram sua hegemonia sobre todas as nações das Américas. Todavia, com a nova configuração geopolítica do planeta, estruturada após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a nação hegemônica do continente sentiu a necessidade de reformular sua política externa para fazer frente a uma possível expansão do socialismo no mundo. Mas, não bastava só reformular a política externa, era preciso protegê-la e ao mesmo tempo transformá-la num instrumento de poder e influência política a favor dos interesses dos Estados Unidos em qualquer lugar do mundo. Para atingir estas metas em sua política externa, os Estados Unidos precisariam transformar o OSS – Office of Strategic Services – Órgão criado em 1942, encarregado de lidar com o trabalho de inteligência durante a Segunda Guerra Mundial na luta contra os nazistas, em uma Agência mais dinâmica e com um alcance global.

No primeiro capítulo, buscaremos analisar o processo de observação da CIA, - Central Intelligence Agency, sobre o Brasil durante o governo Dutra (1946 – 1951). De caráter desenvolvimentista, o Presidente Eurico Gaspar Dutra reunia sugestões de vários Ministérios e dava prioridade a quatro áreas: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. Seu governo foi marcado por uma extrema afinidade aos interesses da política externa norte-americana. Portanto neste sentido, a CIA praticamente não encontrou obstáculos e o seu papel se limitou a observação e análise do cenário político brasileiro. Desde que o OSS – Office of Strategic Services –, foi criado em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, pelo general norte-americano Willian J. “Wild Bill” Donovan (1883-1959), sabe-se que espiões norte-americanos atuam no Brasil. Entretanto, estas ações em solo nacional sempre foram oficialmente negadas, tanto pelos governos norte-americanos, quanto por governos brasileiros. Neste capítulo buscaremos também relacionar o contexto político mundial, marcado pela bipolaridade do poder entre as duas grandes potências que se sobressaíram durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados e a União Soviética.

No segundo capítulo, vamos verificar que existe uma mudança na posição de conforto em que se encontravam as operações de observação da CIA sobre o cenário político brasileiro. Vargas, diferente de Dutra, tinha uma posição muito mais reservada em relação aos Estados Unidos e seus interesses. Entre 1951 a 1954, período do segundo governo Vargas, o panorama político mundial se encontrava um tanto quanto conturbado. Winston Churchill foi reeleito Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, os Estados Unidos anunciaram ter desenvolvido a bomba de Hidrogênio dando início a um novo patamar na corrida armamentista. No Brasil, foram criados a Petrobrás, o BNDES, o IBC (Instituto Brasileiro do Café), o seguro agrário, o Banco do Nordeste, a CACEX (carteira de comércio exterior) do Banco do Brasil e a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso.

Para a CIA, o governo Vargas embora mantivesse relações amistosas com os Estados Unidos, era um incômodo do ponto de vista estratégico, pois, seguia uma linha que ambicionava obter uma maior independência política e econômica em relação aos Estados Unidos. Havia neste governo a idéia de expandir a base industrial do país, diversificar o comércio exterior e criar uma política externa independente, o que poderia vir a ser um fator de crescimento da economia externa do Brasil e uma preocupação para os Estados Unidos. O governo de Juscelino também manteve praticamente a mesma linha na política externa, porém, é necessário salientar que a iniciativa da OPA – Operação Pan-Americana, embora tenha sido recebida com frieza pelo governo norte-americano, ela conseguiu chamar a atenção para o estado deteriorado em que se encontrava as relações dos Estados Unidos para com os países da América-Latina. Neste período, é interessante observar o aumento das atividades da agência na América Latina, que passaram da observação para a intervenção. Podemos citar, como exemplo, os casos da deposição do governo da Guatemala, em 1954 e da tentativa de invasão a Cuba, em 1961, onde a participação da CIA foi ativa no sentido de fornecer apoio logístico, treinamento e fornecimento de armas a grupos simpáticos à linha adotada pela política externa dos Estados Unidos.

A idéia do terceiro capítulo começou a ser desenvolvida a partir das discussões que tivemos durante a minha passagem pelo lato-sensu em História, Sociedade e Cultura fornecido pelo COGEAE na PUC-SP. Constatamos que nos anos 60, em atividades que precederam o Golpe de Estado de 31 de Março de 1964, a CIA atuou largamente no Brasil e seguiu atuando ao longo do regime militar. Analisando a conjuntura politico-econômica do Brasil na época, observamos que o país estava prestes a passar por grandes mudanças sociais e, além disso, “o governo de João

Goulart quando caiu contava com 76% da opinião pública a seu favor. E um elevado índice de popularidade”.³

Entre 1955 e 1959 com a construção de hidrelétricas, a instalação da indústria automobilística e a criação de Brasília, todos estes fatores em conjunto, estimularam o surgimento de grandes concentrações de trabalhadores urbanos que se organizaram em sindicatos para exigir os seus direitos. O avanço das lutas trabalhistas e o prestígio de líderes como Luis Carlos Prestes, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, assustaram os setores mais conservadores da classe média e da Igreja Católica. Em 19 de março de 1964 houve a “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo, que reuniu cerca de trezentas mil pessoas protestando contra o governo Goulart. Outras marchas foram realizadas após golpe e ficaram conhecidas como marchas da vitória, como a que ocorreu no Rio de Janeiro.

Políticos influentes, grupos de direita, setores da igreja e donas-de-casa organizaram passeatas em defesa da religião, da família e da liberdade, com o objetivo de defender instituições e valores que julgavam ameaçados pelo avanço comunista. A sociedade brasileira parecia marchar para uma crise de graves proporções, mas a nação hegemônica do continente estava atenta⁴. Segundo o documento *Situation and Prospects in Brazil*, elaborado pela CIA em 02.07.1963, o governo brasileiro sob o regime Goulart possuía uma tendência oportunista de caráter populista e de esquerda além de simpática ao comunismo, seguindo a mesma linha política de Vargas e Peron. O documento em questão avaliava ainda o possível sucesso de um golpe de Estado por parte dos militares, uma vez que, alguns deles poderiam não apoiar uma ação inconstitucional, levando o movimento ao fracasso, o que provavelmente poderia vir a desequilibrar as relações de poder no continente.

³ BANDEIRA, Moniz, *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina (1930-1992)*, Ensaio, SP. 1995, p.213.

⁴ Central Intelligence Agency, NII 93-263: “*Situation and Prospects in Brazil*”, 02.07.1963, LBJL.

Washington preocupado com o panorama político do continente americano deu ênfase a observação da região por meio da CIA. Tal preocupação fundamentou-se no equilíbrio precário de forças entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, que poderia ser alterado caso houvesse uma mudança radical para a esquerda na política do maior e mais importante país da América Latina. Neste contexto, a política externa dos Estados Unidos estava totalmente direcionada para a questão da Guerra-Fria e uma possível expansão do comunismo no continente, que poderia ocorrer a partir de Cuba, cujo êxito na revolução afetou as relações de poder entre os Estados Unidos e os demais países do continente que perceberam que a hegemonia norte-americana poderia ser contestada. Esta preocupação também levaria o Governo Norte Americano a movimentar o seu serviço de inteligência, a CIA, para monitorar o Brasil, pois, para os Estados Unidos seria fundamental manter o país como um aliado estratégico. É óbvio que esta atenção não seria dada somente ao Brasil, uma vez que, outros países do continente também poderiam se alinhar à esquerda, como fizera, por exemplo, Cuba e Guatemala embora neste último a revolução tenha sido contida. O envolvimento da CIA em questões políticas na América Latina, ainda continuaria a ser parte fundamental da política externa norte-americana para com o continente com conseqüências graves como no caso do Chile, por exemplo. Embora não seja objeto de nossa pesquisa, julgamos necessário salientar que o movimento que derrubou o presidente socialista Salvador Allende, eleito democraticamente em 1970, teve uma estreita colaboração da CIA.

Após a eleição, Salvador Allende iniciou uma política de mudanças nas estruturas do país, colocando em prática uma política mais voltada para o lado social, levando o Estado a inclusive intervir na economia através da nacionalização de diversas empresas norte-americanas. Como conseqüência Allende passou a sofrer uma campanha de desestabilização estimulada por Washington, que resultou em um Golpe de Estado realizado pelos militares

em 11 de setembro de 1973 no qual o presidente fora morto. Um novo governo servil aos interesses de Washington liderado pelo General Augusto Pinochet foi instalado no país na forma de uma violenta ditadura caracterizada por uma grande repressão a toda e qualquer forma de oposição ao governo.

O caso do Chile é emblemático, por não dizer um paradoxo, pois coloca em xeque o conceito de democracia e deixa claro que para os Estados Unidos nada está acima dos seus interesses políticos econômicos e militares, nem mesmo a democracia que este país tanto valoriza e defende. Portanto, o que é importante enfatizar neste sentido é a disposição do governo norte americano em agir, por meio da agência, utilizando-a como um instrumento mais eficaz de sua política externa com o objetivo de desestabilizar ou até mesmo retirar do poder governantes latino-americanos ou de qualquer outro lugar do mundo que não rezassem pela cartilha de Washington. Isto significava dar apoio incondicional à política externa norte-americana se posicionando contra a União Soviética, de preferência em todas as questões que poderiam ser relacionadas à Guerra-Fria. Neste sentido, a agência seria, portanto secretamente o braço armado da diplomacia norte-americana para “influenciar” uma posição positiva dos países do continente aos interesses dos Estados Unidos. Preservar estes interesses no Brasil seria de importância fundamentalmente estratégica para Washington manter a hegemonia na região latino-americana.

Portanto, citando apenas estes exemplos, nós podemos levantar algumas questões de fundamental importância para esta pesquisa.

Em primeiro lugar, se os Estados Unidos, através dos seus órgãos de inteligência julgaram importante intervir em pequenos países da América Latina, durante o período da Guerra Fria, promovendo e apoiando golpes de Estado; não fariam eles um esforço maior com relação ao maior e mais

importante país do continente americano ao Sul do Equador? E em segundo lugar, cabe ainda questionar: Até que ponto o plano de intervenção militar norte-americana no Brasil, como forma de apoio ao golpe de Estado de 1964, conhecido como “Operação Brother Sam”, ficou apenas no papel como insistem alguns autores?

Sabemos que quando se trata de segurança nacional e interesses próprios, o discurso intervencionista do governo dos Estados Unidos é prontamente colocado em prática, não como um simples instrumento de hegemonia sobre nações limítrofes, mas sim como uma doutrina capaz de mobilizar corações e mentes.

Capítulo 1.

A Vigilância e Observação Consentida (1946-1951)

Em 1947, durante a administração Truman através do National Security Act foram criados simultaneamente o NSC – National Security Council – e a CIA para continuar, de uma forma mais eficiente, o trabalho da OSS, que foi desmobilizada com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945. Diante da nova configuração do poder no contexto das relações internacionais em um mundo pós-guerra no qual as relações entre as nações hegemônicas se dariam também no campo das ideologias ultrapassando a esfera do conflito direto, esta agência recém criada assumiria um novo papel distinto da simples coleta de informações.

Com a função de atuar no exterior também em tempos de paz, o seu serviço ultrapassaria a esfera da análise de informações e se entenderia caso julgasse necessário a tomar medidas mais ativas para garantir que os

interesses da nação norte-americana e sua política externa não fossem ameaçados. Segundo Schlesinger:

“Mas a não ser em tempo de guerra, os serviços secretos, em sua maior parte, concentram-se na coleta e análise de informações. A grande inovação da CIA tem sido em concentrar-se, em tempo de paz, em covert action; no uso de meios clandestinos para alterar políticos ou mudar regimes em outros países. Ao invés de contentar-se com a descoberta do que acontece, a CIA supera outras agências congêneres ao tentar produzir novos fatos”.⁵

Para os países da América Latina, durante o século XX, a política externa dos Estados Unidos fora fulminante, assumindo um caráter extremamente intervencionista por meio de espionagem e ações secretas, principalmente durante o período conhecido como Guerra-Fria (1945-1991).

No Brasil, os interesses norte-americanos sempre estiveram presentes e se tornaram ainda mais importantes no decorrer da II Guerra Mundial. Fato este que exigiria do nosso país um posicionamento político frente às mudanças na correlação de forças que viriam certamente a ocorrer com o fim do conflito global. Como potência hegemônica da região, os Estados Unidos ansiavam para ter o Brasil como aliado político e militar no continente já que pretendiam instalar bases militares na Região Nordeste com o objetivo principal de garantir a defesa do continente contra uma possível invasão da Alemanha e de seus aliados. Por conta de sua localização geográfica, o Brasil assumia importância estratégica fundamental para a defesa do hemisfério sul

⁵ SCHLESINGER, Arthur M. *Os ciclos da História Americana*, Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1992. p93.

da América. Levando em consideração sua proximidade relativa com o noroeste da África, o litoral Nordeste poderia se converter na área mais favorável para uma eventual invasão da América do Sul, porém, ao mesmo tempo, representava um local ideal para a partida de aeronaves dos Estados Unidos que se dirigissem para a África e União Soviética, a partir de solo americano. A cidade de Natal apresentava, portanto, um grande interesse militar do ponto de vista geográfico, podendo servir de base de apoio à travessia de aviões do Atlântico Sul e, no caso de uma eventual tentativa de invasão do continente, num ponto estratégico para um possível ataque ao Canal do Panamá.

Por outro lado, a extensão territorial e as riquezas naturais do Brasil também conferiam ao país uma importância especial dentre todos os países da América Latina. Pela dimensão de seu território e por sua população, o Brasil apresentava condições de liderar os demais países da América do Sul. Essa possibilidade assumia ainda maior relevo diante da indisfarçável simpatia do governo argentino pelas forças do Eixo. Por necessidade, as relações do Brasil com os Estados Unidos começariam a mudar com relação à política externa de ambos, já que procuravam mutuamente defender os seus interesses.

No início da década de 1940, a política externa norte-americana procurava desenvolver um esforço diplomático para conseguir apoio dos latino-americanos junto aos aliados. O Presidente da Argentina, Ramos Castillo declarava que o seu país não romperia relações diplomáticas com a Alemanha ou qualquer país do Eixo e por esta razão não iria à guerra. Diante deste contexto, as relações com o Brasil ganhavam maior significação política para os Estados Unidos.

No Brasil os principais grupos políticos se dividiam em duas posições antagônicas: uma convencida de que a neutralidade no conflito que se acirrava na Europa era a melhor saída pra defender os interesses nacionais e outra francamente favorável ao alinhamento do Brasil com os aliados. Na verdade, o primeiro grupo acreditava ser possível uma vitória militar da Alemanha, e muitos de seus integrantes nutriam simpatias para com o regime fascista. A primeira corrente foi liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, que foi embaixador em Washington entre 1933 e 1937, e Ministro das Relações Exteriores em 1938. A segunda tinha à frente o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Góes Monteiro, que em 1939, fora enviado aos EUA em missão militar, que objetivava promover uma maior integração entre os dois países no momento em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial. Essa aproximação, realizada de maneira lenta, mas sistemática, resultou na declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo, em 1942, e no envio de tropas brasileiras à Itália, em julho de 1944. Do ponto de vista estratégico, o governo brasileiro esperava conquistar algum benefício dos Estados Unidos em participar da guerra como um aliado, já que o Conselho de Defesa dos Estados Unidos manifestava um claro interesse nos minerais estratégicos do Brasil, ao mesmo tempo em que objetivava evitar que o país fornecesse quaisquer minérios e materiais estratégicos aos países do Eixo. Com esse propósito eles assinaram em 1941 um contrato de aquisição de minerais estratégicos, tais como bauxita, berilo, manganês, ferro-níquel, titânio, zircônio, diamantes industriais, quartzo, além de borracha. Neste sentido o governo do Brasil, por sua vez, propunha aos americanos a troca desses minerais e borracha por créditos e assistência técnica para a aquisição de armamentos e para a implantação de projetos industriais.⁶

⁶ Telegrama do Presidente da República ao então embaixador do Brasil em Washington citado por SILVA, Hélio em 1942 – a guerra no continente, Rio de Janeiro, 1972, Editora Civilização Brasileira, p. 281.

Em favor da aliança com os Estados Unidos pesavam vários fatores econômicos. A Europa conflagrada diminuiria suas importações do Brasil, e ao país, produtor de café e de algumas poucas matérias-primas, restava o grande mercado norte-americano. Em novembro de 1940, 14 países produtores de café e os Estados Unidos assinaram um acordo segundo o qual os americanos se obrigaram a comprar 15,5 milhões de sacas, sendo 9,3 milhões das quais do Brasil.⁷

Pouco tempo depois do ataque a Pearl Harbor, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, a III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Janeiro de 1942. Durante todo o encontro, os Estados Unidos tentaram obter um documento de rompimento coletivo de relações diplomáticas dos países latino-americanos com o Eixo. Tal documento foi finalmente aprovado como uma resolução recomendando aos países participantes da conferência o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão.

Em janeiro de 1942, logo após o governo brasileiro ter rompido relações com o Eixo, Getúlio Vargas enviou aos Estados Unidos o Ministro da Fazenda Souza Costa para definir os acordos de compras de armas e de concessão de créditos e assistência técnica para a aquisição de tanques, navios anti-submarinos, aviões, armas e munição de todo o tipo, além de recursos e assistência técnica para implantação de indústrias estratégicas no Brasil, particularmente da indústria siderúrgica. Posteriormente foi incluída no acordo a FNM - Fábrica Nacional de Motores.

Os Estados Unidos por sua vez pressionavam o Brasil a permitir a instalação de bases militares americanas em Belém, Natal e Fernando de

⁷ *Ibid.*, p.367.

Noronha dada a sua importância estratégica em relação ao atlântico sul. Em troca destas facilidades militares e de apoio político o país buscou obter o máximo de concessões dos americanos. No dia 28 de fevereiro, no exato momento em que se concluíam os acordos econômicos da missão Souza Costa, o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Jefferson Caffery, endereçava uma carta a Vargas solicitando, em nome de Roosevelt, permissão para a instalação das bases militares.⁸

No dia 03 de março de 1942, Finalmente o Brasil e Estados Unidos assinavam o acordo de Empréstimo e Arrendamento, que fixava em 200 milhões de dólares as importações de armamentos pelo Brasil, com uma redução de 65% nos preços. Foram também assinados acordos sobre as exportações de ferro e borracha para os EUA, sendo que, no segundo caso, envolvendo toda a produção brasileira destinada à exportação em um período de cinco anos.

Outro importante documento firmado entre os dois países após o rompimento de relações do Brasil com o Eixo foi o Convênio Político e Militar, assinado em 23 de maio de 1942. Por esse acordo que estabelecia bases abrangentes para as relações entre os dois países no quadro de guerra, especialmente sobre o concurso de suas forças militares e econômicas para a defesa do continente,⁹ o governo estabelecia as condições de instalação e operação das bases militares norte-americanas no Brasil. O artigo VIII estabelecia como dever brasileiro promover "a mobilização de sua indústria bélica, inclusive construções navais e aeronáutica".¹⁰

Com o acordo, se estabelecia uma maior influência dos Estados Unidos sobre o Brasil, limitando as ambições alemãs e, ao mesmo tempo, o texto

⁸ SILVA, Hélio. 1942 – a guerra no continente. Obra citada p.292

⁹ Idem p.90.

¹⁰ Idem p.91.

respondia aos interesses do Brasil e ao empenho do governo Vargas de implantar a indústria de base e a indústria bélica no país. O artigo XIII obrigava os Estados Unidos a fornecer ao Brasil não somente material bélico, o que já fora previsto no acordo de empréstimo e arrendamento, mas também os materiais indispensáveis para o desenvolvimento de suas redes ferroviárias nas zonas possíveis de operação.

Terminado o primeiro governo Vargas, em 1945 o Brasil passa por um período “democrático”, em que a repressão paradoxalmente acaba se tornando uma condição durante o governo Dutra atingindo os mais diversos setores sociais. Este processo repressivo também não foi uma exclusividade do Brasil. Na América Latina a partir de 1947¹¹, o governo norte-americano observou e quando necessário interferiu, procurando sempre combater a influência comunista no continente dando suporte para a conquista do poder para diversos grupos antidemocráticos. Os EUA almejavam a eliminação da influência e onde possível colocar na ilegalidade os partidos comunistas, o controle do Estado sobre o movimento operário e a exclusão da União Soviética de qualquer influência no hemisfério¹².

No Brasil, o governo Dutra, simpático aos interesses norte-americanos colocou na ilegalidade, a partir de 07 de Maio de 1947 o Partido Comunista. No Chile, o mesmo ocorreu em abril e na Costa Rica, em julho de 1948. Os mandatos de parlamentares comunistas foram cassados no Chile, em 1947, e no Brasil em janeiro de 1948¹³. Nesse ano, totalizaram oito os países que

¹¹ SOVIET OBJECTIVES IN LATIN AMERICA (ore16). NARA; pound; nn3-263-92-005-24 aug-92. Pub date 04/10/1947.

¹² SMITH, Peter H. *Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 131.

¹³ Há uma vasta bibliografia referente às intervenções norte-americanas na América Latina durante o século XX, entre as quais podemos citar TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina*. Trajetória Cultural, Campinas, SP. 1989. VELIZ, Claudio (coord.). *América Latina, estruturas em crise*. IBRASA, São Paulo, 1970. FURTADO. Celso, *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968. Entre outros.

havam posto os comunistas na ilegalidade. Por volta de 1956, em 14 dos vinte países da região, os comunistas haviam sido excluídos do processo eleitoral, afastados do serviço público e a sua imprensa e propaganda haviam sido restringidas ou postas na ilegalidade¹⁴.

Por conta de um alinhamento quase que automático do governo Dutra com a política externa norte-americana e com o advento da Guerra-Fria, o Brasil e o Chile romperam relações diplomáticas com a União Soviética em 1947, a Colômbia fez o mesmo em 1948, Venezuela e Cuba em 1952 e Guatemala, em 1954, após o golpe militar organizado pelo governo dos Estados Unidos¹⁵.

Contudo, é necessário salientar que o alinhamento brasileiro e de outros países latino-americanos nem sempre se dava de maneira incondicional, pois, se de um lado, os EUA impunham a sua política externa ao Hemisfério Ocidental, as nações subalternas, muitas vezes, procuravam explorar a rivalidade entre Washington e Moscou, objetivando atender a certos interesses regionais ou nacionais.

Como exemplo podemos citar o posicionamento dos países latino-americanos na IV Conferência dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, ocorrida em Washington, em março de 1951, com o claro objetivo de angariar apoio substancial da América Latina para a intervenção norte-americana na Coreia (1950-1953). Na reunião, foram aprovados documentos que confirmavam o alinhamento dessas nações aos EUA, mas de caráter meramente formal. Esperando apoio para o envio de tropas à Coreia, o governo norte-americano se viu frustrado, uma vez que as

¹⁴ SMITH, Peter H. *Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations*. New York: Oxford University Press, 1996. p. 132.

¹⁵ *Ibid.*, pp. 131-139.

suas expectativas não foram atendidas, pois somente a Colômbia atendeu suas reivindicações.

Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, em discurso representando os seus colegas latino-americanos, afirmou o desejo de cooperação com os EUA na elaboração de um plano de emergência para a defesa do hemisfério, mas, ao mesmo tempo, realçou a expectativa de um plano de apoio ao desenvolvimento econômico da região, após a guerra. Destacou que com o término da II Guerra Mundial, as economias latino-americanas, que haviam sido redirecionadas para alimentar os esforços de guerra, estraram em profunda crise, sem que recebessem a atenção devida, uma vez que os EUA concentravam os seus esforços na reconstrução da Europa¹⁶. Porém, este fato não impediu que em 1952 fosse firmado o acordo de cooperação militar entre os dois países, sancionado pelo Congresso em março do ano seguinte.

A posição de não enviar tropas para a Coreia não era unanimidade nem no governo nem nas Forças Armadas. As divergências em relação a esse assunto ecoavam no Clube Militar. A direção do Clube, empossada em junho de 1950, tendo o General Estillac Leal como presidente, possuía uma orientação nacionalista. Posteriormente, Estillac afastou-se da diretoria para assumir o Ministério da Guerra. A publicação na Revista do Clube Militar de artigos contra a participação do Brasil nessa guerra e em defesa do monopólio do petróleo acirrou os debates sobre o tema na corporação. Além disso, os nacionalistas começavam a perder força tanto no exército quanto no primeiro escalão do governo.

¹⁶ CPDOC-FGV, AHI- Pasta 75/5/16. Ministro João Neves da Fontoura. Abertura da IV Conferência de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos. Veja também na mesma pasta, a declaração do representante do Brasil na Comissão econômica da IV Conferência de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, Dr. Clementino de Santiago Dantas, em 03/04/1951.

1.1 Os Estados Unidos e o Governo Dutra.

Os principais atores do novo mundo geopolítico surgido após o término da II Guerra Mundial - Estados Unidos e a União Soviética – decidiriam os destinos de grande parte da humanidade de acordo com os seus interesses políticos, ideológicos e econômicos.

Com a ascensão do presidente Harry S. Truman ao governo após a morte do presidente Roosevelt, em abril de 1945, os Estados Unidos começaram a se preocupar mais com os rumos dos acontecimentos na Europa.

A morte do presidente Roosevelt coincidiu com o fim dos conflitos armados na Europa, mas outros, agora de natureza política, ainda estavam por vir. Com a Conferência de Postdam realizada em julho de 1945, o acirramento das disputas político-ideológicas entre Estados- Unidos e União Soviética tomou contornos sinalizando o início de divergências explícitas entre os EUA e a URSS. A afirmação de ambos como as novas superpotências mundiais, - embora a União Soviética, devastada e sem a bomba atômica, tivesse apenas um poder defensivo naquele momento -, somados ao declínio da Europa e da sua influência no sistema de equilíbrio de poder, assinalava que uma nova ordem estava sendo formada, e esta seria caracterizada por uma política internacional bipolar que estava se formando. No decorrer das treze sessões plenárias da conferência de Postdam as características do mundo pós-guerra começaram a se delinear mais claramente. O que antes era visto como a união de três grandes líderes mundiais se transformava num conflito de interesses políticos e estratégicos entre os Estados Unidos e a União Soviética. A disputa por áreas de interesse se tornou mais intensa à medida que soviéticos e norte-americanos não chegaram a um acordo satisfatório sobre o futuro imediato da Alemanha.

Após a chegada do presidente Truman a Europa para a conferência de Postdam, no dia 16 de julho de 1945, era realizado, numa região isolada do deserto de Alamagordo, no Novo México – Estados Unidos – o primeiro teste nuclear da história. Com o êxito do projeto Manhattan coincidindo praticamente com o fim da guerra na Europa, os Estados Unidos optaram por bombardear as cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão em agosto do corrente ano com dois objetivos: encurtar a guerra no Pacífico em pelo menos seis meses e mostrar ao mundo e principalmente a Stalin o poderio bélico da nova arma norte-americana.

Deste momento em diante as relações diplomáticas entre as duas potências se deterioraram com mais rapidez e as disputas ideológicas entre o regime capitalista e socialista iriam se aprofundar arrastando para o conflito diversas nações que foram literalmente obrigadas a se posicionar a favor dos interesses dos Estados Unidos ou da União Soviética.

Na América Latina, as opções de política internacional foram fortemente condicionadas à realidade da Guerra-Fria. A identificação da região como área de influência norte-americana determinou seus vínculos externos nos campos, econômico, político e militar. Esta realidade teve um importante efeito sobre a política interna e externa do país, que apesar das limitações impostas pelo universo bipolar das relações internacionais o Brasil procurou associar o seu projeto de desenvolvimento econômico a políticas que buscavam uma maior autonomia nas relações comerciais com outros países. Este empenho se manifestou com uma ênfase nacionalista durante o governo de Getúlio Vargas, no apelo ao desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek e no sentido inovador da política externa independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart.

Eleito pelo PSD, Eurico Gaspar Dutra iniciou seu governo em janeiro de 1946, sendo responsável pela normalização institucional do Brasil. Seu primeiro chanceler, João Neves da Fontoura, procurou imprimir continuidade à política externa desenvolvida durante a Segunda Guerra ainda no final da Era Vargas. Seu principal interesse do novo governo brasileiro era o de que as relações com os Estados Unidos seguissem o mesmo padrão de entendimento alcançado durante a Segunda Guerra, período no qual Vargas conseguiu algumas vantagens para o país. Foi neste quadro que Washington pode contar com o pleno apoio brasileiro na montagem do Sistema Interamericano que se apoiasse interesses ideológicos e políticos da nação hegemônica do continente.

Neste novo contexto pós-guerra a idéia de cooperação militar entre os dois países ganhou novos contornos. Além da expansão de canais bilaterais houve um significativo aumento da influência norte-americana nos trabalhos de treinamento e formação das Forças Armadas Brasileiras. Esta aproximação se articulou ao processo de reestruturação conduzido pelo Ministro da Guerra, o general Góes Monteiro.

Podemos observar os exemplos mais notáveis desta influência na instituição, em 1946, do Estado Maior Conjunto e da criação da Escola Superior de Guerra, nos moldes do National War College de Washington. Em termos doutrinários buscou-se uma ligação entre os princípios de segurança hemisférica e os da segurança nacional. Também foram ampliadas as atividades da Comissão Militar Conjunta Brasil-Estados Unidos. Em 1949 foi inaugurada a Escola das Américas em Fort Gulick, na zona do canal do Panamá para ministrar cursos exclusivamente em Espanhol e Português. Os Estados Unidos estavam criando, com a ajuda de seus pares latino-americanos uma estrutura que permitira a efetivação da “Doutrina de Contenção” de George Kennan, um alto funcionário do Governo Norte-Americano. Segundo as idéias de Kennan, a União Soviética teria uma

tendência a expandir sua influência pelos países ao redor do globo. Entretanto, nem todas as partes do mundo estariam vulneráveis a golpes comunistas, ou por não haver interesse estratégico por parte dos soviéticos ou pelo país ter uma sólida democracia. Portanto, os Estados Unidos deveriam ser seletivos e acabar concentrando as suas atenções nas nações que apresentassem condições estratégicas, tais como um grande potencial industrial e matérias-primas de valor para os interesses norte-americanos. Ainda de acordo com as idéias de Kennan, recursos psicológicos e políticos poderiam ser empregados com prioridade sobre os recursos militares pelos soviéticos para disseminar o comunismo, principalmente em países que apresentassem uma grande desigualdade social. Portanto, Washington deveria promover a criação de um programa de contenção que criasse condições internas de segurança aos países vulneráveis¹⁷ aos ideais e ações comunistas. Podemos dizer ainda que esta política foi ampliada no segundo mandato de Henry Truman, pois a doutrina de Contenção de Reserva Estratégica aliada ao Programa Ponto IV, que posteriormente daria origem a USAID – United States Agency for International Development – criaria uma estrutura que viabilizaria a implementação das idéias de Kennan para a América Latina de uma forma otimizada por meio de uma enérgica política de enfrentamento, de jogo duro. Esta política ainda contribuiu para que os Estados Unidos reativasse a sua indústria bélica para atender às necessidades de demanda da corrida armamentista durante a Guerra-Fria. Portanto, durante a administração Dutra, o governo norte-americano já possuía uma estrutura grande o suficiente para assegurar que uma ideologia de segurança para a América Latina simpática a Washington fosse totalmente colocada em prática, e o principal órgão do governo dos Estados Unidos responsável por garantir o sucesso desta ideologia seria a CIA.

¹⁷ HUGGINS, Marta K. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo, Cortez, 1998, pp. 81-82

No Brasil, o trabalho da CIA e da embaixada americana no país seria o de garantir uma coleta de informações sobre as posições políticas que o país poderia seguir em um mundo pós-Segunda Guerra e de uma certa forma, complementar com estas atividades o trabalho da OCIAA - Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, que nos anos 40 foi responsável por traçar uma bem sucedida campanha de penetração cultural no Brasil como o objetivo de ajustar o modelo americano (American Way of Life) ao modo de vida brasileiro conquistando corações e mentes. Essa iniciativa diferia dos programas de colaboração já em funcionamento por estar diretamente vinculada ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos.

Sob a chefia de Nelson Rockefeller, o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, tinha como estratégia promover a cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica, enfrentar o desafio do Eixo e consolidar-se como grande potência. A campanha teve início com a propagação dos "valores pan-americanos" durante as conferências interamericanas.

Para alcançar seus objetivos, o OCIAA contava com as divisões de comunicações, relações culturais, saúde e comercial/financeira. Cada uma dessas divisões subdividia-se em seções: rádio, cinema, imprensa; arte, música, literatura; problemas sanitários; exportação, transporte e finanças. Durante todo o seu tempo de vida, o OCIAA contou com ativa colaboração do DIP, quer na condução de projetos conjuntos, quer como órgão de apoio a sua ação no Brasil. É particularmente interessante notar que, "neste curto período, os empréstimos do Eximbank para os países latino-americanos saltaram de 200 milhões de dólares para mais de 700 milhões".¹⁸

¹⁸ TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor. A americanização do Brasil na época da segunda guerra*. Companhia das Letras, SP. 2000. p53.

Diferente da OCIAA que se empenhava em difundir a ideologia do American Way of Life na América Latina através da questão cultural e dos assuntos econômicos, as atividades da CIA no governo Dutra foram concentradas principalmente na observação do panorama político do hemisfério, com especial atenção para o Brasil. Parte das ações da CIA na América Latina que eram relativas à vigilância e observação estão contidas na *National Intelligence Estimate*, uma publicação interna que reunia informações coletadas pela própria CIA e pelas organizações de inteligência do Exército, Marinha e Força Aérea e a Junta do Estado Maior, além de memorandos, relatórios e telegramas. Após a Segunda Guerra Mundial uma das ocupações da CIA era a de observar, entre outras coisas, os objetivos soviéticos na América Latina, pois o Governo Soviético antecipava o conflito com o mundo capitalista¹⁹. Neste mesmo documento, a CIA considerava que os objetivos soviéticos na América Latina diferiam profundamente do padrão dos interesses soviéticos em outras áreas por causa de algumas peculiaridades do continente, e entre estas a agência cita quatro²⁰ objetivos a serem observados. Os mais importantes segundo o ponto de vista da CIA estariam relacionados à proximidade da área de abrangência do poder naval e aéreo dos Estados Unidos e sua incapacidade de promover um bloqueio naval a América Latina caso os soviéticos e seus aliados resolvessem usar as Repúblicas latino-americanas como uma fonte de suplementos no caso de uma futura guerra. A expansão da União Soviética pós-segunda guerra também consistia uma preocupação para o pacto de defesa do hemisfério. Neste sentido o TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – assume uma extrema importância, pois teria como objetivo principal criar um vínculo entre 21 Repúblicas Latino-Americanas com os Estados Unidos. Criado em 1947 por ocasião da conferência do Rio de Janeiro e por ações que foram determinadas ainda na conferência do México, realizada entre

¹⁹ SOVIET OBJECTIVES IN LATIN AMERICA (ORE16) – CIA 04/10/1947 - NARA; pound; nn3-263-92-005, 24-aug-92

²⁰ SOVIET OBJECTIVES IN LATIN AMERICA (ORE16) – CIA 04/10/1947 - NARA; pound; nn3-263-92-005, 24-aug-92. p1.

fevereiro e março de 1945, o TIAR em resumo previa que um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado Americano seria considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos. Podemos dizer também que este tratado tinha por objetivo disponibilizar uma ampla gama de recursos humanos e materiais uniformizando uma futura linha de defesa contra os objetivos soviéticos na América Latina. Neste sentido, caberia, à CIA a responsabilidade de observar o desenvolvimento das atividades do Partido Comunista e suas relações com a União Soviética²¹. Estas preocupações também passavam pelas atividades da Inteligência Soviética bem com a presença da propaganda comunista em rádios e outros meios de comunicação mostrando o modelo soviético como o mais viável para o desenvolvimento da região. Diante deste contexto os Estados Unidos começaram a criar uma infra-estrutura de treinamento militar para todo o continente que atuavam em conjunto com a Escola das Américas. Outras instituições militares norte-americanas como Fort Sherman e a base aérea de Albrook, também no Panamá e o Fort Leavenworth, no Kansas, foram responsáveis por estes treinamentos de corpos, mentes e corações de acordo com os ideais dos Estados Unidos. Assim sendo, podemos concluir que durante o governo Dutra os serviços de inteligência norte-americanos não encontraram grandes dificuldades em vigiar e observar o cenário político do país se utilizando inclusive das atividades da USAID através de um de seus organismos internos que ficou conhecido como Office of Public Safety(OPS).

²¹ SOVIET OBJECTIVES IN LATIN AMERICA (ORE16) – CIA 04/10/1947 - NARA; pound; nn3-263-92-005, 24-aug-92.p4.

Capítulo 2

A Vigilância e Observação Tolerada (1951-1961)

Entre 1951 e 1961, as ações da CIA na América Latina tornam-se mais intensas e o trabalho da agência assume de fato, uma das suas características mais marcantes, a intervenção direta ou por meio de *cover actions* em governos, cuja política não correspondesse aos interesses estratégicos da Política Externa dos Estados Unidos. Na Guatemala, por exemplo, a CIA ajudou a oposição a articular um golpe de Estado contra o governo em 1954, para depor o presidente Jacobo Arbenz, eleito em 1950 com uma plataforma reformista. Com base nesta plataforma, Arbenz promulgou em junho de 1952 um projeto de reforma agrária que incluía a expropriação de 90 mil hectares de terras não utilizadas pela United Fruits Co, a maior empresa norte-americana da região, quebrou o monopólio de alguns serviços urbanos e adotou uma Política Externa Independente. Estas medidas acabaram afetando os interesses desta empresa e também do Departamento de Estado, que via neste tipo de política um viés para o comunismo. A CIA participou da ação contra Arbenz armando, treinando e fornecendo uma logística para que agentes da oposição ao governo da Guatemala dentro e fora do país realizassem as ações que viriam a ser chefiada pelo coronel Carlos Castillo Armas²², culminando com a deposição de Arbenz e com a implantação de uma sangrenta ditadura no País.

No Brasil, Carlos Alves de Souza, chefe da delegação brasileira na segunda sessão da Comissão econômica para a América Latina (CEPAL) antevendo talvez os conflitos que estariam por vir analisava as relações entre o Brasil e os Estados Unidos em correspondência enviada ao ministro interino das Relações Exteriores, Cyro de Freitas Vale:

²² WISE, D & ROSS, T. *O Governo invisível*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 174 e segs.

“A análise da documentação que estou transmitindo á Vossa Excelência revelará que se abre para as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América uma fase nova, que talvez se revele extremamente árdua e delicada, pois o Departamento de Estado procura, visivelmente, manter a América Latina numa posição de inferioridade, condicionando o seu desenvolvimento à capacidade exclusiva dos investimentos privados.”²³

A política externa e interna dos governos Vargas, Juscelino e João Goulart, bem como suas características mais ou menos marcadas pelo nacionalismo, viria a ser a principal preocupação das análises da CIA com relação ao Brasil. Desde o primeiro governo Vargas até João Goulart, excetuando-se Dutra e Café Filho, a política externa e econômica do Brasil estaria voltada para a expansão da base industrial buscando uma diversificação nas relações de comércio exterior baseado numa política externa independente, fato que representava uma preocupação para a Inteligência Norte Americana, que via nesta independência uma influência comunista dependendo do país com o qual o Brasil e/ou outros países da América Latina resolvessem travar relações comerciais.

As relações político-militares também estavam na pauta, uma vez que, a idéia dos Estados Unidos era a de padronizar as Forças Armadas dos diversos países do continente americano²⁴, que tradicionalmente utilizavam equipamentos europeus. A América Latina, portanto, poderia vir a ser um grande mercado consumidor da indústria bélica norte-americana.

²³ Apud. CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001, pp.99-101.

²⁴ STARDIZATION OF ARMS PROGRAM IN THE WESTER HEMISPHERE – ORE 60-49 Central Agency Intelligence – June, 1949 – documento disponível no site da CIA. www.cia.gov.

No Brasil, a partir de 1946, com um intenso movimento pela volta de Getúlio Vargas ao poder através de eleições livres, os movimentos internos da política brasileira começaram a ser observados com especial interesse. Vargas, famoso por ser um duro negociador em termos de relações internacionais poderia ser um problema para Washington, caso o seu nacionalismo fosse um estorvo no combate ao comunismo. Já no segundo governo de Truman (1949-1953), a política externa da administração Vargas teria que lidar de forma hábil com as idéias da “Doutrina de Contenção” de Kennan, que fora incorporada a “Doutrina de Reservas Estratégicas” sob a orientação do Programa Ponto IV, que mais tarde veio a ser substituído pela USAID. Com este conjunto de instrumentos, os Estados Unidos passaram a contar com uma organização que permitiu legitimar o planejamento da segurança para a América Latina.

O Programa Ponto IV foi uma resposta dos Estados Unidos ao continente sul-americano em contrapartida aos anseios provocados pelo Plano Marshall para a recuperação da Europa após a guerra. Com um orçamento bem mais modesto, US\$ 35 milhões²⁵, se comparado aos US\$ 3,1 bilhões do Plano Marshall, o Programa Ponto IV tinha como objetivo fornecer programas de assistência técnica e promover uma exploração mais aprofundada dos recursos minerais nos países da América Latina.

Durante a IV reunião de Chanceleres Americanos, realizada em Washington no ano de 1951, os Estados Unidos enfatizou o seu programa de defesa para o qual requeriam prioridade, em face da emergência internacional marcada pelo conflito coreano. A delegação brasileira apresentou um raciocínio inverso, argumentando que o maior problema para os países latino-americanos com relação à expansão do comunismo seria a possibilidade de

²⁵ MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. Contexto, São Paulo, 1991. p41.

agressão interna o que poderia ocorrer de acordo com as idéias de Kennan na sua doutrina de contenção e que para preveni-la era indispensável elevar o padrão de vida das respectivas populações. A reunião de Washington acabou não estabelecendo formas concretas de cooperação militar entre os países americanos, devido à resistência da Argentina, México e Guatemala aos planos norte-americanos, porém, indicou os caminhos para a assinatura em 1952 do Tratado de Assistência Mútua Brasil – Estados Unidos pelo qual “(...) Essa assistência se destinava a promover a defesa do hemisfério Ocidental em conformidade com os planos que determinem a participação de ambos os governos em missões relevantes para a defesa do mesmo hemisfério”.²⁶

Em 5 de abril, às vésperas do encerramento da Conferência, o secretário de Estado Dean Acheson revelou a João Neves o interesse dos Estados Unidos em contar com a participação militar brasileira na guerra da Coreia bem como a “garantia de materiais estratégicos para as suas indústrias”.²⁷ O pedido de tropas brasileiras para combater junto aos Estados Unidos na Ásia ocorreu, justamente, quando se desenvolviam as negociações bilaterais sobre a assistência econômica. Nessas circunstâncias, Getúlio Vargas procurou tirar proveito da situação aumentando as exigências brasileiras quanto as bases das negociações. Em troca de apoio político e eventualmente militar do Brasil aos Estados Unidos, João Neves pleiteou às autoridades norte-americanas, além da construção de fábricas de material bélico, a aprovação de um crédito de 300 milhões de dólares, considerado por Getúlio Vargas como quantia mínima para o início da recuperação econômica brasileira. Por outro lado, João Neves propôs uma série de ajustes sobre minerais estratégicos, entre os quais o fornecimento de até quinhentas mil

²⁶ Apud in BONAVIDES, Paulo e AMARAL Roberto, *Textos políticos da História do Brasil, Vol. III*, Terceira República, p.609.

²⁷ BANDEIRA, Moniz - *Relações Brasil-Estados Unidos no Contexto da Globalização II – Rivalidade Emergente*. Senac, São Paulo, 1999. p.37.

toneladas anuais de manganês e o estabelecimento de um acordo sobre areias monazíticas.

De abril a junho de 1951, Getúlio evitou qualquer decisão sobre a questão coreana, limitando-se a sondar a opinião da cúpula civil e militar do país. Houve uma importante resistência dentro e fora do governo à solicitação dos Estados Unidos. De modo geral, a opinião pública reagiu desfavoravelmente à possibilidade da participação brasileira no conflito coreano. Em 27 de junho, o secretário-geral da ONU enviou nota ao Itamarati requisitando tropas para combater ao lado dos Estados Unidos na guerra da Coréia, o que motivou a convocação de uma reunião extraordinária do Conselho de Segurança Nacional. Por determinação do Conselho o general Góis Monteiro, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, ficou encarregado de elaborar estudos junto aos ministros militares visando à revisão dos planos de defesa interna, à participação do Brasil na defesa do continente americano e à formação de uma grande unidade a ser colocada à disposição da ONU, com emprego inicial provavelmente na Europa. Góes Monteiro também foi encarregado das negociações com o governo norte-americano.

João Neves chegou a redigir uma comunicação ao embaixador Herschell Johnson, informando a decisão brasileira em participar militarmente contra a agressão totalitária na Coréia. Entretanto, Getúlio suprimiu²⁸ essa afirmação categórica, salientando a necessidade de maiores entendimentos sobre o assunto em vista da situação militar "notoriamente deficiente" do Brasil.

No início de julho, antes de viajar para Washington, Góes Monteiro recebeu instruções precisas de Getúlio para negociar os termos da colaboração brasileira. "O Brasil necessita de auxílio americano para a

²⁸ Apud. CPDOC-FGV – Temas : Getúlio Vargas/política externa. DHBB

solução dos problemas básicos de transporte, industrialização e produção de energia; e os Estados Unidos necessitam de apoio militar brasileiro, passivo e ativo, na luta travada contra a URSS e o grupo de potências satélites". Daí a conclusão: "O Brasil não pode, por impossibilidade material, contribuir para o esforço coletivo, sem que os Estados Unidos lhe forneçam os elementos básicos para ele sair das dificuldades que entravavam o seu desenvolvimento econômico". Em Washington, Góes Monteiro concordou em iniciar entendimentos para a assinatura de um acordo militar, nos moldes da convenção de 1942, cujas prioridades seriam a defesa interna, a defesa do continente e a preparação de forças à disposição da ONU para serem empregadas na Coreia ou onde fosse necessário. Apesar da insistência norte-americana, os dois países não chegariam a um entendimento sobre o último ponto (a Colômbia acabou sendo o único país latino-americano a enviar um contingente militar para a Coreia). Segundo o depoimento de Góes Monteiro, "apesar do bom acolhimento que recebi, da parte, sobretudo dos militares norte-americanos, (...) as prevenções em relação ao novo governo do Brasil eram grandes".²⁹

No plano externo, o governo enfrentou dificuldades crescentes para o financiamento de seu programa econômico. A posição do governo Truman em relação ao governo brasileiro sofreu uma brusca reorientação após o discurso presidencial de 31 de dezembro de 1951. A revista *Time* publicou em fevereiro um artigo bastante desfavorável a Vargas, indicativo da opinião predominante em Washington: "Em seu primeiro ano de governo, o presidente Vargas não fez praticamente nada. (...) Na semana passada, alguns brasileiros achavam que ele só está à espera do momento apropriado para se transformar novamente em um ditador."³⁰

²⁹ Apud. CPDOC-FGV – Temas : Getúlio Vargas/política externa. DHBB

³⁰ *Ibid.*

Com o envolvimento do governo norte-americano na Guerra da Coreia (1950-1953), algumas repúblicas latino-americanas puderam momentaneamente adotar políticas reformistas que favoreciam os trabalhadores, assim como promover medidas de emancipação econômica em relação aos Estados Unidos. Bastou, no entanto, a administração Eisenhower negociar um acordo em torno do Paralelo 38, que pôs fim à guerra na península asiática, para que a diplomacia americana começasse a se apressar com o objetivo de derrubar estes regimes.

Na Guatemala deu-se à deposição do presidente Jacobo Arbenz por meio de uma invasão militar, coordenada pela CIA e chefiada pelo coronel Castillo Armas³¹. Arbenz havia promulgado em junho de 1952 um projeto de reforma agrária que incluía a expropriação de 90 mil hectares de terras não utilizadas pela United Fruits Co., a maior empresa norte-americana da região.

O presidente dos Estados Unidos afirmava a integral adoção da política do seu secretário de Estado, J. F. Dulles, segundo a qual qualquer ameaça aos interesses materiais de empresas norte-americanas afetaria a segurança e o prestígio da livre iniciativa no mundo. A queda de Arbenz ocorreu em julho de 1954, fazendo com que a Guatemala dali em diante, ao longo de mais de quarenta anos, fosse vítima de violentas convulsões, geralmente provocadas pelo terrorismo de Estado.

Estimuladas pela enérgica ação norte-americana naquele pequeno país da América Central, a oposição ao governo de Getúlio Vargas, particularmente a liderada por Carlos Lacerda, passou a assediar o governo do presidente, a quem não perdoavam a criação da Petrobrás, ocorrida em outubro de 1953. Getúlio terminou por ver-se soterrado por uma violenta e

³¹ WISE, D & ROSS, T. *O Governo invisível*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966. p. 174 e segs.

incessante campanha feita pelos principais periódicos e cadeias de rádio e televisão (na época exclusiva da TV-Tupi dos Diários Associados) articulada pela oligarquia, sendo obrigado a terminar o seu mandato por meio de um traumático suicídio, ocorrido na manhã de 24 de agosto de 1954. Denunciando a ação do imperialismo em sua Carta-testamento, Vargas conseguiu com sua trágica morte desencadear as maiores manifestações antiamericanas da história do Brasil. Multidões furiosas atacavam empresas e consulados dos Estados Unidos por todo o país. Entretanto, restava, ainda, Juan Domingo Perón, chefe do justicialismo argentino, que fora deposto no inverno de 1955, após amarga desavença com a conservadora Igreja Católica. A cisão entre os peronistas e o clero serviu de pretexto para as Forças Armadas coordenarem um sangrento golpe que afastou Perón e seus seguidores por dezoito anos de poder.

Nestes três casos de remoção de governos inconvenientes aos interesses norte-americanos e de pouca “confiabilidade”, segundo o ponto de vista dos mesmos deve-se destacar a maneira diferenciada com que a diplomacia norte-americana agiu. Na Guatemala a ação desestabilizadora foi quase que direta, sem haver maiores preocupações em encobrir as operações armadas das forças de Castillo Armas.³²

O mesmo não pode ser afirmado quando se trata das grandes nações sul-americanas como o Brasil e a Argentina. Neste caso seria inadmissível uma intervenção aberta e direta, pois os riscos políticos seriam incalculáveis. Mas é inegável que a firme posição dos Estados Unidos em não admitir nem mesmo as modestas reformas de Arbenz serviu como estímulo aos poderosos grupos conservadores para liderarem os golpes contra Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón.

³² BANDEIRA. Luiz Alberto Moniz, *A formação do Império Americano- Da Guerra Contra a Espanha a Guerra Contra o Iraque*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006. p.173 e segs.

2.1 O Governo Juscelino Kubitschek

A partir de meados da década de 1950 as relações entre as superpotências, Estados Unidos e União Soviética, no panorama político internacional, passa por uma pequena mudança, mas que trará grandes repercussões para todo o planeta. A competição entre americanos e soviéticos passou da simples disputa militar para o plano econômico e tecnológico. Este novo modelo de relações de poder acabou por influenciar o mundo inteiro e no Hemisfério Ocidental, as relações entre o governo dos Estados Unidos e a América Latina passou a ter uma maior importância no esquema geoestratégico da Guerra Fria, que fazia da região uma "zona de influência" dos EUA.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o relacionamento entre a superpotência e seus aliados no hemisfério vinha sendo marcado por crescentes divergências, principalmente no terreno econômico. De um lado, os países latino-americanos, assolados por problemas econômicos crônicos que apenas se agravaram com o final da guerra, continuavam alimentando esperanças de que os EUA assumissem algum tipo de compromisso que implicasse recursos destinados a amenizar suas mazelas e acelerar seu desenvolvimento econômico. De outro, Washington insistia que o desenvolvimento econômico latino-americano era um problema interno ao continente, que deveria ser resolvido através da adoção de políticas econômicas "responsáveis" e da criação de um ambiente favorável ao investimento privado, nacional e estrangeiro; os recursos públicos dos EUA continuariam assim concentrados naquelas regiões do mundo que eram vistas como prioritárias dentro da competição global da Guerra Fria – primeiro a Europa, e posteriormente a Ásia.

Kubitschek, antes mesmo de assumir o governo³³, procurou Eisenhower para convence-lo de que a melhor maneira de deter o comunismo no continente seria através do desenvolvimento econômico. O presidente do Estados Unidos, entretanto acreditava que para evitar o problema da infiltração comunista na América Latina, a vigilância e a repressão seria o mais indicado, e por esta razão, a CIA deveria interagir com os demais serviços do Hemisfério Ocidental. Na verdade, a própria CIA considerava o presidente Kubitschek pouco hábil para consolidar com sucesso, uma posição política segura em que as forças ultranacionalistas, exército, trabalhadores e elementos do partido comunista fossem facilmente controladas³⁴. Outro problema para a CIA era a questão do Vice-Presidente João Goulart, que segundo a agência era um ambicioso líder do PTB considerado herdeiro político de Vargas³⁵.

Marcado por um nacionalismo desenvolvimentista o governo J. K. buscou apoio nas massas populares sempre enfatizando o futuro promissor ao qual o país poderia estar sujeito. “Estou convencido de que em nossa geração se definirá o destino do Brasil. Seremos uma grande e rica Nação, se soubermos trabalhar intensamente e nos organizarmos para construir o nosso futuro; seremos uma grande e pobre comunidade, superpovoada e infeliz, se nos dedicarmos ao gozo presente, à ostentação e às disputas internas”.³⁶

Contudo, no início do governo Juscelino não houve qualquer mudança substancial com relação à política externa do país, pois a orientação básica da diplomacia brasileira, herdada em maior ou menor medida de governos anteriores, continuava incorporando plenamente os pressupostos da Guerra Fria. Na medida em que o país se definia como parte integrante do mundo

³³ BANDEIRA, Moniz - *Relações Brasil-Estados Unidos no Contexto da Globalização II – Rivalidade Emergente*. Senac, São Paulo, 199. P.48.

³⁴ Central Intelligence Agency, NIE 93-57 – Probable Developments in Brazil - FOIA p. 2.

³⁵ *Ibid.*, p. 2.

³⁶ CPDOC-FGV - DHBB

ocidental e capitalista, o alinhamento político-ideológico e militar aos EUA, percebido como o "guardião do mundo livre" no combate ao "totalitarismo soviético", era visto como natural e se constituía na principal pedra de toque da política externa brasileira. Tal orientação esteve clara na anuência brasileira em ceder a ilha de Fernando de Noronha para a instalação de uma base americana de rastreamento de foguetes, ou na decisão de enviar tropas para integrar a Força de Paz da ONU formada para administrar a crise do Canal de Suez, ambas as medidas tomadas em 1956 e 1957.

Em 1958, o vice-presidente norte-americano Richard Nixon realizou uma série de visitas a países latino-americanos, às quais procurou imprimir um caráter de "missão de boa vontade", mas que acabaram se transformando num verdadeiro fiasco – no Peru e, sobretudo na Venezuela, ele teve de enfrentar fortíssimas manifestações populares antiamericanas.

Em maio do mesmo ano JK, aproveitando-se da conjuntura favorável, enviou uma carta ao presidente norte-americano Dwight Eisenhower lamentando o grau de deterioração das relações hemisféricas e propunha, como solução, uma revisão do pan-americanismo. Surgia, assim, a Operação Pan-americana (OPA), principal iniciativa da Política Externa do governo Kubitschek.³⁷ A OPA baseava-se na proposta de que os EUA deveriam assumir como um compromisso político, a erradicação do subdesenvolvimento da América-Latina incluindo uma grande alocação de investimentos públicos. Esse compromisso corresponderia aos próprios interesses americanos, tendo em vista que o subdesenvolvimento contribuía para a instabilidade política do continente, abrindo inclusive a possibilidade de que "ideologias exógenas" ganhassem influência devido aos baixos padrões de vida das populações latino-americanas.

³⁷ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima/nl ad-m 1958.05.28 d5

Não obstante a frieza inicial do governo norte-americano, a OPA acabou por se desdobrar na formação, dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA), de um Comitê das 21 repúblicas americanas – o chamado "Comitê dos 21" –, incumbido de estudar os principais "pontos de estrangulamento" das economias latino-americanas e formular novas medidas de cooperação econômica interamericana. O comitê se reuniu três vezes: em Washington, de novembro a dezembro de 1958; em Buenos Aires, em maio de 1959; e em Bogotá, em setembro de 1960. Apesar de diversos estudos técnicos e da criação, em 1960, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – o qual já tinha obtido o "sinal verde" dos EUA antes mesmo do lançamento da OPA –, foi somente durante a reunião de Bogotá que os trabalhos renderam resultados mais substanciais, novamente impulsionados por alterações na conjuntura regional.

A partir de 1959, como advento da Revolução Cubana, Washington se viu obrigado a reinserir a América Latina no horizonte das preocupações estratégicas, pois, uma série de medidas econômicas e sociais tomadas pelo novo governo cubano (reforma agrária, expropriação e nacionalização de companhias norte-americanas) e sua crescente aproximação com a URSS levaram à Casa Branca a refletir sobre uma possível inclinação para a esquerda, principalmente em países que já possuíam uma razoável base industrial. Com a ascensão à presidência do Estados Unidos, em 1961, de John Kennedy esta preocupação teria um foco mais incisivo. De fato, a Revolução Cubana e sua progressiva orientação em direção ao modelo de socialismo soviético indicavam que as teses da OPA acerca do subdesenvolvimento como fator de instabilidade político na América Latina eram muito pertinentes.

As mudanças na orientação da diplomacia norte-americana já se fizeram sentir em fevereiro de 1960, quando o presidente Eisenhower visitou o Brasil e buscou o diálogo, inclusive em relação à ruptura entre o Brasil e o FMI. E ficaram ainda mais patentes durante a reunião de Bogotá, onde as

propostas brasileiras encontraram plena ressonância junto à delegação norte-americana, o que acabou por produzir um extenso documento – a Ata de Bogotá – preconizando detalhadas e concretas medidas de desenvolvimento econômico e social.

Entretanto, vale lembrar que o Brasil, assim como o resto da América Latina, era visto como uma reserva estratégica que poderia permitir a continuidade no futuro, do poderio econômico e militar dos Estados Unidos, e, portanto, não poderia passar para a órbita de influência da União Soviética e, nem tampouco ficar sob um regime nacionalista forte. Neste sentido, as forças favoráveis à industrialização do país que apoiavam Kubitschek, levariam a um recrudescimento nas relações com os Estados Unidos.

Apesar de ser considerado, do ponto de vista industrial um país de importância restrita, o Brasil era considerado uma importante fonte fornecedora de matéria prima.

Os resultados da OPA foram profundamente afetados pelo impacto causado na América-Latina pela revolução cubana. As preocupações dos Estados Unidos com a contenção do comunismo na América Latina esvaziaram a Operação, impondo novas prioridades na agenda hemisférica. Ao mesmo tempo, já no governo John Fitzgerald Kennedy, numa iniciativa unilateral, Washington pôs de pé a sua própria operação pan americana, que se chamou “Aliança para o Progresso”. Com seu caráter basicamente assistencialista, não teria vida longa.

Sem ter ido adiante, a OPA de Juscelino Kubitschek deixou pelo menos um fruto: o atuante Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criado em dezembro de 1959.

A política externa do governo Kubitschek foi marcada, ainda, por um ruidoso rompimento com o FMI, o Fundo Monetário Internacional, e por negociações nem sempre tranquilas com John Foster Dulles, inflexível secretário de Estado do governo americano.

Capítulo 3

A Vigilância e Observação Armada (1961-1964)

No início dos anos 60, o governo dos Estados Unidos estabeleceu como estratégia de aproximação política o treinamento de militares de diversos países da América Latina com o objetivo de eliminar influências de modelos militares estrangeiros e ao mesmo tempo se apresentar como a única opção confiável de paradigma. Estrategicamente esta política também tinha como objetivo assegurar a defesa do hemisfério após a Segunda Guerra Mundial e garantir o acesso das Forças Armadas norte-americanas às diversas bases existentes no continente.

A cooperação militar dos Estados Unidos para com a América Latina no governo de Eisenhower consolidou as relações diplomáticas com diversas ditaduras do continente justificando a Política Externa Norte-Americana e seu caráter extremamente intervencionista. Países como a Guatemala em 1954, como já salientamos anteriormente, Cuba em 1961 e Chile em 1973 sofreram ações diretas por meio da CIA em momentos cruciais da história recente destes países. Na Guatemala, a CIA articulou o golpe de Estado que depôs o presidente Jacobo Arbenz, eleito em 1950 com o apoio da esquerda. Arbenz tomou medidas consideradas radicais pelos Estados Unidos para assegurar o desenvolvimento do país. Entre estas medidas as mais polêmicas foram a reforma agrária e a expropriação de terras pertencentes a empresas norte-americanas. Como resultado foi deposto pelo Coronel Carlos Castillo Armas,

que por sua vez viria implantar uma sangrenta ditadura no país. Em Cuba, os Estados Unidos também tomaram medidas para defender seus interesses após a revolução de 1959, que derrubou o ditador do país Fulgêncio Batista. Liderada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, que até então não apresentavam posições estritamente esquerdistas, o movimento revolucionário mudou as estruturas do poder em Cuba.

Logo após assumir o governo do país, Fidel Castro iniciou um programa de reforma agrária e de nacionalização de empresas americanas, além de levar a julgamento os principais colaboradores de Fulgêncio Batista. Essas medidas surpreenderam os Estados Unidos, que passaram a se preocupar com os rumos da revolução. À medida que o governo americano adotava represálias como o boicote ao açúcar cubano, Fidel se aproximava da União Soviética. A ruptura diplomática aconteceria em janeiro de 1961, inaugurando um período de relações tensas entre Washington e Havana.

Em abril de 1961, apenas três meses depois do rompimento diplomático com Cuba, o governo dos Estados Unidos por meio da CIA organizou uma invasão àquele país a partir da Baía dos Porcos, recrutando cubanos exilados em Miami, na maioria refugiados políticos e cidadãos expulsos pelo governo de Fidel.

A invasão foi um fracasso. Uma série de desencontros, falhas de estratégia e má coordenação permitiu que as forças armadas de Cuba realizassem um contra ataque fulminante.

Em outubro de 1962, um U2³⁸ sobrevoando o território cubano, detectou movimentos que indicavam a disposição soviética de instalar uma base de

³⁸ O Lockheed U-2, ou simplesmente U-2 ("u" de utilitário), apelidado de Dragon Lady, é um avião de reconhecimento em altas altitudes utilizado pela Força Aérea dos Estados Unidos da América.

mísseis nucleares em Cuba. Seguiram-se duas semanas de tensão, em que o planeta se viu à beira da hecatombe nuclear. Durante esta crise, o presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy, advertiu Moscou de que a construção de bases de mísseis em Cuba seria considerada um ato de guerra e, portanto não iria hesitar em usar armas nucleares caso a União Soviética insistisse. O dirigente soviético Nikita Khrushchev recuou, mas conseguiu de Kennedy o compromisso da não-intervenção dos Estados Unidos em Cuba. Este compromisso, no entanto, não impediu que este país iniciasse um bloqueio naval e econômico contra Cuba, numa tentativa de asfixiar sua economia. Washington também fez pressão para que Cuba fosse expulsa da Organização dos Estados Americanos, a OEA. Fato este que o Brasil se posicionou contrário.

Na prática, os Estados Unidos passaram a considerar Cuba como integrante do “Bloco do Leste”, o grupo de países do leste europeu aliado a Moscou, e levando em consideração sua proximidade geográfica, utilizou a revolução cubana como pretexto para uma grande ofensiva anticomunista em todo o continente americano.

Em 1973, no Chile, o presidente socialista Salvador Allende foi derrubado por um Golpe de Estado, também com estreita colaboração da CIA. Eleito democraticamente em 1970, Allende estava realizando a reforma agrária e promovendo uma série de programas sociais, como alfabetização, melhoria no sistema de saúde e saneamento básico. Além disto, estava nacionalizando diversas empresas norte-americanas. Como conseqüência o governo de Allende passou a sofrer uma campanha de desestabilização estimulada por Washington, que resultou em um Golpe de Estado realizado

O U-2 propicia uma vigilância contínua, tanto durante a noite como durante o dia, a uma altitude de 21.000m, independentemente das condições climáticas. Com isso, é possível obter informações críticas para a tomada de decisões durante um conflito, tal como na Crise dos mísseis de Cuba em 1962. Esse avião teve grande influência na Guerra Fria, espionando bases secretas soviéticas.

pelos militares em 11 de setembro de 1973. Depois de confrontos armados, o presidente foi encontrado morto no palácio de La Moñeda, sede oficial do governo Chileno. O poder passou às mãos de uma junta militar chefiada pelo General Augusto Pinochet. Num Clima de forte repressão, Pinochet dissolveu os partidos políticos, perseguiu os adversários do novo regime e instituiu um governo servil aos interesses dos Estados Unidos. Pinochet, seguindo as orientações de Washington devolveu aos antigos proprietários a maioria das empresas nacionalizadas por Allende. Governou com poderes absolutos e impôs em 1980, uma nova Carta Magna institucionalizando o regime. Estes fatos são extremamente relevantes para comprovarmos que a política externa dos Estados Unidos estava direcionada para defender sua hegemonia sobre o continente americano utilizando-se de todos os meios necessários.

3.1 A Política Externa dos Governos Jânio Quadros e João Goulart

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, o cenário internacional começou a apresentar novas características tanto no bloco capitalista quanto no bloco socialista, divergências começaram a ser registradas e o contexto da competição Leste-Oeste ficou desfocado permitindo desta forma uma contestação ao *status quo*. Dentre alguns exemplos, podemos destacar a formação do Movimento dos Não-Alinhados, por ocasião da Conferência de Bandung (1955), e a realização de sua Primeira Reunião de Cúpula, em 1961, quando seus membros rejeitaram o alinhamento ideológico com as principais potências como opção de política externa. Na África, a independência de vários países também caracterizou as mudanças no contexto da dinâmica da bipolarização das relações de poder entre as potências. Na América Latina, a vitória da Revolução Cubana liderada por Fidel Castro, em 1959, foi o exemplo mais contundente deste momento.

A economia brasileira devagar estava se internacionalizando, enquanto os conflitos sociais se acirravam. Neste contexto se inicia o governo de Jânio Quadros cuja principal característica fora a Política Externa Independente – PEI. A Idéia básica da PEI era a de inaugurar um novo modelo diplomático que voltaria a colocar em prática, elementos dos anos 50, relacionados a uma posição mais energética nas relações econômicas levando em consideração em primeiro lugar os interesses do Brasil, sem se preocupar com a anuência da nação hegemônica do continente, os Estados Unidos.

A PEI característica dos governos Quadros e Goulart, fundamentada na ampliação do mercado externo para produtos primários e manufaturados do país, o que poderia ser conseguido através de reduções tarifárias na América Latina, buscando, portanto intensificar as relações comerciais com todas as nações do continente, inclusive Cuba.

Outra característica importante da PEI era a defesa de uma formulação autônoma visando o desenvolvimento da economia desvinculada da pressão do Fundo Monetário Internacional, bem como compromissada com a necessidade da paz que consistia numa condição essencial para o desenvolvimento de qualquer nação, pois os recursos poupados através desta política deveriam, então, financiar o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Todas estas características, entretanto só seriam viáveis com a defesa enfática da idéia de não-intervenção nos assuntos internos de outros países, bem como a autodeterminação dos povos e o primado absoluto do Direito Internacional com relação à solução dos problemas mundiais. Este princípio aplicava-se, sobretudo à questão cubana, pois tolerar uma intervenção em Cuba abriria caminho às ingerências em qualquer país que não concordasse plenamente com os Estados Unidos, como era o caso do Brasil em certas ocasiões, como, por exemplo, o princípio da emancipação completa dos

territórios não-autônomos, qualquer que fosse a forma jurídica utilizada para sujeitá-los à metrópole.

A Política Externa Independente também pode ser vista como uma estratégia consciente para questionar o *status quo* mundial e negociar uma nova forma de inserção internacional do país. Outro argumento centra a atenção nas relações Brasil-Estados Unidos e sua crescente deterioração, entendendo a PEI como uma forma de reação nacionalista a hegemonia norte-americana no continente. Neste contexto a idéia era a de transformar a PEI em um instrumento diplomático do interesse nacional, isto é, como elemento de apoio do processo de desenvolvimento industrial brasileiro.

No Brasil, estas mudanças irão refletir na Política Externa do governo João Goulart (1961-1964) que foi fiel à idéia de independência adotada no governo Jânio Quadros. Comandada pelo então ministro do exterior San Tiago Dantas as linhas gerais desta política estavam voltadas para defender os interesses do Brasil sem se preocupar com a anuência dos Estados Unidos. Estes, porém, estavam vigilantes com relação a esta política adotada pelo governo brasileiro. Em um documento elaborado pela CIA no ano de 1961³⁹ a agência avaliou as perspectivas para as eleições de outubro de 1962 e se preocupou com as orientações e perspectivas inerentes ao governo Goulart.

O documento julga ainda que o governo do presidente João Goulart continuaria com linha independente para sua política externa da mesma forma que o governo anterior, embora necessitasse dos financiamentos dos Estados Unidos para sua política doméstica. Além disso, também chamou a atenção para o fato do Brasil ter restabelecido relações diplomáticas com a União Soviética, fato este que levou o próprio “Robert Kennedy, irmão do Presidente

³⁹ SHORT-TERM FOR BRAZIL UNDER GOULART – Special National Intelligence Estimate Number 93-02-61-CIA

John Kennedy e Secretário da Justiça dos Estados Unidos a se manifestar ao visitar Brasília no final de 1962⁴⁰ e manter oposição em relação às sanções impostas a Cuba.

A posição pela qual o Brasil optara estava inserida numa visão das relações internacionais, baseada na crença de que, muito embora os Estados devessem agir tendo como referência o princípio da auto-defesa, estes não buscavam apenas ganhos relativos, mas também absolutos, a fim de proteger seus interesses. Além disso, esta política estava de acordo com as teses da CEPAL - órgão subordinado ao Conselho Econômico e Social da ONU, criado em 1948, que, numa reação coletiva à hegemonia dos Estados Unidos como centro, unia os latino-americanos por suas especificidades e os diferenciavam dos países desenvolvidos. Não obstante, a nova proposta de inserção internacional brasileira buscava na tradição diplomática do país outros fundamentos importantes: o princípio da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, a tese da igualdade jurídica das nações, a fidelidade às normas de solução pacífica de controvérsias, sempre visando à negociação.

A despeito da fidelidade aos princípios gerais da chamada Política Externa Independente baseada na ampliação dos mercados externos, busca da paz por meio da coexistência pacífica e do desarmamento, emancipação completa dos territórios não-autônomos etc, falar dessa Política como sendo uma unidade ao longo dos governos Jânio e Goulart parece-nos um equívoco. Diferentemente da gestão que lhe antecede, durante o período Jango a Política Externa Independente não era mais pensada em termos neutralistas, com relação à disputa Leste-Oeste, mas sim vis a vis a capacidade de atuação autônoma do país, por meio da ampliação de seus recursos econômicos, políticos e sociais, enfim ao seu nível de desenvolvimento.

⁴⁰ BANDEIRA, Muniz, *Relações Brasil-Estados Unidos no Contexto da Globalização II – Rivalidade Emergente*. Senac. São Paulo, 1997. p.70.

No que se refere ao processo de descolonização africana, o período Goulart registra um retrocesso na defesa do fim do colonialismo, quando a delegação brasileira nas Nações Unidas reitera a amizade do país a Portugal em detrimento das aspirações angolanas. Com relação à Cuba, cuja importância político-estratégica para os Estados Unidos encapsulara os rumos do governo Castro na lógica da Guerra Fria, o Brasil optou por ancorar sua posição em princípios mais permanentes da diplomacia brasileira. Assim, lançou-se numa linha de defesa da manutenção de Cuba no sistema interamericano, baseada em princípios tradicionais da diplomacia brasileira - o direito à autodeterminação e ao princípio da não-intervenção - em vez de ceder às pressões dos Estados Unidos.

Como o Brasil era peça fundamental na correlação de forças da região latino-americana, algumas iniciativas registradas no plano externo e as inúmeras medidas tomadas por João Goulart no plano interno afetaram os interesses de Washington e, em decorrência, as relações entre os dois governos foram se deteriorando.

Portanto, é necessário levantar algumas questões de fundamental importância para compreender de fato a posição dos Estados Unidos frente à Política Externa Independente do Brasil. Em primeiro lugar, se os Estados Unidos, através dos seus órgãos de inteligência julgaram importante intervir em pequenos países da América Latina, durante o período da Guerra Fria, promovendo e apoiando golpes de Estado; não fariam eles um esforço maior com relação ao maior e mais importante país do continente americano ao Sul do Equador? Em segundo lugar, dentro deste contexto, até que ponto os Estados Unidos iriam para garantir que o Brasil continuasse a ser um aliado incondicional ao Bloco Ocidental?

Para responder a estas questões, antes de tudo é necessário avaliar os motivos que poderiam levar os Estados Unidos a observar de perto a situação política do país. Neste período o Brasil necessitava passar por grandes mudanças sociais e econômicas forçadas pela conjuntura político-social da época. O aumento do desemprego e do subemprego reduziu a produção no setor primário, setor este que gerava a maioria dos empregos. No governo, “as atenções estavam mergulhadas no curto prazo com soluções para os problemas monetários e do balanço de pagamentos”.⁴¹ O desenvolvimento econômico do país, portanto, dependia de uma atuação forte do governo na busca de soluções que atendessem as necessidades do Estado nacional, o que iria requerer profundas transformações institucionais tanto no plano interno quanto no externo, mesmo que estas contrariassem os interesses da nação hegemônica no continente, os Estados Unidos. Estas reformas na visão do governo eram de suma importância para que o Estado brasileiro caminhasse a passos largos rumo ao desenvolvimento.

O avanço das lutas trabalhistas e o prestígio de líderes como Luis Carlos Prestes, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, assustavam os setores mais conservadores da classe média e da Igreja Católica. Entre 1955 e 1959 com a construção de hidrelétricas, a instalação da indústria automobilística e a criação de Brasília, todos estes fatores em conjunto, estimularam o surgimento de grandes concentrações de trabalhadores urbanos que se organizaram em sindicatos para exigir os seus direitos. Políticos influentes, grupos de direita, setores da igreja e donas-de-casa organizaram passeatas em defesa da religião, da família e da liberdade, fatores que julgavam ameaçados pelo avanço comunista. Segundo análises feitas pela CIA, a sociedade brasileira parecia marchar para uma crise de graves proporções. Além disso, setores conservadores da sociedade brasileira estavam preocupados com a popularidade do presidente João

⁴¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo, *Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*, Contraponto, Rio de Janeiro, 2004. p. 409.

Goulart, afinal de contas “o governo de João Goulart quando caiu contava com 76% da opinião pública a seu favor. E um elevado índice de popularidade”.⁴² Portanto, dada à conjuntura nacional e internacional do momento, existia um motivo suficientemente forte para eles movimentarem seu serviço de inteligência, a CIA, para monitorar o Brasil, e este motivo seria o desequilíbrio de forças que causaria no panorama mundial da Guerra Fria uma mudança radical na política do maior e mais importante país da América Latina para a esquerda com um perfil ultranacionalista no contexto da Guerra-Fria. A crise dos mísseis de Cuba em 1962 já havia provado como o equilíbrio entre as superpotências era precário, crise esta que só aconteceu porque a vigilância exercida pelos órgãos de inteligência falhou. Com o Brasil, os Estados Unidos não poderiam cometer o mesmo erro de estratégia, pois uma alteração nos rumos da política do Brasil poderia representar em um futuro próximo, problemas para os Norte-Americanos com relação ao equilíbrio de poder entre o bloco capitalista e o bloco socialista, e por conseqüência na corrida armamentista. Basta lembrar que a China realizou o seu primeiro teste nuclear ainda no ano de 1964, apenas 15 anos após a sua revolução.

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 e a ascensão do seu vice, João Goulart ao poder, o panorama político do Brasil começou a ser mais cuidadosamente vigiado pela agência estadunidense. Um memorandum da CIA, datado de 28 de agosto de 1961, faz uma análise da situação política do Brasil logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros. O documento observa que a situação política do Brasil estava se deteriorando desde que o presidente Jânio Quadros havia renunciado. Embora não se preocupe com as causas da renúncia ele cita o temperamento peculiar e dramático do presidente. Outro ponto observado no documento é a mudança de tom na política externa que flertava com o bloco comunista. O documento trabalha com a hipótese segundo a qual Quadros

⁴² BANDEIRA, Moniz, *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina (1930-1992)*, Ensaio, São Paulo. 1995, p.213.

esperava voltar ao poder fortalecido através do apelo popular. Como este fato não ocorreu o país foi lançado ao caos, segundo o documento. O memorando leva ainda em consideração os acontecimentos ocorridos durante o processo sucessório avaliando a posição de importantes membros das forças armadas, tais como o Marechal Denys, ministro da defesa do governo Quadros e do Marechal Lott. O memorando em questão deixa claro que o governo dos Estados Unidos, por meio da CIA, estava observando bem atentamente o desenrolar da crise sucessória do Estado brasileiro que, de acordo com o resultado, poderia prejudicar os interesses norte-americanos no país, pois as características do vice-presidente João Goulart tendiam para o ultranacionalismo com uma provável inclinação para a esquerda.⁴³

3.2 Brasil, 1964 – A Operação Brother Sam.

A vigilância e observação dos Estados Unidos da América sobre o Brasil no contexto pré-golpe de Estado de 1964, foi muito bem articulada em todos os sentidos para assegurar a vitória do movimento golpista e garantir uma reação rápida no caso de haver uma eventual resposta armada e organizada da esquerda brasileira. Este plano, denominado Operação Brother Sam, embora não tenha sido totalmente efetivado, nos mostra a real importância do panorama político do Brasil e o eventual rumo que este poderia tomar no contexto da Guerra Fria. Após a crise internacional entre os Estados Unidos e a União Soviética gerada pela instalação de bases de lançamento de mísseis nucleares soviéticos em território cubano a CIA começou a observar com mais cuidado a América Latina e o seu maior representante, o Brasil. Seria um risco para o equilíbrio de forças entre as superpotências que um país como o Brasil sofresse algum tipo de movimento que o levasse a tender para uma esquerda socialista e nacionalista nos moldes do modelo chinês. Seria inconcebível para os Estados Unidos que isto

⁴³ Central Intelligence Agency, NLK 99-9: “Situation in Brazil - memorandum”, 08.28.1961, JFKL.

ocorresse em qualquer país da América Latina, área de influência dos Estados Unidos ratificada pela conferência de Yalta, que pode ser enfocada de duas formas. De uma forma restrita, Yalta é considerada meramente como um acordo diplomático que configurou um sistema internacional bipolar antagônico, opondo o Oeste capitalista ao Leste socialista, blocos liderados respectivamente pelas superpotências americana e soviética. Ainda dentro deste enfoque, a conferência é analisada apenas em relação ao cenário europeu, generalizando-se esta percepção para o sistema internacional como um todo. Assim, a divisão da Europa pode ser entendida como a divisão do mundo. Podemos dizer que este sentido restrito de Yalta encobriu, historicamente, uma outra dimensão mais ampla da questão, que precisa ser resgatada em uma outra oportunidade.

Assim sendo este Sistema Bipolar não propiciou somente um conflito Oeste-Leste, nem a Europa foi seu único cenário. Yalta teve profundas implicações para a América Latina e para a periferia colonial e semicolonial afro-asiática, regiões que ficariam conhecidas como Terceiro Mundo. A posição internacional dos países do Sul dentro do Sistema de Yalta nos revela não apenas um confronto entre os dois blocos antagônicos, mas também uma poderosa estrutura de dominação das potências do Norte sobre o Sul. A subordinação dos países periféricos de um dos sistemas em relação à potência dominante de seu próprio bloco tornou-se uma contradição importante ao longo da evolução do Sistema de Yalta. Neste sentido, a percepção de Yalta pelos países do Terceiro Mundo difere significativamente das interpretações correntes no hemisfério Norte.

No caso especificamente brasileiro, embora o país estivesse preso exatamente aos mesmos condicionantes dos demais Estados latino-americanos, uma parte da elite dirigente considerava que éramos aliados privilegiados de Washington. Tal *status* idealizado levava-os a crer que o país

receberia um tratamento distinto do dispensado ao resto do continente. Apostando na política de segurança nacional antiesquerdista, no alinhamento diplomático com os Estados Unidos e na economia liberal, aberta e exportadora, este segmento seria frustrado e ultrapassado por outro, que possuía uma leitura identificada com as idéias acima mencionadas.

Em relação à América Latina, o que está implícito no Acordo de Yalta é que todo o subcontinente deveria ficar sob controle norte-americano, sem uma atuação autônoma no cenário internacional. O problema, para os Estados Unidos, é que existiam fortes tendências nacionalistas nos grandes países da região, geralmente associadas a projetos autônomos de desenvolvimento, como no Brasil de Vargas, no México de Adolfo Ruiz Cortines e na Argentina de Perón, estando esta última ainda fortemente vinculada à Europa. Isto ocorria num contexto em que o fim da II Guerra Mundial eliminava o fator agregador pró-norte-americano representado pela aliança contra o Eixo (da qual a Argentina manteve certa distância), além do que, economicamente, os grandes países do continente haviam se fortalecido durante a guerra e em virtude dela, preparando-se para lançar uma nova etapa de desenvolvimento industrial mais independente das relações com os Estados Unidos. Para completar, Washington encontrava-se mais preocupado e envolvido nas “regiões quentes da Guerra Fria” que se iniciava, como desdobramento lógico de Yalta, não se interessando, pelos menos até a Revolução Cubana em desenvolver uma política mais ativa na América Latina.

Sob o signo de Yalta, e com a criação de organizações internacionais especificamente destinadas a enquadrar o continente à Pax Americana, tais como: O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, ou Pacto do Rio de Janeiro), um instrumento militar criado em 1947, destinado à ajuda mútua em caso de “ameaça externa” a qualquer país do continente, a

Organização dos Estados Americanos – OEA, criada em 1948 com o objetivo de ser o principal fórum multilateral do hemisfério para o fortalecimento da democracia, bem como para a promoção dos Direitos Humanos e para a discussão de problemas comuns, relativos também à defesa do Continente e a Escola Superior de Guerra, dentro de cada país, e a Escola do Panamá, criadas na mesma época, com suas teorias geopolíticas, com a assistência militar e o apoio a golpes de Estado e regimes ditatoriais, completaram o quadro dos novos instrumentos de poder dos Estados Unidos sobre o subcontinente.

Entre outros aspectos, Yalta significou para a América Latina um tratamento diferente do que os EUA concediam à Europa, onde este país defendia a democracia e o “mundo livre”. Tudo isto foi claramente inspirado na tradicional idéia da América para os americanos, conteúdo da “Doutrina Monroe”.

Respaldados nestes organismos e instituições, os EUA não apenas exigiam um alinhamento automático e sem discussão do continente durante Guerra Fria, como propositalmente tratavam qualquer manifestação de nacionalismo desenvolvimentista, mesmo associado ao capital internacional, como expressão de “comunismo”. Não apenas governos nacionalistas, progressistas e desenvolvimentistas foram atacados sob a acusação de “fascistas” ou de comunizantes (Vargas, Goulart e Brizola no Brasil, Arbenz na Guatemala, Perón na Argentina, entre outros), como a partir 1947 a perseguição aos comunistas se intensificou ao longo de todo o continente, justificando-se tal medida como combate à subversão social, justamente no momento em que estes partidos defendiam as burguesias nacionais na busca do desenvolvimento industrial.

Neste contexto, o Brasil constituiu um caso extremamente interessante, pois a diferença em relação à América Hispânica era que o Brasil pretendia ocupar uma posição diplomático-estratégica de aliado privilegiado dos Estados Unidos.

Tal percepção, confrontada com a realidade da política de Washington para o continente, resultou numa crescente frustração. Tanto mais grave, porque a Política Externa brasileira foi se tornando, uma Política Externa para o desenvolvimento. Assim, as relações com os EUA possuíam uma importância crucial para o Brasil, muito além do mero jogo de influência, prestígio e liderança com relação ao resto da América Latina.

O desenvolvimento industrial do Brasil foi se tornando o projeto estratégico de um segmento da elite brasileira (apoiado por outros setores sociais) e encontrou suporte ideológico-programático no nacionalismo do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), e confrontou-se cada vez mais com a política da Casa Branca para a região baseada no Sistema de Yalta. Esta política, no Brasil, encontrava suporte no pensamento geopolítico da ESG (Escola Superior de Guerra) e num segmento civil que apostava na agroexportação e nas “indústrias naturais”, dentro da concepção econômica liberal. A leitura da realidade internacional por parte deste grupo identificava-se plenamente com o Sistema de Yalta, mas equivocava-se ao pensar que, através de um alinhamento automático com os Estados Unidos, seria tratada de forma privilegiada, como se fizesse parte dos países do Norte. As vicissitudes do desenvolvimento brasileiro até 1964 propiciaram o contínuo reforço do argumento dos nacionalistas e, por consequência, o questionamento do que a diplomacia brasileira viria futuramente denominar de “congelamento do poder mundial”, implícito no Sistema de Yalta. Isto seria incompreensível se não se levasse em consideração o fato de que tal sistema bloqueava o desenvolvimento econômico nacional, o que no caso do Brasil

revelou-se decisivo. Por isso a diplomacia do Itamaraty, através da Política Externa Independente (1961-64), buscou romper com as limitações de Yalta através da multilateralização e da mundialização das relações exteriores do país, num momento em que este sistema apresentava os primeiros sinais de desgaste.

Para os Estados Unidos era fundamental ter a situação sob controle, daí a importância e alto grau de complexidade da Operação Brother Sam. A trama conspiratória para a derrubada de Goulart começava mais uma vez a ser armada. Agora, diferente de 1961 quando Washington se limitou a observar⁴⁴ com atenção o desenvolvimento da conturbada sucessão presidencial que estava ocorrendo no Brasil por conta da renúncia de Jânio Quadros, os grupos envolvidos usariam a força se necessário. Um relatório do General de Brigada Paulo Francisco Torres, encarregado do Inquérito Policial Militar que investigou a descoberta de um pequeno arsenal em 10 de outubro em 1963, perto de um sítio de propriedade de João Goulart, em Jacarepaguá, diz o seguinte:

*“Soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército Brasileiro. Sob o comando do Major Ary Abrahão Ellis, vasculhou um sítio em Jacarepaguá (Rio de Janeiro) perto de uma propriedade de Goulart e descobriram 10 metralhadoras Thompson, calibre 45, 20 carregadores, 72 caixas de cartuchos Remington Kleanbore 45, 10 granadas Federal Blast Dispersion Tear Gás (CN) e um rádio transmissor-receptor portátil motorola, marcado com o símbolo do Ponto IV”.*⁴⁵

⁴⁴ Central Intelligence Agency – Office of the Director – Memorandum 28 August 1961. JFK Library Mandatory Review.

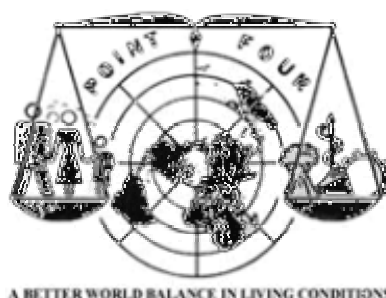
⁴⁵ Apud. BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart – *as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Relatório do General de Brigada Paulo Francisco Torres, encarregado do Inquérito Policial Militar que investigou o caso. DJG. O Estado de São Paulo, SP 11/10/1963 e 12/10/1963

Cabe aqui uma ressalva. O símbolo “mãos apertadas” - *Narrow Hands* - como descrito pelo Relatório do General Paulo Francisco Torres é idêntico ao da USAID⁴⁶ e não corresponde ao símbolo do Programa Ponto IV, que já não existia em 1963. Infelizmente, não podemos constatar tal afirmação, pois os jornais citados estavam em estado muito deteriorado quando foram microfilmados, portanto não excluimos a possibilidade da redação dos jornais em questão terem cometido um erro de interpretação.

Símbolo do programa USAID



Símbolo do Programa Ponto IV



⁴⁶ Símbolos da USAID – Agency for International Development – Agência Para o desenvolvimento Internacional, criada em 1961, no governo de John F. Kennedy, para auxiliar programas para o desenvolvimento de países do 3º mundo era diferente do símbolo do O programa ponto IV do governo Truman era baseado na parte V de seu discurso da agenda política de 1949 e tinha como objetivo a assistência técnica a países subdesenvolvidos.

De qualquer forma, a vigilância e observação dos Estados Unidos sobre o Brasil começavam a tomar outros contornos, pois diante de tal fato, o próprio Ministro da Justiça, Abelardo Jurema declarou que as “metralhadoras Thompson entraram clandestinamente no Brasil, pois nenhuma daquele tipo existia em suas organizações de polícia e nem no seu exército, cujos oficiais desconheciam todos aqueles modelos de armamentos, tão modernos que eram”.⁴⁷ Ainda de acordo com um parecer do General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra as investigações traziam fortes evidências de que existiria uma trama para eliminar o Presidente Goulart e seus familiares e talvez outros políticos alinhados ao governo⁴⁸. A situação no Brasil poderia ficar fora de controle e a possibilidade, segundo a CIA, de que algo pudesse dar errado no afastamento de Goulart da presidência era muito provável, e tais riscos deveriam ser minimizados com o apoio incondicional dos Estados Unidos ao Golpe de Estado. Este apoio seria denominado Operação Brother Sam e seria colocado em prática se fosse necessário. Segundo uma mensagem de L. A. Bryan, Vice-Diretor de Logística junto ao Estado-Maior Conjunto das forças americanas aos chefes do Estado-Maior Conjunto⁴⁹ visava enviar como apoio aos militares brasileiros pelo menos 40 mil barris de gasolina comum, 15 mil barris de gasolina de aviação, 33 mil barris de óleo diesel e 20 barris de querosene no barco Santa Inez que ficaria aguardando ordens na costa Uruguiaia. O Vice-Diretor de Operações da Marinha dos Estados Unidos, John L. Chew em um comunicado aos chefes do Estado-Maior em 31 de março de 1964⁵⁰ trata do deslocamento de uma força tarefa da marinha norte-americana para as vizinhanças de Santos, com o objetivo de fornecer apoio logístico e militar aos golpistas caso a esquerda brasileira resistisse ao golpe.

⁴⁷ Apud. BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Relatório do General de Brigada Paulo Francisco Torres, encarregado do Inquérito Policial Militar que investigou o caso. DJG. O Estado de São Paulo, SP 11/10/1963 e 12/10/1963

⁴⁸ Ibid. “Diante das provas colhidas(...) não poderemos fugir à hipótese de que houve uma maquinação contra a vida ou a incolumidade ou à segurança do Presidente da República.” Parecer do General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, encaminhando o relatório das investigações à Justiça Militar. DJG. In BANDEIRA, Moniz,

⁴⁹ Apud in BONAVIDES, Paulo e AMARAL Roberto, *Textos políticos da História do Brasil, Vol. III, Terceira República*, 2ª Parte (1956-1964), Senado Federal – Brasília, DF

⁵⁰ Ibid.

Este plano, ou planos de ingerência já eram estudados desde meados de 1963. Na avaliação da Agência⁵¹, caso houvesse a eclosão de uma guerra civil por conta de uma resistência da esquerda brasileira, a Operação Brother Sam teria como finalidade garantir o fornecimento de petróleo aos grupos conspiradores. Os estrategistas norte-americanos temiam que os partidários de Goulart no sindicato da Petrobrás pudessem explodir algumas refinarias, e, não ter acesso garantido ao combustível poderia ser crítico para o sucesso do movimento golpista, tanto em relação ao transporte militar quando para manter as atividades civis funcionando normalmente. Portanto, se houvesse necessidade do petróleo americano e este fosse fornecido, os Estados Unidos poderiam com esse gesto prestar um serviço aos conspiradores e ao Brasil em geral, evitando assim que grandes setores do país ficassem temporariamente paralisados. Por outro lado, o plano proposto pela Embaixada Americana por intermédio de Lincoln Gordon também visava que uma força tarefa norte-americana de porta-aviões fosse enviada ao Brasil para garantir o sucesso do golpe.

Os militares de extrema direita no Brasil, o responsável pelo Departamento de Informação do Pentágono Cel. Vernon Walters, da embaixada dos EUA no Brasil e o embaixador Lincoln Gordon acreditavam que, quando ocorresse um golpe, a maior parte do país, provavelmente, cairia logo sob o domínio de Castello Branco. Contudo, eles também imaginavam que, especialmente no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, um grupo de dissidentes poderia resistir, sendo assim, uma frota de porta-aviões norte-americanos nas águas ao largo da costa do Brasil poderia ajudar a manter a estabilidade por meio de uma demonstração “*simbólica*” de poderio militar⁵². Às 11h30 da manhã de 31 de março, realizou-se uma reunião em Washington da qual participaram o Secretário Dean Rusk e outros representantes do Departamento de Estado; o Secretário de Defesa Robert McNAmara; o Chefe

⁵¹ Central Intelligence Agency, NIE 93-263: “Situation and Prospects in Brazil”, 02.07.1963, LBJL

⁵² PARKER, Phyllis R. *O papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977. p.94 e 95.

do Estado-Maior General Maxwell Taylor; o Comandante-Chefe das Forças do Sul (USCINCSO) Tenente-General Andrew P. O'Meara; o Diretor da CIA John McCone; e outros altos funcionários. Na reunião, houve relatórios sobre a situação militar do Brasil e sobre a capacidade de apoio aéreo e naval dos Estados Unidos. O grupo considerou que ações políticas deveriam ser tomadas (tais como consulta a outros países latino-americanos, declarações públicas, etc.) e discutiram as disposições organizacionais para lidar com a crise brasileira, inclusive a criação de um grupo de trabalho interdepartamental e a consideração de *“relações e comunicações entres a Embaixada dos Estados Unidos no Rio, os consulados e as forças militares norte-americanas”*.⁵³

Na tarde de 31 de março, os Estados Unidos começaram a transformar os planos preventivos em ação. O primeiro plano executado enviaria um porta-aviões de ataque pesado, o USS Forrestal, e destróieres de apoio em direção das águas brasileiras. A finalidade dessa força-tarefa era firmar a presença dos Estados Unidos nessa área e estar preparada para executar as tarefas que lhe fossem designadas. Os navios deviam partir de Norfolk, Virgínia, às 7 da manhã, hora local (9 da manhã no Rio de Janeiro), do 1º de abril, devendo chegar a Santos, por volta do dia 10. O apoio adicional dos navios compreendia petroleiros bélicos, navios de munições e navios de mantimentos. Entrementes, o General-de-divisão George S. Brown era nomeado Comandante de Missão para a Operação Brother Sam. Para completar, toda esta movimentação é claro, não envolveriam imediatamente os Estados Unidos na situação brasileira, pois poderia ser considerado um exercício naval normal⁵⁴.

⁵³ Ibid, p101.

⁵⁴ Outgoing telegram Department of State – Embassy Rio de Janeiro 1305 Flash – For Ambassador Gordon – LBJL (telegrama enviado em 31 de Março de 1964 às 07h53 PM). Documento em anexo.

Às 17h30m da tarde, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon manda um teletipo para o Departamento de Estado:

“Acreditamos que está tudo terminado, com a rebelião democrática 95% vitoriosa”. Ele frisou que poderia ainda haver alguma contenda civil e que “começamos o trabalho de equipe para as possíveis necessidades de ajuda à segurança interna, estabilização financeira, etc”. Washington responde: “Tivemos um grupo de trabalho especial aqui ocupando-se durante vários dias de assistência econômica e financeira, auxílio de emergência, etc., e estamos preparados para agir prontamente de acordo com as suas recomendações”⁵⁵.

Depois dessa conferência pelo teletipo, o Subsecretário de Estado George Ball encontrou-se com o Presidente Johnson para transmitir-lhe as boas novas. A Operação Brother Sam poderia ser cancelada, pois a intervenção não seria mais necessária. Portanto, dada a magnitude deste processo, podemos concluir que esta operação teve uma grande importância no contexto do Golpe de Estado de 1964, pois estes fatos deixariam claro que os Estados Unidos jamais permitiriam que um país com os recursos, a dimensão e a importância geoestratégica do Brasil escapasse a sua influência num momento em que a sua principal preocupação era o avanço dos interesses da União Soviética no continente Latino-Americano, como ocorrera durante a crise dos mísseis de Cuba, de 1962. Algo parecido jamais poderia ocorrer de novo, na América-Latina, e, portanto fica claro que para evitar tal acontecimento Washington usaria todos os recursos disponíveis. Além do que, muitos documentos sobre as relações Brasil/Estados Unidos, inclusive a operação Brother Sam, foram divulgados a partir de 1976 e encontram-se na Lyndon B. Johnson Presidential Library, University of Texas, Austin, USA, bem como estão disponíveis nos sites governamentais dos Estados Unidos.

⁵⁵ PARKER, Phyllis R. O papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março, Editora Civilização Brasileira, 1977. P106.

Outros documentos sobre a participação norte-americana no Golpe de 1964, alguns já abertos ao público e outros considerados classificados “secretos”, se localizam no National Security File, no Presidential Office Files, e no White House Central Files, em Washington.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Documentos agora desclassificados como secretos revelam apenas uma pequena parte das intervenções orquestradas pela CIA. Muitos textos ainda aparecem com longas tarjas pretas; nomes e detalhes das operações ilegais são omitidos. Não há menção, por exemplo, ao famoso “manual de torturas” da CIA, com seu “método médico, químico ou elétrico”, que serviu de orientação para vários ditadores no mundo.

Na obra de Philip Agee, *Inside the Company: CIA Diary* a CIA e algumas de suas operações são expostas e a agência se apresenta como uma máquina dedicada a produzir os resultados favoráveis para a política externa dos Estados Unidos, que não são obtidos através da diplomacia ou não são vantajosos a partir de uma intervenção militar direta ou bloqueio econômico aberto. Portanto, a relação da CIA para com o Brasil e os demais países da América Latina se caracterizou por observar e quando necessário intervir de uma forma encoberta se por ventura os interesses dos Estados Unidos na região se encontrassem ameaçados, de acordo com as análises da agência, cuja principal característica era a de diagnosticar movimentos nacionalistas como sendo influência de uma possível infiltração comunista no continente. No caso do Brasil, no terreno das relações econômicas, os Estados Unidos observaram com apreensão o incremento das posições nacionalistas no meio parlamentar brasileiro. Desde a Assembléia Constituinte de 1946, o governo norte-americano procurou assegurar que a legislação

econômica brasileira seguisse uma orientação liberal. Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946 o tratamento da questão petrolífera revelou diferenças entre os dois países, que se tornariam posteriormente fonte de politização no Brasil. A posição dos Estados Unidos obedecia aos interesses das empresas petrolíferas, que exigiam uma legislação liberal, tanto para a exploração, como distribuição do petróleo e de outros recursos minerais. Uma ampla mobilização da sociedade brasileira, a partir de 1947, levou o Congresso Nacional a adiar a votação sobre a questão.

Em fevereiro de 1948, o governo Dutra enviou uma proposta de lei do Estatuto do Petróleo, propondo que 60% do capital das empresas do setor poderiam ser de procedência estrangeira. A reação contrária da opinião pública foi acompanhada de importante mobilização política. Iniciou-se uma campanha pela defesa do petróleo, conduzida por um conjunto de entidades, destacando-se a Liga da Defesa Nacional, o Clube Militar, o Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e a União Nacional dos Estudantes. Dominada por um forte conteúdo emocional, a campanha foi marcada pelo slogan "o petróleo é nosso". Este nacionalismo era um entrave para os interesses dos Estados Unidos, pois dificultava a instalação de refinarias norte-americanas no país. Este entrave permaneceu durante o segundo governo Vargas, a CIA continuou observando e diagnosticando possíveis problemas com relação às características nacionalistas da administração de Getúlio Vargas. No entanto, as concessões almejadas pelos EUA apresentavam resistência interna. Os militares nacionalistas que apoiavam Vargas eram contra o envio de tropas a Coréia, pois alegavam necessidade de extenso programa de treinamento. Também eram contra a exportação de minerais atômicos *in natura*, e exigiam, como compensação pelos minerais, a instalação de indústrias para o beneficiamento junto às

fontes, o que significava o desenvolvimento de tecnologia nuclear no Brasil considerada de importância para a segurança nacional⁵⁶.

Optando pela via diplomática nesta questão surgiu a iniciativa dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). Esta Comissão foi concebida no período inicial do segundo governo Vargas para elaborar projetos de fomento do desenvolvimento econômico e que contariam com o apoio financeiro do Eximbank norte-americano.

A partir de princípios de 1952, as expectativas criadas pela CMBEU se reverteram. No mês de janeiro o Executivo havia promulgado um decreto, que restringia a remessa de lucros e o retorno de capitais, o que provocou tensões no diálogo com os Estados Unidos. Em seguida, uma grave crise cambial causou um aumento significativo dos atrasados comerciais do país.

A este cenário juntou-se então um conjunto de adversidades externas. Menciona-se o fim do “boom” produzido pela guerra da Coreia, que favorecera as exportações brasileiras; o desinteresse da administração Eisenhower por apoiar projetos de desenvolvimento econômico; o endurecimento das agências multilaterais de crédito - especialmente o Banco Mundial; e a acumulação de atrasados comerciais com os Estados Unidos.

Esta nova realidade limitou as atividades do Eximbank, que liberou recursos apenas para o pagamento de parte dos compromissos vencidos

⁵⁶ Segundo Bastos(2001, p. 452) “... sob a influência marcante do almirante Álvaro Alberto, passou a tramitar no congresso Nacional o projeto de criação do CNPq, em que se vedava explicitamente a exportação de monazita in natura, buscando estimular a capacidade de processamento químico local deste insumo estratégico para a produção de tório (material passível de fissão nuclear) e sais de terras raras (de vários usos estratégicos, particularmente na manufatura de metais leves). O embargo da exportação in natura não apenas acentuaria a vulnerabilidade norte-americana a qualquer risco (político,econômico, militar ou técnico) de interrupção do fornecimento brasileiro, como também ameaçava frontalmente a sobrevivência do oligopólio que beneficiava o produto nos EUA, graças a pretensão de um aliado subordinado de dominar tecnologia nuclear”

junto a credores norte-americanos. Neste quadro tornou-se inviável a continuidade da CMBEU.

No governo Juscelino as preocupações da CIA se tornaram ainda mais fortes que no segundo governo Vargas. Neste período, a diplomacia brasileira deu os primeiros sinais de flexibilidade ideológica. Desde o início de seu governo, JK lançara a idéia de degelo nas relações do Brasil com a URSS. Em 1959, foram concluídas as negociações para o restabelecimento das relações comerciais com aquele país. Vale sublinhar que esta mudança de posição seguiu motivações pragmáticas. Os contratos assinados com o governo soviético previam a venda de café em troca de trigo, petróleo bruto e óleo diesel.

Os foros multilaterais ganharam importância para a difusão das novas prioridades da política externa brasileira. O chanceler Negrão de Lima, em seu discurso de setembro de 1958, na Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, lançou a idéia de uma mobilização regional em torno da necessidade do desenvolvimento da América Latina. Esta mobilização deveria fomentar um novo diálogo e novas formas de cooperação com o governo norte-americano. No ano seguinte o embaixador Augusto Frederico Schmidt, no mesmo plenário, ao defender o combate ao subdesenvolvimento, apresentou os objetivos da Operação Pan-Americana (OPA).

Paralelamente, o país assumia posicionamentos que questionavam a livre ingerência em assuntos internos, praticada pelas superpotências em suas respectivas áreas de influência. No discurso que proferiu em 1959, na Assembléia Geral da ONU, o chanceler Horácio Lafer afirmou a defesa do princípio da não-intervenção como premissa da política externa brasileira.

Partindo de uma postura "ocidental", o governo Kubitschek pretendia lançar uma mobilização da comunidade internacional na luta contra o subdesenvolvimento. Sem distanciar-se dos compromissos políticos que vinculavam o Brasil à esfera de influência norte-americana, defendia-se o desenvolvimento como um instrumento de segurança hemisférica.

Esta foi a iniciativa de maior destaque na política externa de seu governo. Proposta numa correspondência enviada por Kubitschek ao presidente Eisenhower em maio de 1958, ela recebeu a adesão imediata dos países latino-americanos. No Brasil, a OPA correspondia a um projeto do próprio presidente, contando com o apoio do Itamaraty e de colaboradores próximos, mencionando-se especialmente Augusto Frederico Schmidt, que defendeu a iniciativa em diferentes foros multilaterais.

Como desdobramento, foi criado o Comitê dos 21 na OEA, para analisar formas e modalidades de sua implementação. A recomendação desse Comitê (abril / 1959) para se criar o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi a primeira iniciativa institucional de promoção do desenvolvimento na comunidade interamericana.

Os resultados da OPA foram afetados pelo impacto causado na região pela revolução cubana. As preocupações dos Estados Unidos com a contenção do comunismo na América Latina esvaziaram a Operação, impondo novas prioridades na agenda hemisférica. Ao mesmo tempo, o governo Kennedy lançava mão de suas próprias receitas para lidar com a realidade econômica latino-americana. Em março de 1961 foi anunciada a Aliança para o Progresso, um programa de assistência ao desenvolvimento na América Latina.

A importância das relações com os Estados Unidos e o peso da Guerra Fria nas opções de política externa do Brasil não impediram o país de reforçar vínculos com algumas nações européias. As antigas potências, especialmente a Alemanha e a França ofereciam novas oportunidades, estimuladas pelo crescimento de suas economias e a necessidade de suas empresas expandirem seus investimentos.

A presidência de Jânio Quadros, iniciada em janeiro de 1961, introduziu grandes mudanças na política internacional do Brasil. Durante os três anos de duração dos governos Quadros e Goulart, o país transformou as bases da sua ação diplomática. Conhecida como a Política Externa Independente (PEI), esta mudança representou um ponto de inflexão na história contemporânea da política internacional do Brasil.

As novas diretrizes da política externa brasileira coincidiram com um período de crescente incerteza política para o país. A eleição de Jânio Quadros pela UDN e de João Goulart como vice-presidente pelo PTB forçou a convivência de grupos partidários de distintas orientações ideológicas. A renúncia de Quadros, a solução parlamentarista e o retorno quase imediato ao sistema presidencialista criaram um contexto institucional de extrema fragilidade, dificultando os avanços da política que pretendia transformar a inserção internacional do Brasil.

As inovações da política externa brasileira marcaram as gestões de cinco chanceleres, substituídos em função da rotatividade da política interna. Lançadas pelo chanceler Afonso Arinos, que se manteve no cargo até à renúncia de Quadros em agosto de 1961, foram continuadas no governo de João Goulart num quadro de grande instabilidade política.

Os chanceleres Afonso Arinos, Santiago Dantas e Araújo Castro foram os principais responsáveis pelo corpo de idéias e o conjunto de iniciativas que deram perfil a PEI – Política Externa Independente. Os dois primeiros, comprometidos com seus programas partidários, procuraram introduzir novos ideais na política internacional brasileira. Afonso Arinos, vinculado a um segmento progressista da UDN, manteve a chefia do Itamarati durante todo o governo de Quadros. Durante sua gestão foram lançadas as premissas essenciais da política externa independente. San Thiago Dantas assumiu a condução da política internacional do Brasil durante a etapa parlamentarista. Vinculado à ala moderada do PTB, Dantas teve sua atuação marcada por suas convicções democráticas e reformistas. Araújo Castro foi o único chanceler do período que pertencia à corporação diplomática. Fortemente influenciado pelo pensamento nacional-desenvolvimentista, seu desempenho aliou profissionalismo com originalidade.

A PEI foi acompanhada por uma abrangente reforma do Ministério das Relações Exteriores, aprovada por Lei em julho de 1961 (Lei nº 3.917). Fruto de estudos e avaliações técnicas realizadas ao longo de dez anos, esta reforma representou um marco divisor no funcionamento do Itamaraty. Novas divisões temáticas e geográficas permitiram aprofundar e diversificar o campo de ação da diplomacia brasileira.

De acordo com a postulação básica da PEI, o Brasil deveria ampliar sua autonomia no plano internacional, desvincilhando-se dos condicionamentos impostos pela bipolaridade. As posições do país deveriam ser motivadas pelos interesses nacionais e não pelas pressões das grandes potências - especialmente os Estados Unidos. Para tanto se tornava necessária a diversificação de suas relações políticas e comerciais.

Sublinhava-se a identificação do Brasil com outras nações do mundo subdesenvolvido, na América Latina, África e Ásia. A nova política externa coincidia em muitos pontos com as posições do Movimento Não-Alinhado: na crítica ao colonialismo, ao neocolonialismo, ao racismo e ao armamentismo. Esta semelhança levou a que, durante sua primeira etapa, a PEI fosse interpretada como uma proposta neutralista. Não obstante, seus defensores insistiam em diferenciar neutralismo de independência. Era necessário que o Brasil agisse com isenção ideológica, destacando a luta contra o subdesenvolvimento, a cooperação com as demais nações americanas, os pontos em comum com os países africanos e o apoio ao Sistema das Nações Unidas.

Para concluir gostaríamos de citar algumas obras com a qual desenvolvemos este estudo. Começando pelo trabalho de Phyllis R. Parker, com o título original em inglês: *U. S. Policy Prior To The Brazilian Coup of 1964*, reuni documentos interessantes sobre a participação do Governo dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março de 1964 no Brasil. O livro foi publicado somente depois que a operação Brother Sam foi divulgada em 1976, entretanto, ele foi de fundamental importância por indicar fontes que hoje se encontram na Lyndon B. Johnson Presidential Library, na University of Texas, Austin, USA. Boa parte destes mesmos documentos estão disponíveis digitalizados na própria página da universidade e no site governamental da CIA. Outros documentos da Operação Brother Sam infelizmente ainda são considerados “top secret” (ultra-secreto), e permanecem em poder do National Security File, Presidential Office Files, e do White House Central Files, em Washington.

Outra obra interessante, que me indicou alguns caminhos a seguir, já na pós-graduação foi o - *Imperialismo Sedutor* - de Antônio Pedro Tota. A obra trata da ostensiva campanha de penetração cultural norte-americana no Brasil desencadeada no início dos anos 40 o que me permitiu ampliar os

horizontes sobre a compreensão de como o processo/projeto de expansão gradativa do “american way of life” foi ganhando espaço na sociedade brasileira, graças aos esforços de grupos de homens que buscavam idealizar uma imagem sedutora dos Estados Unidos como modelo a ser seguido. Esse plano fazia parte da estratégia dos Estados Unidos de promover a cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica, enfrentar o desafio do Eixo e consolidar-se como grande potência. A campanha teve início com a propagação dos “valores pan-americanos” durante as conferências interamericanas. O passo seguinte foi a criação, em agosto de 1940, de uma superagência de coordenação dos negócios interamericanos, sob a chefia de Nelson Rockefeller, chamada Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA). Essa iniciativa diferia dos programas de colaboração já em funcionamento por estar diretamente vinculada ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos.

Para alcançar seus objetivos, o OCIAA contava com as divisões de comunicações, relações culturais, saúde e comercial/financeira. Cada uma dessas divisões subdividia-se em seções: rádio, cinema, imprensa; arte, música, literatura; problemas sanitários; exportação, transporte e finanças. Durante todo o seu tempo de vida, o OCIAA contou com ativa colaboração do DIP, quer na condução de projetos conjuntos, quer como órgão de apoio à sua ação no Brasil.

Na área de comunicação e informação, a agência norte-americana procurava veicular na imprensa brasileira notícias favoráveis aos Estados Unidos e, nos Estados Unidos, divulgar o Brasil. Procurava também difundir as técnicas mais modernas do jornalismo norte-americano, como por exemplo, a recepção e transmissão de radiofotos transmissão de radiofotos. Mas nada se comparava, em termos de glamour e apelo popular, aos

programas radiofônicos e, principalmente, às produções cinematográficas sob sua coordenação.

No rádio, um dos mais importantes instrumentos de propaganda da guerra, o OCIAA apresentava programas transmitidos diretamente dos Estados Unidos ou por estações locais. Além de fazer a cobertura dos fatos relacionados ao andamento da guerra, as transmissões procuravam divulgar a cultura norte-americana e se contrapor à propaganda de guerra do Eixo em programas como "Família Borges", "Barão Eixo" ou "O Brasil na Guerra".

Já na área cinematográfica, tanto os filmes de ficção quanto os documentários desempenhavam o papel de difusores culturais e ideológicos. Na produção dos primeiros, o OCIAA contou com a colaboração das indústrias cinematográficas de Hollywood. Procurava-se evitar a distribuição na América Latina de filmes que expusessem instituições e costumes norte-americanos malvistas, como a discriminação racial, ou que pudessem ofender os brios dos latino-americanos. Os bandidos mexicanos, por exemplo, foram banidos das produções de Hollywood. Outra importante iniciativa foi a criação de personagens que ajudassem a fomentar a solidariedade continental. Data dessa época o nascimento do conhecido personagem dos Estúdios Disney, o papagaio Zé Carioca. O filme *Alô Amigos*, que apresentou esse personagem ao mundo como amigo do Pato Donald, enfatizava a política de boa vizinhança. No filme também podemos notar que o personagem brasileiro idealizado por Disney, o simpático Zé Carioca é falador, esperto, um típico malandro e, além disso, ainda é fã de Donald e sente um imenso prazer em conhecer o representante dos Estados Unidos e logo o convida para conhecer as belezas e os encantos do Brasil. Brasileiramente, faz-se íntimo de Donald - quando este lhe estende a mão, Zé Carioca lhe dá um grande abraço forte e cordial - que aceita o convite e sai para conhecer um Brasil, tipicamente idealizado com muito samba, pandeiro, mulatas e cachaça.

Na área da saúde, a ação do OCIAA voltou-se basicamente para o controle da malária, o treinamento de enfermeiras e a educação médica. Esses programas não tinham apenas o objetivo político de obter a aprovação da população à atuação da agência no Brasil. Destinavam-se também a preparar o terreno para o provável estacionamento de tropas norte-americanas em território brasileiro e para a extração de materiais estratégicos a serem fornecidos aos Estados Unidos. Ambas as questões presentes na agenda da negociação do alinhamento brasileiro.

Foi nessa época que Carmem Miranda se tornou símbolo da cultura brasileira nos Estados Unidos, que o Zé Carioca ajudou a construir o estereótipo do brasileiro simpático, que a Coca-Cola substituiu os sucos de frutas nas mesas da classe média brasileira e etc. Apesar dos focos de resistência à sua ação, o OCIAA conseguiu erradicar a influência do Eixo no Brasil e sedimentar o discurso pan-americanista da solidariedade continental. Terminada a guerra, o governo dos Estados Unidos encerrou as atividades da agência, deixando a cargo da embaixada americana no Brasil a condução de algumas de suas atividades. Embora esta obra não cite a Operação Brother Sam, que inicialmente era foco do meu trabalho, eu a considerei importante, pois me ajudou a amadurecer as minhas idéias e a perceber que os planos de intervenção dos Estados Unidos no Brasil iam muito além da questão militar.

Já na obra de Gerard Colby com Charlotte Dennett - *Seja feita a vossa vontade* - os autores vão além do Golpe de Estado de 1964 e traçam um panorama sobre os interesses dos Estados Unidos no Brasil e até onde eles foram capazes de ir para defender estes interesses. A obra traz um estudo exaustivo sobre como em aproximadamente quatro décadas, Nelson Rockefeller, herdeiro de um império petrolífero e Cameron Townsend, um líder protestante visionário, uniram recursos e estratégias para combater o comunismo que se espalhava pela América Latina e evangelizar as

populações indígenas. Estes dois homens, cada um movido por um interesse, dedicaram-se a uma das mais complexas empreitadas de todos os tempos: conquistar a Amazônia. Por trás do esforço de ambos, formou-se uma rede de interesses políticos e econômicos que resultou num dos episódios mais escandalosos da política imperialista americana, com ataques à natureza, patrocínio de ditaduras, genocídios, exploração predatória de riquezas naturais e espionagem.

Através de uma bem elaborada investigação, e utilizando pela primeira vez documentos de Rockefeller recentemente liberados, Gerard Colby e Charlotte Dennett registraram minuciosamente todos os passos deste plano gigantesco, nos palcos e nos bastidores de toda a operação: os “lobbies” políticos e os planos secretos, o uso de missionários para propósitos da CIA e os interesses empresariais no exterior atendidos por ditadores locais. Com relação à Operação Brother Sam, esta obra narra em um estilo jornalístico detalhes desta sinistra operação citando várias fontes, inclusive documentos da própria CIA e arquivos do Senado norte-americano. Os autores analisam a trajetória de políticos, empresários e instituições envolvidos numa trama da qual muitos brasileiros jamais ouviram falar, mas que teve influência direta na história do país. Em nome de Deus, do progresso e da democracia, “tribos sem Bíblia” foram pacificadas, campos petrolíferos e recursos naturais estratégicos foram disputados e mercados lucrativos foram desenvolvidos.

Durante este processo, governos democráticos foram derrubados, direitos foram suspensos, milhares de nativos foram mortos e outros tantos expulsos de sua terra na Amazônia, América Central e Sudeste Asiático.

Com relação ao Professor Moniz Bandeira, eu me baseie primeiramente três obras que considero vitais para o projeto. O governo João Goulart - As

lutas sociais no Brasil; Estado Nacional e Política Internacional na América Latina e Presença dos Estados Unidos no Brasil.

O Governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil trás documentos que nos dão uma visão mais clara da participação das forças econômicas, políticas e militares e do governo norte-americano na derrubada do ex-presidente João Goulart em 1964.

Desde que a primeira edição do livro foi lançada, em dezembro de 1977, Bandeira vem obtendo documentos, liberados pelo próprio Governo dos Estados Unidos, fazendo pesquisas e descobrindo novas informações. A obra *A Presença dos Estados Unidos no Brasil* analisa através de uma minuciosa documentação praticamente dois séculos de interferência Americana na política brasileira. Para compor esta obra, o autor teve acesso aos arquivos pessoais de Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Joaquim José de Lima e Silva Moniz Aragão, que foi secretário do Barão do Rio Branco, além de várias entrevistas com importantes políticos do período. A obra aponta ainda a influência da CIA nos preparativos para a possibilidade de uma tentativa de intervenção no país, caso houvesse uma reação armada da esquerda brasileira.

Em *Estado Nacional e Política Internacional na América latina*, Bandeira elabora um cuidadoso estudo comparativo entre as políticas externas do Brasil e da Argentina e suas relações com os Estados Unidos com base em documentos de arquivos, fontes impressas e revistas o autor analisa e organiza alguns acontecimentos que do ponto de vista da historiografia tradicional foram pesquisados superficialmente.

No entanto, é necessário ainda salientar que outros autores de reconhecido mérito como Thomas Skidmore ou mesmo o ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon questionam, não só a existência desta operação militar estratégica, bem como a colaboração dos Estados Unidos a favor do Golpe de Estado de 1964. Em *Brasil: De Getúlio a Castelo*, Thomas Skidmore nos diz:

*“A revolução brasileira de 1964 foi um produto cem por cento brasileiro, e não foi, sob qualquer feito, forma ou maneira, um produto escondido dos Estados Unidos”.*⁵⁷

Em seguida, na mesma obra ainda insere uma nota do secretário de Estado do Governo dos Estados Unidos Dean Rusk quando questionado sobre a acusação cubana de que a revolução brasileira foi preparada, ordenada e paga nos Estados Unidos, Rusk disse: *“Pois bem, não existe um mínimo de verdade nisto. Simplesmente não é assim de qualquer modo, forma ou maneira”*.⁵⁸

Embora o autor negue a participação dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 1964, é necessário salientar que os depoimentos de Rusk e Gordon, são de caráter duvidoso, pois eles eram funcionários do Governo dos Estados Unidos, por isso muitas coisas que eles poderiam dizer poderia ser considerado um ato de traição ao seu país, então podemos deduzir que, se os Estados Unidos por meio de uma de suas agências secretas tivessem ajudado de alguma forma os conspiradores no Golpe de Estado de 1964, não haveríamos de saber por meio deles, uma vez que, todas as operações que

⁵⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975. p392.

⁵⁸ *Ibid.* p.393. retirado do Department of State Bulletin, L, N°1295. p.614. 1964.20.04.

envolvem conspirações, são secretas, até que alguém com poder decida o contrário. A obra de Lincoln Gordon - *Brasil, A Segunda Chance* - trás na sua segunda edição um capítulo suplementar sobre os Estados Unidos e o Governo João Goulart. Neste capítulo em particular o autor dedica todas as páginas a tentar comprovar o não envolvimento do Governo dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 1964 no Brasil, mas em alguns pontos entra em contradição. Em primeiro lugar, ele deixa bem claro que os Estados Unidos vigiavam de perto a situação política do Brasil e ele próprio se encarregou de passar informações à inteligência americana.

*“Durante esse período, preocupei-me também com a possibilidade de que uma ruptura na ordem constitucional pudesse levar o Brasil a uma guerra civil e eu não era o único a temer esta possibilidade”.*⁵⁹

Na sua obra Gordon admite que embora observassem de perto a situação do Brasil, os Estados Unidos jamais tentariam intervir no que eles consideraram uma fatalidade (bem planejada), junto aos golpistas no processo que derrubou governo Goulart. Enfim, parafraseando a chamada de abertura de um seriado norte-americano dos anos 90 que tinha como trama questões inexplicáveis e a teorias da conspiração, “The Trust is Out There” - A verdade esta lá fora.

⁵⁹ GORDON, Lincoln. *A Segunda Chance do Brasil*, Senac, São Paulo, 2002, p. 353.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Lúcio Flávio de – *UMA ILUSÃO DE DESENVOLVIMENTO – Nacionalismo e Dominação Burguesa nos Anos JK* – 1ª Edição, Editora da UFSC, Florianópolis, 2006.

AGEE, PHILIP – *DENTRO DA “COMPANHIA”. DIÁRIO DA CIA. 1ª EDIÇÃO, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, RIO DE JANEIRO, 1975.*

BANDEIRA, Moniz – *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)* – 2ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

BANDEIRA, Moniz – *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina* – 2ª edição, Ensaio, São Paulo, 1995.

BANDEIRA, Moniz – *O Governo João Goulart -As lutas sociais no Brasil 1961-1964* - 3ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

BANDEIRA, Moniz – *Relações Brasil-EUA No Contexto da Globalização – Rivalidade Emergente.* 2ª edição, Senac, São Paulo, 1999.

BANDEIRA, Moniz – *FORMAÇÃO DO IMPÉRIO AMERICANO – da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. 2ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo – *Pensamento Econômico Brasileiro (1930-1964), O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª Edição, Contraponto, Rio de Janeiro, 2004.

BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto – *Textos Políticos de História do Brasil* – Senado federal, Subsecretária de edições técnicas. Brasília, DF.

COLBY, Gerard e DENNETT, Charlotte - *Seja Feita a Vossa Vontade*, 1ª edição, Record, Rio de Janeiro, 1998.

DANTAS, San Tiago – *Política Externa Independente*, 1ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.

DREIFUSS, René Armand – *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 2ª Edição, Vozes, Rio de Janeiro, 1981.

GORDON, Lincoln – *Brasil, A Segunda Chance* – 2ª Edição, Senac São Paulo, 2002.

HUGGINS, Marta K. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. Cortez, São Paulo, 1998

MOURA, Gerson – *Estados Unidos e América Latina* – 2ª Edição Contexto – São Paulo, 1991.

PARKER, Phyllis – *O Papel dos EUA no Golpe de 31 de Março* – 2ª Edição, Civilização Brasileira, São Paulo. 1977.

SILVA, Hélio - *1942 – a guerra no continente*, Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1972,

SKIDMORE, Thomas - *Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)* – Paz e Terra, São Paulo, 1982.

SKIDMORE, Thomas - *Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985)* – Paz e Terra, São Paulo, 1988.

SCHLESINGER, Arthur M. – *Os Ciclos da História Americana* – Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1992.

SMITH, Peter H. *Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations*. New York: Oxford University Press, 1996.

TOTA, Antonio Pedro – *O Imperialismo Sedutor: americanização do Brasil na época da segunda guerra mundial*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

TESES

BASTOS, P. P. Zaluth. *A Dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises no Brasil (1890-1954)*, Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas Campinas, 2001.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. – *CRIAR ILHAS DE SANIDADE – Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961 – 1966)*, Tese de Doutorado – PUCSP, 2005.

JORNAIS

Jornal folha de São Paulo 12/10/1963

Jornal do Estado de São Paulo 13/10/1963 - Relatório do General de Brigada Paulo Francisco Torres, encarregado do Inquérito Policial Militar que investigou o caso. DJG.

JORNAL ZERO HORA 02/12/2001 - Entrevista com o Professor Moniz
Bandeira publicada no domingo

INTERNET

www.cebela.org.br Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos,
Rio de Janeiro disponibiliza em formato PDF o seguinte documento:
BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto – Textos Políticos de História do
Brasil –Senado federal, Subsecretária de edições técnicas. Brasília, DF.

www.foia.ucia.gov

Site oficial da CIA - Central Intelligence Agency –Agência Central de
Inteligência do Governo dos Estados Unidos da América disponibiliza pela
internet os seguintes documentos formato GIF:

<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/osulliva.htm>

"The Great Nation of Futurity," The United States Democratic Review,
Volume 6, Issue 23, pp. 426-430.

<http://links.jstor.org> reduce Page o The Origin of "Manifest Destiny"
Julius W. Pratt - The American Historical Review, Vol. 32, No. 4 (Jul., 1927),
pp. 795-798 doi:10.2307/1837859

ANEXOS

~~SECRET~~

64304

CIA HISTORICAL REVIEW PROGRAM
RELEASE IN FULL

CENTRAL INTELLIGENCE GROUP

SOVIET OBJECTIVES IN LATIN AMERICA

ORE 16

10 April 1947

COPY NO. 8

Document No.	001
DDA Memo, Apr 77	
Author: DDA REG. 77/283	
Date: 4/11/77	By: 275

~~SECRET~~

280074

ORE 16

10 APRIL 1947

SECRET
COPY NO. 1SOVIET OBJECTIVES IN LATIN AMERICA *

The Soviet Government anticipates an inevitable conflict with the capitalist world. It therefore seeks to increase its relative power by building up its own strength and undermining that of its assumed antagonists. In Latin America, in particular, Soviet and Communist influence will be exerted to the utmost to destroy the influence of the United States and to create antagonisms disruptive to the Pan American system. **

CONSIDERATIONS INFLUENCING SOVIET OBJECTIVES.

The pattern of Soviet objectives in Latin America differs sharply from that in other areas because of the following four considerations, which are to a varying extent peculiar to this area:

a. Latin America as a whole lies within striking distance of US naval and air power, and could be shut off from the outside world by a US naval blockade. The Latin American Republics therefore cannot be of much use to the USSR, either as military allies or as sources of supply, in any future war.

b. The USSR has nothing to gain by integrating its economy with that of Latin America as long-term commercial exchange arrangements would oblige it to do. This is only in small part because Soviet and Latin American import requirements and export surpluses do not dovetail. The imaginative and resourceful Soviet state trading agency could, by careful manipulation of three-cornered trade, make them dovetail, especially since it could include in its calculations the import requirements and export surpluses of the satellite powers with their highly variegated economic resources. The USSR, however, must assume that large-scale Soviet trade arrangements involving Latin America's strategic materials would elicit an immediate and effective answer from the US. Moreover, the post-war USSR realizes that it is not in a

* This report has the concurrence of the intelligence agencies of the War and Navy Departments and of the Army Air Forces. A statement of dissent by the Department of State is contained in Enclosure "A" hereto.

** ORE 1, "Soviet Foreign and Military Policy."

present president of Argentina, has over a considerable period given qualified support to his regime, and enthusiastically approves his vigorous campaign for a South American trade bloc.

b. Since long-term trade relations with Latin America would involve economic dependency upon an area from which the USSR could be cut off during any future war, the Soviets have made no effective effort to offset the remarkably rapid expansion of US trade in the area since the war. Soviet trade representatives have made overtures to, for example, Argentina, Brazil, Uruguay, and Venezuela; but there is no evidence that these negotiations have led to results that will notably affect the flow of goods across international frontiers. The major occupation of Soviet trade missions in the other American Republics appears to be intelligence activities rather than trade negotiations. "Economic penetration", in the ordinary sense of this term, apparently is not a current Soviet objective in Latin America. Since Soviet-Latin American trade is capable of large-scale development, this must be regarded as a deliberate policy choice on the part of the USSR.

c. Since it is to the advantage of the USSR to press no objectives in Latin America that might awaken US opinion to a sense of urgency about a possible future war, the eight Soviet embassies and legations in Latin America conspicuously devote themselves to diplomacy and culture, avoiding every appearance of an organic relationship either with local Communist parties or with the Soviet's Latin-America-wide intelligence network. No negotiations are on record concerning the placement of Soviet military missions, and up to the present time the USSR has accredited only two military representatives in the entire area.

d. Recognizing the special characteristics of Latin American public opinion, the Communist strategists in the area have adopted a posture of apparent devotion to democratic institutions and the democratic freedoms; have seldom referred to the dictatorship of the proletariat and the dream of a Soviet America; and have followed a propaganda line that lays at the door of the US responsibility for Latin America's extremes of poverty, and conveys the impression that the USSR is a land of freedom and equality. On the strength of this propaganda line, the Communist movement in Latin America is winning members and sympathizers. These gains, however, are made possible primarily by widespread ignorance of and delusions concerning the economic and political character of the USSR and not, as some commentators suggest, by poverty as such. (There is no correlation between the incidence of poverty and the incidence of Communism in Latin America.) Moreover, because of the democratic appeals it employs, the propaganda cannot contribute directly to the Sovietization of the Latin American countries.

~~SECRET~~

The pattern of Soviet activities in Latin America suggests, therefore, that Soviet planners have posed their problem to themselves in the following terms: What, in the time available to us in Latin America, can we do to undermine the military potential of the Western Hemisphere as a fighting unit? Where, without assuming direct responsibility, can we channel our resources and energies in such fashion that the activities we initiate will continue to weaken the US even when we are no longer present to supervise them? What existing diplomatic or political situations, favorable to our long-term purposes, can we exploit --- again without assuming direct responsibility?

SOVIET OBJECTIVES.

The USSR has found the answer to its problem in the following four objectives: (1) the development of strong local Communist parties, (2) the Communization of the leadership of the local trade unions, (3) the dissemination of carefully selected propaganda themes which, implanted in the hearts and minds of the Latin Americans themselves, tend to undermine US hegemony in the Hemisphere and make inter-American military cooperation difficult to achieve, and (4) the creation and maintenance of an intelligence network that will obtain for Soviet planners the data they require in order to forward these objectives with a maximum of skill and a minimum expenditure of effort.

All the available evidence indicates that the USSR can already point to advantageous developments with respect to each of these four objectives, as follows:

The local Communist parties. These are strongest in Cuba, in Brazil, and in Chile, but in none of these countries is there any likelihood of an early Communist bid for power. There are several countries, such as Bolivia, Guatemala, Honduras, and El Salvador, where there is at present no Communist party. However, most of the Latin American Republics, and all of the important ones, have alert and vigorous Communist parties which have an impact on day-to-day social and political events entirely out of proportion to their actual numbers.

Communist leadership in the trade unions. Here the main evidence of Soviet progress is the CTAL, or Confederation of Latin American Workers, which has as affiliates the bulk of the trade unions in the area. The top echelons of the Confederation and the leaders of most of the key member-unions are Communist-controlled, with the result that the Confederation's "line" is rarely distinguishable from that of the Communist parties. The head of the Confederation is Vicente Lombardo Toledano, who, despite his assertion that he is not a Communist, is regarded throughout the area as the Communists' spokesman in labor

~~SECRET~~

~~SECRET~~

affairs. He and his lieutenants have been able to dominate the movement because, like Communist labor leaders everywhere, they know what they want, give careful thought to how to get it, and are more diligent than their opponents. There is, moreover, little prospect of their being jockeyed out of their present commanding position, despite the fact that socialist-led labor factions in certain countries, resenting the Confederation's reputation for being Communist-dominated, are now opposing them. Naturally, the unions that extract, process, and transport materials the US would need from Latin America in any future war are major targets for Communist penetration.

Propaganda themes. By press and radio propaganda through most of the area, the Communists skillfully drive home their major themes: "The USSR is right, the US wrong", whenever there is a clash between them. "The Hemisphere Defense Pact is part of a US plan to fight to the last Latin American in an aggressive imperialist war against the Soviet Union." "The Hemisphere Defense Pact is inconsistent with the United Nations, which is in turn Latin America's only defense against an indefinite future of oppression and exploitation by the United States." "The Good Neighbor Policy died with President Roosevelt." In short, the Communist press and radio in Latin America miss no opportunity to inculcate resentment and distrust of the United States and the Hemisphere Defense Pact, postponement of which the local Communists treat as the Soviet Union's major goal in the area. The resultant distrust and resentment of the United States would remain and be exploited long after the negotiation and signature of the Pact itself.

Intelligence activities. That the Soviet Union today has a Latin-America-wide intelligence network, so related to the local Communist organizations as to enable it to keep the Latin American scene under continuous observation, is attested not only by the weight of the evidence in the possession of US intelligence agencies, but also by the fact that Soviet activities in Latin America are clearly based upon thorough knowledge and deep understanding of the main political and economic trends.

~~SECRET~~

~~SECRET~~ENCLOSURE 'A'DISSENT BY THE INTELLIGENCE ORGANIZATION
OF THE DEPARTMENT OF STATE

The Intelligence Organization of the Department of State dissents from the foregoing CIG estimate as indicated by the paragraphs below. It is considered that in certain respects the estimate is misleading:

- a. It suggests in general a greater immediate Soviet danger in the other American Republics than the evidence so far demonstrates.
- b. It fails to note that the Hemisphere Defense Pact, the proposed United States bill authorizing military collaboration with the other American states, and a proposal of the Inter-American Defense Board for a permanent Inter-American Military Council are separate projects and could conceivably be accomplished independently. Communist attacks are directed primarily against the proposed United States bill.
- c. It suggests the absence of any significant factors other than the differences between the U.S. and Argentina which may delay or conceivably prevent the negotiation of hemisphere defense measures.
- d. In discussing causes for gains in the Communist movement, the emphasis upon propaganda and "ignorance" conceals the importance of local conditions arising from such factors as economic distress, social maladjustments, and frustrated nationalism.

~~SECRET~~

graham
 NIE 93-57
 8 January 1957

~~SECRET~~
 EC8

No 266

NATIONAL INTELLIGENCE ESTIMATE
 NUMBER 93-57

(Supersedes NIE 93-55)

PROBABLE DEVELOPMENTS IN BRAZIL

Submitted by the

DIRECTOR OF CENTRAL INTELLIGENCE

The following intelligence organizations participated in the preparation of this estimate: The Central Intelligence Agency and the intelligence organizations of the Departments of State, the Army, the Navy, the Air Force, and The Joint Staff.

Concurred in by the

INTELLIGENCE ADVISORY COMMITTEE

on 8 January 1957. Concurring were the Special Assistant, Intelligence, Department of State; the Assistant Chief of Staff, Intelligence, Department of the Army; the Director of Naval Intelligence; the Director of Intelligence, USAF; and the Deputy Director for Intelligence, The Joint Staff. The Atomic Energy Commission Representative to the IAC and the Assistant Director, Federal Bureau of Investigation, abstained, the subject being outside of their jurisdiction.

DOCUMENT NO. 1
 NO CHANGE IN CLASS.
 DECLASSIFIED
 CLASS. CHANGED TO: TS 3 D
 NEXT REVIEW DATE: _____
 AUTH: HR 10-2
 DATE: 22 Jul 58 REVIEWER: 018557

~~SECRET~~

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

DISSEMINATION NOTICE

1. This estimate was disseminated by the Central Intelligence Agency. This copy is for the information and use of the recipient indicated on the front cover and of persons under his jurisdiction on a need to know basis. Additional essential dissemination may be authorized by the following officials within their respective departments:

- a. Special Assistant to the Secretary for Intelligence, for the Department of State
- b. Assistant Chief of Staff, Intelligence, for the Department of the Army
- c. Director of Naval Intelligence for the Department of the Navy
- d. Director of Intelligence, USAF, for the Department of the Air Force
- e. Deputy Director for Intelligence, Joint Staff, for the Joint Staff
- f. Director of Intelligence, AEC, for the Atomic Energy Commission
- g. Assistant Director, FBI, for the Federal Bureau of Investigation
- h. Assistant Director for Central Reference, CIA, for any other Department or Agency

2. This copy may be retained, or destroyed by burning in accordance with applicable security regulations, or returned to the Central Intelligence Agency by arrangement with the Office of Central Reference, CIA.

3. When an estimate is disseminated overseas, the overseas recipients may retain it for a period not in excess of one year. At the end of this period, the estimate should either be destroyed, returned to the forwarding agency, or permission should be requested of the forwarding agency to retain it in accordance with IAC-D-69/2, 22 June 1953.

The title of this estimate, when used separately from the text, should be classified:

FOR OFFICIAL USE ONLY

WARNING

This material contains information affecting the National Defense of the United States within the meaning of the espionage laws, Title 18, USC, Secs. 793 and 794, the transmission or revelation of which in any manner to an unauthorized person is prohibited by law.

DISTRIBUTION:

White House
National Security Council
Department of State
Department of Defense
Operations Coordinating Board
Atomic Energy Commission
Federal Bureau of Investigation

~~SECRET~~

PROBABLE DEVELOPMENTS IN BRAZIL

THE PROBLEM

To assess the character of the present regime, and to estimate its probable stability and probable policies over the next two years.

CONCLUSIONS

1. The Kubitschek administration, which came into office a year ago with only a third of the popular vote and against a background of extreme political tension, is trying to restore harmony in Brazil by following a middle-of-the-road course. However, a combination of army, labor (led by Vice-President Goulart), ultra-nationalistic, and Communist elements is attempting to organize an extremist-oriented regime around War Minister Lott. The majority of the air force and navy, a portion of the army, and rightist civilian elements oppose the present administration and particularly desire to remove Lott from a position of power. (*Paras. 8-12*)
2. This tense atmosphere is a reflection of President Kubitschek's inability to consolidate his political position. Despite serious handicaps, however, the administration is able to take positive action on a broad range of economic and foreign policy matters. (*Paras. 13-16*)
3. Kubitschek will probably be able to stay in office over the next two years. However, it is unlikely that he will be able to build up disciplined political support in congress or to curb effectively the army's political influence. (*Paras. 25-28*)
4. The Kubitschek administration has serious economic problems. Although the government will probably continue to make moderate progress in the development of basic services, the rate of economic growth is unlikely to increase appreciably. Inflation will almost certainly continue, but will probably not exceed the high rate of previous years. (*Paras. 18-21, 30-31*)
5. The Kubitschek administration is attempting to continue Brazil's traditional pro-US foreign policy. It is cooperating with the US on major international political issues. However, on matters of economic and military cooperation, it generally has to defer to congress and the armed forces, both of which are highly sensitive to any development which appears to infringe upon Brazilian sovereignty. This situation will probably continue. (*Paras. 22-24, 32-33*)
6. Although the Communist Party is outlawed, the Communist movement is well-

~~SECRET~~

~~SECRET~~

2

organized and well-financed. The Communists are able to cooperate effectively with the non-Communist ultranationalists in both congress and the army in exploiting the already highly developed

nationalistic sentiments of the population. However, they do not by themselves possess sufficient strength to constitute a serious threat to the Kubitschek regime. (Paras. 17, 29)

DISCUSSION

7. The situation in Brazil over the next few years will affect important US strategic, political, and economic interests. At stake are military base requirements, strategic raw materials, cooperation on international issues, and levels of trade and investment. Brazil's attitudes with respect to these US interests will depend upon the relative influence of various competing domestic groups, upon economic developments, and upon US policy toward Brazil.

THE POLITICAL PROBLEM

8. The Kubitschek administration, which came into office a year ago with only a third of the popular vote and against a background of extreme political tension, is attempting to restore political harmony to Brazil by following a middle-of-the-road course.¹ The President, a member of the moderate Social Democratic Party (PSD), is attempting to forge a working relationship with a divided congress and a generally uncooperative and in part hostile military organization. He is also working to curb the ultranationalists and the Communists.

9. However, a combination of army, labor, ultranationalist, and Communist elements is attempting to undermine Kubitschek's position by organizing around General Henrique Texeira Lott a political movement of extremist orientation. Lott, soon after becoming War Minister, revealed himself as a constitutionalist with no pronounced political convictions, but his recent statements and activities suggest that he is increasingly disposed toward the labor-ultranationalist position. Vice-President Joao Goulart, the ambitious head of the

Brazilian Labor Party (PTB) and generally considered as Vargas' political heir, is establishing closer relations with Lott in an effort to enhance his own opportunities. Labor, which ordinarily plays a passive political role, would probably respond to Goulart's leadership in the event of a political crisis.

10. It is largely the weakness of the President's political position and the increasing boldness and outspokenness of the civilian and military opposition that have encouraged the faction of the army led by Lott to expand its political role.² Lott's preventive coup of November 1955, which ensured the inauguration of Kubitschek, split the military, and resulted in a pro-Kubitschek army-civilian alignment opposed by predominantly conservative armed forces-civilian elements. Since then, the army has provided protection against antiadministration groups in the armed forces, but it has also intervened in politics by insisting upon curbs on rightist opposition activities and advocating nationalistic policies with respect to development of Brazil's natural resources.

11. Lott's political activities and the increasing influence of the army in Brazilian politics have intensified the bitter friction already existing among the armed forces. The main outlines of the various divergent military attitudes are: (a) the majority of the air force and navy and a portion of the army are hostile to the present regime in general and to Lott in particular; (b) a small but highly influential army group is backing Lott although many of this group probably look upon Goulart as their real political leader;

¹ See Appendix A for political background.

² The capabilities of the armed forces are discussed in Appendix B.

~~SECRET~~

~~SECRET~~

3

and (c) a sizable military group, consisting mainly of army and police, strongly supports the present administration.

12. Indications that Lott may be inclined to sponsor a labor-ultranationalist government are also causing uneasiness among civilian conservatives who are concerned for the stability of established institutions and fearful of a leftist political trend. They are publicly demanding that both Lott and Kubitschek be replaced. President Kubitschek is endeavoring to restore political calm by curbing the activities of pro- and anti-Lott political organizations.

13. This tense political atmosphere is a reflection of President Kubitschek's inability, after one year in office, to consolidate his political position. He is seriously handicapped in his efforts to carry out his programs by the lack of a disciplined political organization. The so-called "administration bloc,"³ which holds over two-thirds of the seats in both houses of congress, does not provide the President with sustained support. The various parties of the bloc tend to unite for the purposes of organizing congress and preventing serious opposition blows to the administration's prestige, but they frequently fail to respond to the administration's efforts to promote its program in congress. Within the administration bloc, the Brazilian Labor Party (PTB), the Social Progressive Party (PSP), and the Republican Party (PR), until recently

formed a separate "minority" grouping. This arrangement permitted leaders of the "minority" parties to further partisan political objectives by enunciating their own pro-labor, reformist, or highly nationalistic platforms, often in opposition to Kubitschek's program. While the "minority" disbanded in November 1956, it may still operate on an ad hoc basis on specific issues. By aligning itself with the regular opposition, this group can defeat any measure the administration proposes.

14. Kubitschek is further handicapped by the growing schism within his own (PSD) party. Here the struggle for power continues between the established moderate leadership of the party and a "young wing," led by chamber majority leader Tarcilo Vieira de Melo, which believes that the PSD must build a broader, lower-class base if it is to remain in power. Accordingly, the young wing has tended to vote with the "minority" on issues that directly affect the lower income groups, and it further embarrasses the administration by generally adopting ultranationalistic positions.

15. The opposition, dominated by the National Democratic Union (UDN), takes full advantage of the divisions and weaknesses in the administration bloc. It generally employs tactics designed to split the administration parties or force the government to adopt a politically unpopular position. However, the moderate-conservative UDN cooperates with Kubitschek and the PSD moderates to forestall labor-leftist advances. The PSD and UDN recently joined forces to block a PTB-PSP-sponsored effort to extend urban labor legislation to rural workers.

16. Despite the situation described above, President Kubitschek is able to take some positive action. He has secured from congress new tax laws to cover, in part, sharply increased government expenditures. Furthermore, by virtue of special authority vested in the executive, Kubitschek is able to operate independently on a broad range of economic matters, including regulation of exchange rates, restriction of bank credits, encouragement of foreign private enterprise in some fields, and negotiation of development loans.

³ Party Strength in Brazilian Legislature

Party	Senate	Chamber of Deputies
<u>Administration Bloc</u>		
Social Democratic Party (PSD)	23	116
Brazilian Labor Party (PTB)	15	62
Social Progressive Party (PSP)	4	31
Republican Party (PR)	4	17
Others	1	10
	<u>47</u>	<u>236</u>
<u>Opposition Bloc</u>		
National Democratic Union (UDN)	12	73
Liberator Party	3	10
Others	1	7
	<u>16</u>	<u>90</u>
	<u>63</u>	<u>326</u>

~~SECRET~~

~~SECRET~~

4

17. Although the Communist Party is outlawed, the Communist movement is well-organized and well-financed. Through its infiltration of various agencies of the government and through its influential press, it is able to cooperate effectively with the non-Communist ultranationalists in both congress and the army in exploiting the already highly developed nationalistic sentiments of the population. However, the Communists by themselves do not constitute a serious threat to the Kubitschek regime. In the 1955 Presidential campaign, they threw the entire weight of their propaganda machine behind the Kubitschek-Goulart ticket, and subsequently they claimed credit for the election victory. However, in view of the administration's refusal to extend political amnesty to them, they are forced to operate on the fringes of the political scene. While the Communists follow a firm "united front" policy, they appear to assume an ambivalent attitude toward the present regime, opposing its pro-US gestures while applauding its efforts to curb the rightist opposition.⁴

THE ECONOMIC PROBLEM⁵

18. Kubitschek's political problem is aggravated by Brazil's serious economic difficulties. The administration's basic economic problem is to maintain a satisfactory rate of economic growth and development. Although Brazil has experienced rapid economic growth since World War II, the rate of growth has slackened over the past two years.⁶ Development is being handicapped by distortions and lack of balance in the domestic economy resulting from divergencies in the rate of growth among the various sectors. Brazil's rapid industrial growth has not been accompanied by adequate development of transportation and power and of mining and agricultural production for export. Kubitschek is attempting to further a development program designed to rectify these maladjustments. His primary effort is being devoted to improvement of power and transport facilities.

⁴ See Appendix C for additional information on the Communists.

⁵ See Appendix D for information on Brazil's international economic ties.

Recently, the Eximbank agreed to consider loans up to \$100 million to Brazilian railroads conditioned on consolidation of the rail network. The Eximbank also provided loans of over \$60 million for other development purposes. However, since these loans are far from sufficient for meeting Brazil's growing development needs in the field of basic services, and since adequate domestic financing for such projects is unavailable, the administration is seeking additional foreign assistance.

19. Control of inflation is the administration's most pressing immediate problem. Brazil's post World War II economic growth has occurred under conditions of uninterrupted inflation. The annual average increase in the cost of living for the years 1951-1955 was approximately 22 percent, but for the 12-month period ending September 1956, it rose to 30 percent. This rise partly reflects the administration's political difficulties. Major factors contributing to the current inflation include: (a) a large budget deficit,⁷ (b) a rapid expansion in the money supply (11 percent during the period January-June 1956), largely due to Central Bank financing of the budgetary deficit, (c) liberal pay increases for the armed forces and for civilian government personnel and an increase of over 50 percent in the legal minimum wage in August 1956, and (d) a rapid expansion of commercial and consumer credit. The administration is now attempting to hold the line on inflation by reducing ad-

⁶ In the 1946-1955 period, the gross national product (GNP calculated on the basis of 1950 cruzeiro prices converted to US dollars at 18.5 to 1) increased from \$11.2 billion to \$17.7 billion, the per capita product from \$237 to \$303. This represented an annual expansion rate of 6.4 percent in the GNP and 3.1 percent per capita. During this same decade gross investment amounted to about 16 percent of the GNP annually. However, the rate of growth has slackened somewhat over the past two years. In 1955, the GNP growth rate slowed to 3.9 percent, the per capita growth rate to 2 percent, and the ratio of gross investment to GNP to 14.8 percent. Though the 1956 figures are not yet in, they probably are not below those for 1955.

⁷ At the end of the first nine months of 1956, the deficit was some 13 billion cruzeiros on total expenditures of 60 billion cruzeiros. This deficit was somewhat less than the administration anticipated at the beginning of 1956.

~~SECRET~~

~~SECRET~~

5

ministrative expenditures, tightening credit, improving collection of taxes, and increasing tax rates. By such measures, inflation is being moderated but by no means corrected.

20. In the past, Brazil's insistence on maintaining a high rate of industrialization, even at the cost of severe inflation, has contributed heavily to recurrent foreign exchange shortages. Export earnings have been generally inadequate to meet the growing demand for imports, despite the efforts of successive administrations to curb nonessential imports. In 1953 and 1954 Brazil averted foreign exchange crises only by borrowing \$500 million from government and private banking institutions in the US. In 1955, as a result of the imposition of tight import restrictions and the resurgence of world demand for coffee, Brazil was able to show a favorable balance of payments of \$100 million, and under the Kubitschek administration, the exchange position is continuing to show improvement. However, this favorable trend is threatened by the approaching maturity of a large volume of outstanding foreign loans. By the end of 1960, Brazil is scheduled to repay \$782 million out of a total of \$1.074 million in outstanding loans and credits. The administration sought to obtain long-term refunding of its medium-term obligations with the Eximbank. However, the Eximbank declined to consider such refunding, but agreed to a postponement of repayments whenever Brazil's dollar availabilities deteriorate materially. For the moment, Brazil's exchange position is relatively favorable.

21. Increasingly heavy fuel imports also threaten the nation's exchange position. Over one-third of current dollar receipts are allocated to petroleum imports, and requirements are growing rapidly.⁸ Any increases in crude oil prices or transport costs resulting from the Suez crisis will result in an additional drain on Brazil's dollar receipts. Finally, an ever-present threat to the Brazilian economy is a possible sharp fall in the price of coffee or a serious crop failure, for coffee exports now account for two-thirds of Brazil's foreign exchange earnings and 80 percent of its dollar earnings. Present coffee shipments are mov-

ing at a higher rate than in 1954 and 1955, and prices have risen somewhat above 1955 levels.⁹

BRAZIL AND THE US

22. The Kubitschek administration, keenly aware of the advantages to be derived from cooperation with the US in political, economic, and military matters, is attempting to continue Brazil's traditional pro-US foreign policy. It is most successful with respect to cooperation on major international political issues largely because these issues do not involve any question of Brazil's sovereignty or appreciably affect the domestic scene. Thus far it has been able to resist leftist-nationalist-Communist pressures to detach Brazil from its close ties with the US and to resume or establish diplomatic relations with the USSR (which Brazil severed in 1947) and other members of the Sino-Soviet Bloc.¹⁰ Recently it was able to overcome certain military and congressional reservations and push through authorization for Brazil to contribute troops to the UN forces in the Suez Canal area.

23. The President is far less successful in the realm of economic and military cooperation. In these matters, he must generally defer to the army and congress, both of which are highly sensitive to any developments which

⁸The advantages of foreign private development of domestic petroleum resources has long been recognized by many prominent Brazilians, in view of the lack of good coal reserves and insufficiently developed hydroelectric resources. In 1953, however, extreme nationalists and Communists spearheaded passage of legislation establishing a government petroleum monopoly (Petrobras) and excluding foreign capital, and they have since prevented modification of the legislation by succeeding administrations. Petrobras has ambitious plans for expansion of domestic petroleum production and within four years expects to satisfy half of the national requirements, but it will almost certainly be unable to do so.

⁹Average Coffee Prices Table: (Santos 4's)

July 1954 - 88¢
February 1955 - 54¢
February 1956 - 58¢
December 1956 - 60¢

¹⁰Brazil maintains diplomatic relations with only two members of the Bloc — Poland and Czechoslovakia.

~~SECRET~~

appear to infringe upon Brazilian sovereignty. Their ultranationalistic influence is largely responsible for the recent Brazilian National Security Council recommendation that Brazil withdraw from its atomic minerals prospecting and thorium sales agreements with the US and set up a government monopoly on sales.¹¹ Their influence is also largely responsible for the President's inability to alter the government petroleum monopoly so as to permit foreign private capital to develop the nation's oil resources. Kubitschek favors the expansion of foreign private investment in other sectors of the Brazilian economy, but there is strong opposition in congress to such a policy. Some business interests support the current nationalist campaign because they fear competition from foreign enterprises.

24. In matters dealing with military cooperation with the US, the President often finds himself at odds with the armed forces and frequently is forced to accept their views. In the protracted negotiations over military base requirements,¹² the Brazilian military is utilizing its position of influence in the government in order to obtain maximum amounts of equipment from the US. Both the administration and the armed forces are attempting to by-pass congress in these negotiations because of fears the latter would reject any new military agreement. Accordingly the current negotiations are being handled under the existing 1952 Brazil-US MDAP agreement.

OUTLOOK

25. So long as the power struggle among the various military and civilian elements continues, the possibility is always present that the Brazilian political situation may suddenly change, either as a result of a military coup, a new coalition of competing civilian elements,

¹¹ Brazil's raw material potential could be an asset in the atomic energy field. Several uranium deposits are known to exist. However, due to inability, in terms of equipment and personnel, to conduct effective geological surveys, no firm estimate of total uranium reserves can be made. Brazil is one of the two major world resources of monazite (thorium source) and of beryl, and Brazil's known resources of zirconium are substantial.

¹² See map following page 7.

or a notable increase in the administration's influence over the armed forces and congress.

26. The persistence of the split in the military organization makes it improbable that the armed forces will be able to take concerted political action, but it is possible that a coup might be attempted by one of the military factions. If General Lott, with backing of labor-nationalist elements, should attempt to seize power, or if the air force, the navy, and the anti-Lott faction of the army, with the backing of conservative civilian elements, were to attempt a coup, we believe the chances of success in either case would be less than even. Lott's withdrawal or removal from the administration would tend to heal the breach in the armed forces and reduce the possibility of military intervention over the short run.

27. The 1958 state and congressional election campaigns will subject the present government to additional political strain. Competition for influence and power by parties within the "administration bloc" is likely to reduce further the political viability of the regime and to increase the threat of military intervention.

28. Nevertheless, we believe that the delicate balance that exists among the competing elements and the great risks involved for any element that attempts to upset this balance make it likely that the present situation of political tension and instability will continue unresolved. Kubitschek will probably be able to stay in office over the next two years. However, the great political handicaps under which he labors are likely to continue. It is unlikely that he will be able to build up disciplined political support in congress or to curb effectively the army's political influence.

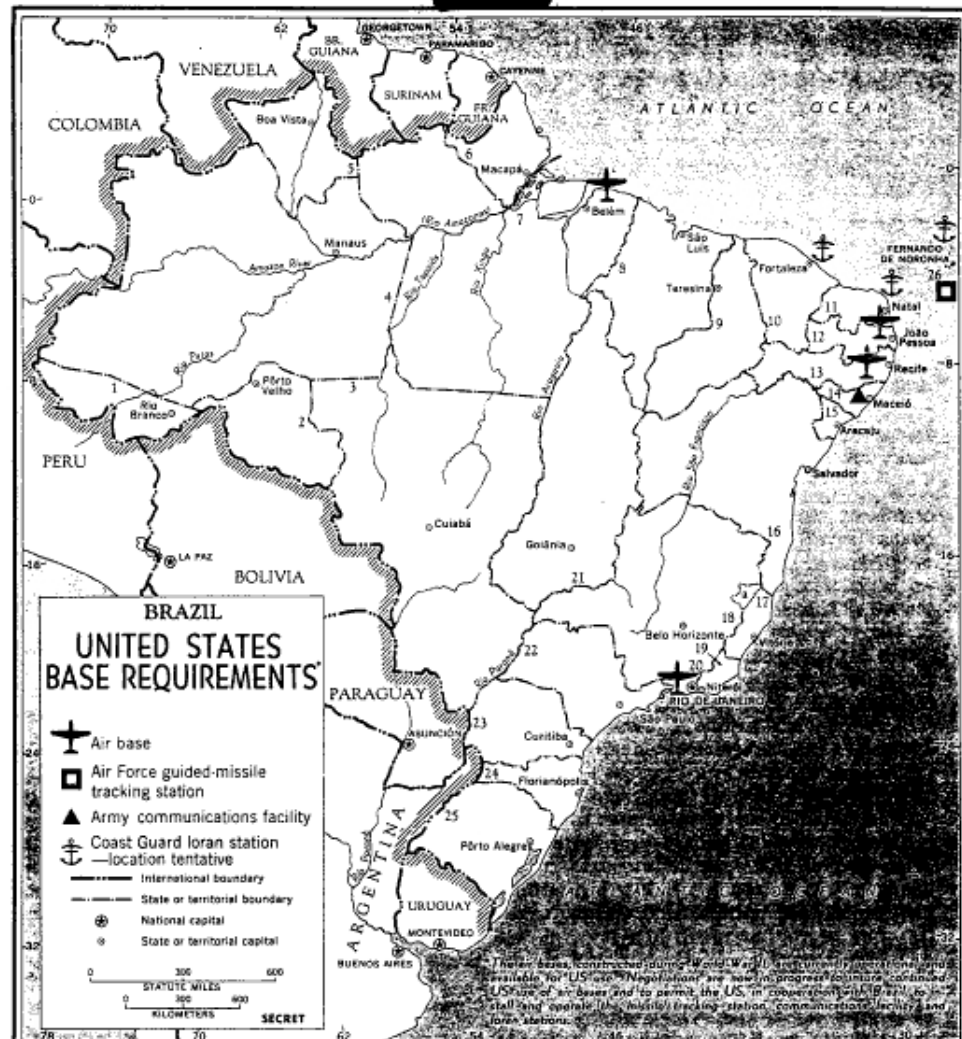
29. The Communists will probably continue to display an ambivalent, opportunistic attitude toward the present regime. The party will continue to exploit social discontent and anti-US nationalist tendencies. It has no prospect of gaining direct control of Brazil by electoral means or by force within the foreseeable future. However, the persistence of political tension and instability in Brazil will enhance Communist opportunities to expand their influence.

30. Inasmuch as Brazil is so highly sensitive to and dependent upon a number of virtually unpredictable international economic developments, no firm estimate of domestic economic developments can be made. A sharp upswing in oil prices and transport costs, resulting from the Suez crisis, could reverse Brazil's currently favorable foreign exchange position. A sharp price decline in coffee would quickly result in serious economic maladjustments. In this latter situation the Kubitschek administration might require outside assistance in order to survive.

31. Assuming no severe adverse economic shocks induced from the outside, the government will probably continue to make progress in the development of basic services, particularly transportation and power. However, the rate of economic growth is unlikely to increase appreciably over the next two years. Inflation will almost certainly persist, but will probably not exceed the high rate of previous years.

32. The present administration will almost certainly continue to support the US on major political issues between the US and the Soviet Bloc and will cooperate with the US on most important political issues in Hemisphere affairs. However, the persistence of ultranationalistic influences in congress and the armed forces will continue to impede certain types of foreign investment. There may be some moderation of the recent nationalistic trend in the atomic energy field, but the government's petroleum monopoly will almost certainly be preserved.

33. Brazil is likely to agree to grant the major portion of US base requirements, but only after exhausting every effort to obtain maximum material benefits. The base agreements, if concluded, will probably be subjected to a concerted Communist-nationalist attack, but we believe the Kubitschek administration, with army backing, would be able to weather such an attack.



INDEX TO STATES AND TERRITORIES

- | | | |
|-----------------------------|---|---------------------------------------|
| 1. Território do Acre | 10. Ceará | 18. Minas Gerais |
| 2. Território do Rorondônia | 11. Rio Grande do Norte | 19. Rio de Janeiro |
| 3. Mato Grosso | 12. Paraíba | 20. Distrito Federal |
| 4. Amazonas | 13. Pernambuco | 21. Goiás |
| 5. Território do Rio Branco | 14. Alagoas | 22. São Paulo |
| 6. Território do Amapá | 15. Sergipe | 23. Paraná |
| 7. Pará | 16. Bahia | 24. Santa Catarina |
| 8. Maranhão | 17. Espírito Santo | 25. Rio Grande do Sul |
| 9. Piauí | a. area disputed by Espírito Santo and Minas Gerais | 26. Território de Fernando de Noronha |

APPENDIX A

POLITICAL BACKGROUND

1. Brazil's political history over the past quarter of a century has centered around the late President Getulio Vargas. He was an astute politician who shrewdly manipulated opposing factions and successfully posed as the friend of the common people. During his first period in power (1930-1945) he established the quasi-fascist "New State" as an ideological facade for his strong personal rule. He espoused cultural and economic nationalism, established federal control over the states, abolished political parties, suppressed all opposition of both the left and right, encouraged government intervention and initiative in economic development, promoted industrialization, concerned himself with amelioration of the living conditions of the urban masses, extended the franchise, and sought to mobilize and control urban labor as a political force through government-sponsored labor unions. It was during this period that urban lower income groups began to become an important factor in Brazilian politics.

2. In 1945, in response to a growing opposition to totalitarianism, the Brazilian army quietly deposed Vargas and established a relatively free political system with General Eurico Gaspar Dutra as constitutionally elected president. The two principal political parties which emerged were the moderate Social Democratic Party (PSD) and the moderate-conservative National Democratic Union (UDN). Both were heterogeneous in composition, but received their direction primarily from upper middle class elements. The PSD was led by men who had been prominently associated with Vargas in the "New State," while many leaders of the UDN had opposed Vargas.

3. Largely because the Dutra administration failed to cope effectively with the growing economic hardships suffered by lower middle class and labor groups, Vargas was able to rebuild a political machine centered around the Brazilian Labor Party (PTB), and win

the 1950 presidential elections. However, he was no more successful in coping with Brazil's mounting economic difficulties than his predecessor had been. By adroit politics, Vargas was able for four years to withstand strong moderate-conservative opposition. However, in August 1954, finding himself unable to stop the country's rapid economic and political deterioration and confronted with the direct threat of intervention by the armed forces, he resigned under pressure and committed suicide.

4. Political power in Brazil then passed to moderate-conservative civilian forces backed by military leaders interested primarily in preserving political order and established institutions. This new regime, headed by former Vice-President Cafe Filho, was expected to enact the unpopular measures required to improve the deteriorating economic situation and to curb the growing labor-leftist political trend. However, President Cafe proved unwilling or unable to exert decisive leadership. Instead he assumed a caretaker role, and his brief administration (August 1954-November 1955) was dominated by the presidential election campaign. During this period political leaders maneuvered frantically to form party coalitions and find candidates for the presidency capable of attracting popular support and acceptable to the armed forces, and ultimately four slates of candidates were nominated.

5. The Kubitschek-Goulart ticket, backed by the PSD, the leftist PTB, and the Communists, won the 3 October 1955 presidential elections, although Kubitschek received only a third of the popular votes. His principal opponent, General Juarez Tavora, the candidate of the UDN and most of the armed forces and conservatives, polled 29 percent. More than one-quarter of the votes were cast for Social Progressive Party (PSP) candidate Adhemar de Barros, who was competing with

Kubitschek for the late President Vargas' labor-leftist following.

6. PSD leader Juscelino Kubitschek, at the time of his election, had over 20 years experience in local, state, and national politics, and a reputation as an ambitious, effective politician and able administrator. While he had held appointive office under Vargas, he was not closely associated with the Vargas regime. Much of Kubitschek's appeal to the electorate stemmed from the confidence he conveyed in Brazil's economic future. This also enabled him to secure the strong support of nationalists, including financial backing from large commercial-industrial interests. However, as he was relatively unknown outside his home state of Minas Gerais, he had to rely heavily upon the PSD machine to deliver the rural vote and upon his alliance with the PTB to ensure the allegiance of the urban working class.

7. PTB leader Joao Goulart, who was generally considered Vargas' heir, was already a well-known, powerful, national political figure prior to the elections. He controlled the PTB bloc in congress, and, more than any other individual, commanded the loyalty of the

urban working classes. Despite PTB-Communist rivalry for control of the lower classes, Goulart had at times collaborated with the Communists, and this largely explained why the Communists supported the Kubitschek ticket. Though he began to cool toward his erstwhile Communist colleagues soon after the election, he was still regarded with suspicion by the bulk of the army and remained unacceptable to the air force and navy.

8. Political tension, already severe throughout the campaign, mounted during the weeks following the election. The more moderate opposition elements pressed technical objections to the Kubitschek-Goulart victory and planned a formal appeal to the Supreme Court. However, extremist forces, both civilian and military, openly advocated a coup to prevent the victors' inauguration. While there was little enthusiasm for the winning ticket among the military, War Minister Lott insisted that the armed forces should abide by the results of the election. Apparently convinced that an anti-Kubitschek-Goulart coup was imminent, Lott on 11 November 1955 led a counter-coup which placed the army in effective control of the Brazilian government until Kubitschek's inauguration.

APPENDIX B

ARMED FORCES CAPABILITIES

1. The Brazilian armed forces, organized and trained on US lines, have an over-all strength of approximately 218,000. The army, numbering 108,000, consists of 7 infantry, 4 cavalry, 1 armored division, 1 airborne division nucleus, and numerous separate combat units and supporting troops. In addition, there are 57,000 militarized police available for local and regional use. The navy, with a personnel strength of 25,800 (including 4,600 marines), has a combat force of 2 light cruisers, 7 destroyers, 3 old submarines, and 97 service, patrol, and auxiliary vessels. It is scheduled to receive two submarines on loan from the US and has purchased an aircraft carrier from the UK. The air force, with a personnel strength of more than 27,000 (including 1,230 pilots), maintains 4 fighter, 3 light bomber, 2 patrol, 2 reconnaissance, and 2 transport squadrons. It has about 1,000 aircraft, including 67 British jet fighters.

2. The operational effectiveness of the armed forces has increased as a result of their reorganization and operational experience with US forces in World War II and of the assistance of US military missions, and is high by Latin American standards. Over-all effectiveness is impaired, however, by a lack of adequate support facilities, poor maintenance, and general obsolescence of equipment, and dependence on foreign sources for resupply of material, munitions, and fuel.

3. Brazil participates in the Inter-American Defense Board and has a bilateral military assistance agreement with the US. The latter document specifies that Brazil will, as a matter of primary responsibility, defend its coastal sea communications and defend and maintain air communications, including the bases and air facilities of its air force located in its territory. Particular attention is to be given to the routes and bases between Recife and the Brazil-French Guiana frontier. In addition, Brazil is to provide certain units which will assist the United States in the protection of the Panama Canal and the sea and air communications in the Caribbean Sea, excluding the territorial waters of other states. With MDAP support, the equipment and training of these units is being improved.

4. The Brazilian armed forces are adequate to maintain internal security and to deter aggression by any neighboring power. They could not repel a major overseas invasion without US assistance. In the event of general war they could probably protect strategically important installations and facilities from extensive sabotage and from possible raids. The Brazilian navy and air force have limited convoy escort and antisubmarine warfare capabilities, but effective patrol of the long Brazilian coast would require the active participation of US forces. With US logistic support Brazil could provide a small expeditionary force.

APPENDIX C

THE COMMUNISTS

1. The illegal Communist Party (PCB) is the largest in the Western Hemisphere. It is now estimated to have 60,000 members and a much larger number of sympathizers.¹ It is well-organized and well-financed. It draws its chief support from urban labor and lower middle class groups, although the leadership of the party is composed largely of professional men and intellectuals. The Communist Party not only maintains numerous newspapers for the dissemination of propaganda but also runs an extensive school system for the indoctrination of party cadres. Its present strength is concentrated in and around the city of Rio de Janeiro, and the important state of Sao Paulo.²

2. The Communists have had some success in infiltrating various agencies of the government, especially the Ministry of Labor. That the military has also been penetrated is evident from the known Communist sympathies of some lower-echelon army officers. The recent Brazilian National Security Council recommendation to suspend its atomic minerals prospecting and sales agreements with the US was partly the result of Communist influence in government agencies and in the army. Communists have also infiltrated several student organizations. The ability of the PCB to direct student activities to their own political ends was demonstrated in the violent Rio de Janeiro streetcar riots of May 1956.

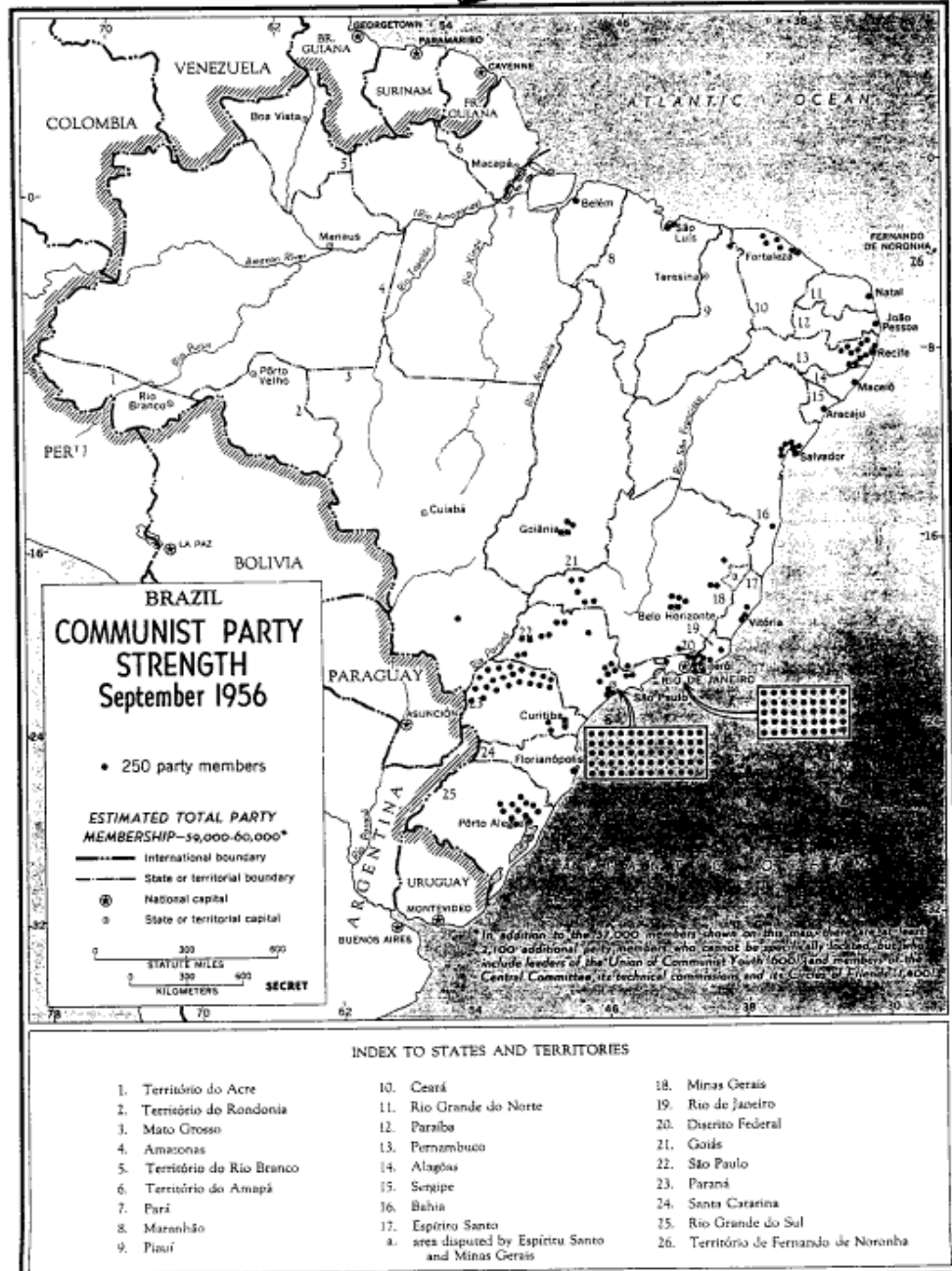
3. The basic PCB objectives appear to be to strengthen international Communism, and

more particularly, to serve the interests of the USSR by weakening the US position in Brazil. The Communists attempt, at every opportunity, to impair relations between Brazil and the US, to neutralize Brazil as an effective component in the military defense of the Hemisphere, to prevent or hamper the procurement of strategic materials by the US in Brazil, and to promote in Brazil a neutralist position in international relations. Domestically the announced objective of the PCB is the formation of a "democratic peoples' government," based on an alliance of urban workers and peasants. To this end they have maintained a virulent attack on "feudal" landholders and pro-US domestic capitalists, whom they describe as "servile instruments of North American capitalism." They are willing to cooperate with any group which endorses all or part of their program.

4. Present Communist strength is insufficient to constitute a serious threat to the Kubitschek regime. Although Communist labor leaders still constitute a minority in the trade union organization, they have considerable influence within many important local unions. The PCB lacks the dedicated popular following which would enable it alone to seize the government by force. Nevertheless, the Communists continue to exert their influence on both Brazil's foreign and domestic policies by exploiting the nationalist tendencies and social discontent in the non-Communist population. It is too early to determine what effect the results of the XXth Congress of the Communist Party of the Soviet Union, the de-Stalinization campaign, or the revolt in Hungary will have on Party capabilities. The official Party line will probably be determined at the Fifth Congress of the PCB, for which preparations are now in progress.

¹ NIE 93-55 estimated PCB strength at 100,000 to 120,000. The presently reduced estimate is based, not upon an actual decline in PCB membership, but rather upon more reliable intelligence obtained during 1956.

² The following map shows more fully the distribution of Communist strength in Brazil.



APPENDIX D

INTERNATIONAL ECONOMIC TIES

1. Brazil's principal economic ties are with the US. Trade normally amounts to over \$1 billion annually, which amounts to about 40 percent of Brazil's total trade, and US private investment in Brazil is over \$1 billion. The US is Brazil's most important source of needed financial and technical aid. The Eximbank has authorized credits of over \$600 million in the past five years. Brazil also receives substantial assistance for economic development under Public Law-480 agreements signed November 1955 and December 1956. In addition, the International Cooperation Administration furnishes technical assistance.

2. Brazil's trade with the Sino-Soviet Bloc, almost exclusively with Czechoslovakia, Poland, and Hungary, doubled to \$85 million in 1955 as compared with 1954. This still amounts to only three percent of Brazil's total foreign trade. Trade with the Bloc during 1956 has continued to expand but at a much less rapid rate than in 1955. During the period January-June 1956, Brazil's trade with the Soviet

Bloc amounted to \$46 million, or four percent of total trade. Brazil's trade with the Sino-Soviet Bloc is not likely to increase appreciably over the next two years.

3. With Western Europe Brazil is attempting to increase its commercial ties in order to strengthen its international economic position. Bilateralism is being abandoned in favor of multilateral arrangements in Western Europe. In April 1955, Brazil and a number of Western European countries established the Hague Club, modeled after the European Payments Union. The Hague Club agreement means that in trade with Brazil, the currencies of the West European countries are freely interchangeable, so that the markets for Brazilian exports and sources of supply of Brazilian requirements are considerably extended. The Kubitschek administration is continuing the policy of the previous administration in attempting to broaden commerce with nondollar areas.

~~SECRET~~

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

WASHINGTON 25, D. C.

OFFICE OF THE DIRECTOR

28 August 1961

MEMORANDUM

SUBJECT: The Situation in Brazil

1. The political situation in Brazil has deteriorated rapidly since the resignation of President Quadros on August 25. The causes for the resignation were probably various, and included the peculiar temperament of Quadros himself, who is known for hasty and dramatic moves. (On one occasion during his election campaign he "resigned" from the conflict, [REDACTED])

1.5(c)
3.4(b)(1)

2. One contributing factor to Quadros' resignation was the public allegation by the Governor of Guanabara (Rio de Janeiro) that Quadros was trying to strengthen his own power at the expense of the legislature. During the preceding week or two, moreover, there had been noticeably increased grumbling about Quadros' foreign policy, in particular his flirtation with the Communist bloc.

APPROVED FOR RELEASE OCT 1999	0624996
----------------------------------	---------

~~SECRET~~
 JFK LIBRARY
 MANDATORY REVIEW
 CASE # NLK-97-91
 DOCUMENT # 1

~~SECRET~~

161

He may well have resigned in a fit of temper, hoping that he would be called back by popular demand, but perhaps also feeling that if he was not called back, the country would get the chaos which he felt it deserved.

3. There has been no country-wide appeal to Quadros to return. On the contrary, there have been a number of reports that the voters who supported him feel themselves betrayed, that people have become tired of his whims, and that they are disgusted by his abrupt withdrawal and fearful of the future.

4. Consequently, attention became focussed after the resignation upon the possible succession of Goulart, the [REDACTED] Vice-President who was just finishing his visit to Communist China. Marshal Denys (Quadros' Minister of Defense, and the most respected officer in the Brazilian armed forces) and Marshal Lott (Quadros' opponent in the election) apparently held conversations about the succession but were unable to agree. Denys, supported by some of the military, appeared determined to prevent the accession of Goulart. Lott, supported by others of the military, desired to facilitate the accession of Goulart in the interest of preserving the "legalities", though he had no enthusiasm for the Vice-President's political views.

1.3(e)
3.4(b)(1)

- 2 -

~~SECRET~~

~~SECRET~~

16 1

5. On Sunday, August 27, Denys arrested Lott and some of his associates. It is also reported that Denys sent a virtual ultimatum to the legislature demanding a change in the constitution to prevent Goulart from succeeding, and threatening to establish a military junta if the legislature does not act. However, he seems to have received little civilian support for this measure. Our latest reports are that Denys and his associates have agreed to permit Goulart to assume the Presidency on condition that his cabinet be submitted to the military for prior approval, and that he sever all ties with the Communists. Meanwhile the president of the Chamber of Deputies, Mazzilli, holds the office of President, for whatever it may be worth.

6. Goulart has reached Paris on his way home from the Far East, but has delayed there and not yet made clear whether he will continue his journey. Much depends on his next move. Should he resign, there would according to the constitution be new elections in 60 days; perhaps Denys would run for President, Quadros might seek a come-back by this means, or Kubitschek, the politician with the broadest support might be a candidate. It is also possible that a "constitutional amendment" might be passed providing for the election of a head of state by the congress without popular consultation.

~~SECRET~~

~~SECRET~~

1/6

7. Should Goulart return and try to take office much would depend upon how he sought to do so. If he tried to proceed directly to Brazilia, Marshal Denys would probably arrest him, unless prior agreement had been reached, and then move to take over full authority, with promises of new elections and a return to legality at some future date. If Goulart returned to his own political stronghold of Porto Alegre and were supported by the military forces now there, political chaos in Brazil could continue for some time.

8. On the whole, it now appears to us that Marshal Denys is in a very strong position, and stands a fair chance of achieving his aims, in one way or another. He enjoys great prestige with the military, and the military will almost certainly be the dominating element in the immediate situation, though it should be remembered that there is in Brazil a strong tradition against overt military exercise of political power. Goulart has legality on his side, but little else; [REDACTED] his popularity has declined in recent years, and he is not a man of marked political courage, or one likely to make a bitter and effective political fight. Marshal Lott appears, for the time being, to be out of the picture.

1.5(c)
3.4(b)(1)


Allen W. Dulles
Director

- 4 -

~~SECRET~~

W H MFG. 11-63

15379

File # 9
S 748

OUTGOING TELEGRAM Department of State

INDICATE: COLLECT
 CHARGE TO

~~SECRET~~

Origin ACTION: AMEMBASSY RIO DE JANEIRO

FLASH 1301

Mar 31 2 29 PM '64

Info: NO DISTRIBUTION

~~XXXXXXXXXX~~ FOR AMBASSADOR GORDON

DECLASSIFIED
E.O. 13292, Sec. 3.5.
NLJ 03-286

By: W NARA, Date 2-24-04

For your personal information only, the following decisions have been taken in order to be in a position to render assistance at appropriate time to anti-Goulart forces if it is decided this should be done.

1. Dispatch of US Navy tankers bearing POL from Aruba, first tanker expected off Santos between April 8 and 13; following three tankers at one day intervals.
2. Immediate dispatch of naval task force for overt exercises off Brazil. Force to consist of aircraft carrier (expected arrive in area by April 10), four destroyers, two destroyer escorts, task force tankers (all expected arrive about four days later).
3. Assemble shipment of about 110 tons ammunition, other light equipment including tear gas for mob control for air lift to Sao Paolo (Campinas). Lift would be made within 24 to 36 hours upon issuance final orders and would involve 10 cargo planes,

Drafted by: ARA:RWAdams:ars 3/31/64

Telegraphic transmission and classification approved by: George W. Ball

Clearances:

S/S - Mr. Read

~~SECRET~~

REPRODUCTION FROM THIS COPY IS PROHIBITED UNLESS "UNCLASSIFIED"

COPY LBJ LIBRARY

Page 2 of telegram to AMembassy RIO DE JANEIRO FLASH

~~SECRET~~

6 tankers, and 6 fighters

Unloading of POL by US Navy tankers (item 1) and dispatch of airlift (item 3) would require further development politico-military situation to point where some group having reasonable claim to legitimacy could formally request recognition and aid from us and if possible from other American Republics. Dispatch of tankers from Aruba and of naval task force does not immediately involve us in Brazilian situation and is regarded by us^{as} normal naval exercises.

END

RUSK

~~SECRET~~

COPY LBJ LIBRARY

ADDRESSOGRAPH - MULTIPHONIC SYSTEMS MASTER PRINTED BY MCGREGOR CAMERON FORMS COMPANY 12-62
CORRECTION MADE ON THIS ORIGINAL MUST BE MADE IN ALL COPIES
BEFORE THE TELEGRAM IS DELIVERED TO THE TELEGRAPH BRANCH

File
S
WH 49

15780

OUTGOING TELEGRAM Department of State

INDICATE: COLLECT
 CHARGE TO

~~SECRET~~

Classification

Brown

For DCF use only

Origin

ACTION: Amembassy RIO DE JANEIRO 1305 FLASH
Info: DEFENSE FOR McNAMARA AND TAYLOR
CIA FOR McCONE

MAR 31 7 53 PM '64

Info

NODIS FOR AMBASSADOR GORDON

Following corrections should be made in Deptel 1301:

- 1) ~~REXX~~ Para one should read: "Dispatch of U.S. Navy tankers bearing POL from Aruba, first tanker expected off Santos April 13; following three tankers at one day intervals."
- 2) Second sentence in para two should read: "Force to consist of aircraft carrier and two guided missile destroyers (expected arrive in area by April 10), four destroyers, task force tankers (all expected arrive about four days later)."
- 3) Strike words "tear gas" in first sentence of para three, and ~~XX~~ insert "CS agent".
- 4) Reference to "10 cargo planes" in second sentence of para three should be "six cargo planes".

DECLASSIFIED
E.O. 13292, Sec. 3.5
NLJ 03-286
By *iso*, NARA, Date *2-24-04*

~~END~~

RUSK

Drafted by: *S. W.*
S/S: BHR Read: vd 3/31/64

Telegraphic transmission and classification approved by: ARA - Mr. Adams *RWA*

Clearances:

COPY LBJ LIBRARY
REPRODUCTION PERMITTED

NLJ. 045.001.002/18

~~SECRET~~

15

1 April 1964

MEMORANDUM FOR THE RECORD

SUBJECT: Meeting at the White House 1 April 1964
Subject - Brazil

PRESENT: The President

State Department: Secretary Rusk,
Under Secretary Ball, Deputy Under
Secretary Johnson, and Mr. Ralph Burton

Defense Department: Secretary McNamara,
Deputy Secretary Vance, General Taylor
and General O'Meara

White House Staff: Messrs. Bundy, Dungan,
Moyers, and Reedy

CIA: The Director, Colonel King and
Mr. FitzGerald

1. The meeting commenced with a briefing on the latest intelligence reports by Colonel King including items from the 10 o'clock telecon between State and Ambassador Gordon. Matters seemed to be more favorable to the insurgents than they had been the previous evening, particularly in view of indications that General Krueel is moving Second Army troops to the Sao Paulo border.

2. Secretary Rusk said that Ambassador Gordon was not advocating U.S. support at this time. Only the Paulistas had requested such aid and this without definition. Ambassador Gordon, with whom the Secretary agreed, believes that it would be wrong at this stage to give Goulart an anti-Yankee banner.

APPROVED FOR RELEASE
DATE: JUL 2002

~~SECRET~~

PRESERVATION COPY

3. Secretary Rusk referred to a "leak" the evening before regarding the movement of a Naval task force to the area of southern Brazil. (General Taylor said that there was not actually a leak but that it appeared to be a deduction by newsmen based on knowledge that a special meeting of the Joint Chiefs took place.) It was agreed that newspaper queries concerning the Naval movement would be treated routinely and that it would not be shown as a contingency move having to do with Brazil.

EO 12958 3.4(b)(1)-25Yrs
(C)

4.

5. There was an aside on Panama concerning the latest OAS language concerning U.S. discussions with the government of Panama. The President gave as his opinion that this language, which appeared to please the Panamanians, did not to him appear to differ from that which we had previously used.

6. In another interjection, the President asked what the effect of Senator Fulbright's speech had been abroad. Mr. Ball referred to his recent trip to Europe during which he addressed the NATO council (prior to the Fulbright speech). He said that the NATO people had agreed that the U.S. had not clearly stated its position vis-a-vis Cuba. Mr. Ball believes that the Fulbright speech may give ammunition to those who do not favor our Cuba policy in the first place. He also added that the Che Guevara speech in Geneva had been much too long and had therefore probably laid an egg. He said that he did not think that, as far as economic denial against Cuba is concerned, the Fulbright speech would have very much effect in Latin America as there was very little trade anyway. The President inquired whether we are endeavoring to explain the basis of our present policy to Fulbright. Secretary Rusk said that this had been and is being done. The President observed that Senator Fulbright probably is enjoying the halo set on his brow by the New York Times and the Washington Post and will probably wish to retain the headgear. Mr. Ball said

~~SECRET~~

~~SECRET~~

3

that he had identified the soft underbelly of the British position in the Cuban denial matter. Apparently British governmental credits can be granted on two grounds: (1) that it is a good credit risk, and (2) though not a good credit risk, the risk is in the national interests. The British apparently admit that the Leyland Bus deal falls in the second category. As a consequence, he believes that we may well be able to stop future British government-backed credits to Cuba.

EO 12958 3.4(b)(1)-25Yrs
(C)

[REDACTED]

The President said that he wants to be very sure that the British fully understand our position with respect to Cuban economic denial.

7. Secretary McNamara reported on the status of the task force. It sailed this morning and would be in the vicinity of Santos by the 11th of April. The arms and ammunition are now being assembled for airlift in New Jersey and the airlift would take 16 hours from the time of decision. As to POL, the earliest Navy tanker, diverted from the Aruba area, would be in place on the 10th or 11th of April. There is, however, a Norwegian tanker chartered by Esso in the South Atlantic loaded with the necessary motor and aviation gasoline. It is headed for Buenos Aires and should arrive there on the 5th or 6th of April.

EO 12958 3.4(b)(1)-25Yrs
(C)

[REDACTED]

(Messrs. Bundy and Dungan, following the meeting, said that they had taken exception to the Navy's order to its task force which had placed the movement clearly within the contingency plan for Brazil. They felt that this was an unnecessary security hazard.)

EO 12958 6.1(c)-25Yrs

[REDACTED]

Desmond Fitzgerald
Deputy Chief, WH (Special Affairs)

~~SECRET~~

COPY NO. 121
FOR THE ASSISTANT DIRECTOR
FOR REPORTS AND ESTIMATES

45422

STANDARDIZATION-OF-ARMS PROGRAM IN THE WESTERN HEMISPHERE

CIA HISTORICAL REVIEW PROGRAM
RELEASE IN FULL



ORE 60-49

Published 30 June 1949

FOR USE OF U.S. OFFICIALS ONLY

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

Document No. 001
~~NO CHANGE in Class.~~
 ~~DECLASSIFIED~~
~~Class. CHANGED TO TS S C~~
~~DDA Memo, 4 Apr 77~~
~~Auth: PER 811, 812, 813~~
~~Date: 23-01-78 By: 024~~

~~SECRET~~

~~SECRET~~

DISSEMINATION NOTICE

1. This copy of this publication is for the information and use of the recipient designated on the front cover and of individuals under the jurisdiction of the recipient's office who require the information for the performance of their official duties. Further dissemination elsewhere in the department to other offices which require the information for the performance of official duties may be authorized by the following:
 - a. Special Assistant to the Secretary of State for Research and Intelligence, for the Department of State
 - b. Director of Intelligence, GS, USA, for the Department of the Army
 - c. Chief, Naval Intelligence, for the Department of the Navy
 - d. Director of Intelligence, USAF, for the Department of the Air Force
 - e. Director of Security and Intelligence, AEC, for the Atomic Energy Commission
 - f. Deputy Director for Intelligence, Joint Staff, for the Joint Staff
 - g. Assistant Director for Collection and Dissemination, CIA, for any other Department or Agency
2. This copy may be either retained or destroyed by burning in accordance with applicable security regulations, or returned to the Central Intelligence Agency by arrangement with the Office of Collection and Dissemination, CIA.

DISTRIBUTION:

Office of the President
National Security Council
National Security Resources Board
Department of State
Office of Secretary of Defense
Department of the Army
Department of the Navy
Department of the Air Force
State-Army-Navy-Air Force Coordinating Committee
Joint Chiefs of Staff
Atomic Energy Commission
Research and Development Board

~~SECRET~~

~~SECRET~~

STANDARDIZATION-OF-ARMS PROGRAM IN THE WESTERN HEMISPHERE

SUMMARY

During and following World War II, plans were drawn to standardize on US models the arms of the other American republics, which were, and still are, largely of European origin. This paper considers the state of this program* without reference to its advantages and disadvantages as a matter of over-all policy.

Wartime shipments of US arms replaced only a small part of European materiel in Latin America. The standardization program has not been as yet seriously threatened by actual Latin American purchases of war materiel from non-US sources, but actual and proposed purchases and the construction in Latin America of plants for non-standard equipment is producing a condition potentially adverse to the standardization of war

*The word *program* as used in this paper with reference to Latin America covers plans and proposals for military collaboration which have never received the necessary congressional approval.

materiel. Many Latin American countries will need to make substantial purchases if they desire to replace obsolete or worn-out equipment. Although favoring US equipment, most of the Latin American countries are tending to make such purchases from non-US sources because of the following factors: lack of legal basis for US financial assistance in arms procurement; non-availability or high cost of US equipment from commercial concerns, and availability of non-standard arms without consumption of scarce dollars; increasingly aggressive European armament salesmanship; difficulty in securing US spare and replacement parts. Therefore, the realization of the standardization program will be indefinitely postponed unless standard equipment, with adequate spare-part-supply and turn-in provisions, is made available on favorable terms, and unless some arrangement is made for manufacture of standard equipment in Latin American plants.

Note: The intelligence organizations of the Departments of State, Army, Navy, and the Air Force have concurred in this report. It is based on information available to CIA as of 31 May 1949.

~~SECRET~~

~~SECRET~~

STANDARDIZATION-OF-ARMS PROGRAM IN THE WESTERN HEMISPHERE

1. Statement of the Problem.

Traditionally, the Latin American nations have looked to Europe for their arms and arms-manufacturing equipment. During and following World War II, however, a series of bilateral staff conversations with the other American republics had the effect of tentatively setting up, somewhat informally, a program for the standardization of arms in the other American republics on the basis of US models. The principal objective of this standardization was to improve the security of the Western Hemisphere by facilitating joint action. Although there were no actual commitments, many Latin American governments may have felt that the equivalent of a promise was made by the US Government. This objective was unanimously approved by a resolution of the Inter-American Defense Board. It was realized in very small part by sales of surplus military equipment under the Interim Allocation Program. The President of the US twice submitted legislation to Congress authorizing a program of military collaboration with the other American republics. Since that time, the changing international situation has dictated consideration of the relative priority of Latin American programs. Other programs for military assistance, such as that for aid to Greece and Turkey and now the military program for the North Atlantic Pact countries, have been developed. It is the purpose of this paper to survey the present situation as to the Latin American standardization program, to list forces impelling the other American republics to arms purchases, to analyze the factors favorable and unfavorable to the implementation of the standardization program, and to estimate the conditions under which this program may succeed or fail. No attempt will be made in this paper to compare the standardization-of-arms program with other similar programs which the US has been or is now undertaking, or to estimate the relative urgency of the Latin American

program from the point of view of US worldwide security interests. Neither will the standardization-of-arms program be evaluated in the light of other US security interests in Latin America, such as economic and political stability of governments, control of militant Stalinist Communist elements, the establishment of US bases in the area, and provision of access to strategic resources. Background information and supporting data will be found in the Appendix.

2. The Present Situation.

At present the bulk of the war materiel on hand in Latin America is still of old European origin. Shipments under Lend-Lease and distributions under the Interim Allocation Program, under provision of the Surplus Property Act of 1944, resulted in the acquisition of a substantial quantity of US equipment by Latin American armies, navies, and air forces, though not enough to affect, with the possible exception of Brazil, more than a small fraction of the military forces. Up to the present the Latin American countries, with the exception of Argentina and the Dominican Republic (see Appendix), have not made large enough postwar purchases of military equipment from sources other than the US (or from sources within the US by legal or illegal acquisitions of non-standard weapons) to affect seriously the standardization-of-arms program. Most of the Latin American armament purchases have been comparatively small, made either to replace worn-out equipment or to supplement local manufacture of foreign-type small-arms, and the replacement of a few thousand pistols and rifles would not present the problem, physically or financially, that even one bomber aircraft or one destroyer does.

Various Latin American countries have been discussing purchases from non-US sources (for example, Argentina and Chile have discussed the purchase of naval vessels from Britain) but it is not believed that firm

~~SECRET~~

~~SECRET~~

3

contracts have yet been drawn for any substantial quantity.

Important for its potentially adverse effect on the standardization program is the construction of plants for the production of non-standard materiel, which creates a problem of conversion of these plants to the production of US standard armaments in order to effect standardization. Argentina is constructing a factory to manufacture British-designed Derwent V jet-aircraft engines, and British technicians are already in Argentina to superintend the factory construction. For some time, however, Argentine "manufacturing" of these engines will probably amount only to the assembly of parts shipped from England. The Dominican Republic has under construction a small-arms factory which will produce sub-machine guns of a type completely foreign to any US equipment. The factory is being constructed under the supervision of a Hungarian and will be staffed by European technicians. The products of these factories will continue to be furnished to the armed services of the country or countries involved, thereby increasing the problem of standardization. The existence of such factories, since they are unlikely to be extensive enough to support or maintain the materiel they produce, leads to further non-US purchases to replace factory equipment and to supplement local production. During a war plants manufacturing non-standard materiel would not contribute—as would plants manufacturing standard materiel—to lessening the demand for US-type equipment.

3. Forces Impelling Arms Purchases.

Much of the materiel in Latin American armed forces is obsolete (particularly armored vehicles, medium artillery, aircraft, and naval vessels) and, as certain types of ammunition and parts are no longer available, much of the heavy materiel on hand is practically useless for combat. Therefore, the countries desiring to have their armed forces ready for use—which includes the greater number of the countries—will need to make substantial purchases to replace obsolete and useless equipment. It is true that deteriorating economic conditions in the Latin American coun-

tries will tend to restrict purchases of arms, but the generally strong political influence of the military forces in these countries will tend to overbalance practical considerations. The Latin American countries of course desire, whenever possible, to make purchases which will bring their arms and equipment in line with modern concepts.

A few purchases of modern equipment by one nation normally can be expected to lead to similar purchases on the part of most neighboring nations for their own security and prestige. Argentina's purchase of British jet aircraft has made Brazil extremely anxious to obtain jet aircraft, which will probably be purchased from the US if any are available. The Dominican Republic's purchases of arms and equipment have made its neighbors uneasy and desirous of purchasing new equipment immediately; Venezuela, for example, has discussed negotiations with England for the purchase of one light cruiser and several aircraft.

4. Factors Favorable to Standardization.

There is no question that, other things being equal, the Latin American countries would prefer to have US equipment because of (a) the conceded superiority of most US materiel, (b) the greater security of the source of supply, (c) the prestige which World War II success has added to American arms, and (d) the genuine desire of the Latin American countries to be able to make an effective joint contribution to the defense of the Hemisphere. Unfortunately, these are long-range factors; practically all immediate and short-range factors at the present time favor the purchase of non-US equipment.

5. Factors Unfavorable to Standardization.

There now exists no legal basis for achieving standardization by US financial assistance. Latin American countries are of course at present pondering this question anew in the light of public statements relative to arms and equipment for the North Atlantic Pact countries. Lend-Lease has been terminated,

~~SECRET~~

~~SECRET~~

the Interim Allocation Program has run dry, and the Inter-American Military Cooperation bill has not been passed although submitted to two sessions of Congress. As a result, the Latin American countries have become skeptical that the US will move to carry out the full standardization program in the near future. Such purchases as these countries find themselves compelled to make will, therefore, falling a radical change in the present situation, be made on the open market.

A considerable amount of new and modern US equipment—particularly army materiel—is not available for sale. Much US Army war materiel is manufactured in government arsenals, and there is no satisfactory legal basis for the sale of such equipment to Latin American countries. Commercial manufacturers capable of manufacturing standard US Army equipment generally are not authorized to manufacture and sell such equipment.

Much new and modern US equipment available from commercial concerns—aircraft, for example—is not available on terms which the Latin American countries believe they can meet. Most of these countries now lack dollar credits with which they can make armament purchases at commercial prices. Much non-US equipment is now available to the Latin American countries at prices which are, by comparison, more attractive, and in currencies in which they have more favorable balances. The existence of sterling credits, for example, is at least partly responsible for purchases from the British on the part of Argentina and other countries. There is the additional factor that non-standard arms from the European countries, as these arms are replaced by new US equipment, may find their way into Latin American countries. (A

similar situation existed in 1948 within the Hemisphere; as a result Brazil sold the Dominican Republic a substantial quantity of obsolete arms.) Therefore, such open-market purchases as are made will probably favor non-US materiel.

European arms salesmen are appearing in ever-increasing numbers in Latin America, while few US salesmen are on the scene and even fewer are able to deliver armaments on which the US armed services have standardized.

A further factor is the difficulty encountered in securing from the US spare parts and replacements—such as aircraft and engine parts—for equipment obtained from the US in recent years but now rated obsolete by the US. This difficulty has raised doubts in the minds of the Latin Americans as to the advisability of standardizing on US models, even if such items should be available at favorable prices, except with advance promise of the continued availability of spare parts.

6. Conclusions.

The above-listed factors indicate that, although the standardization program is not seriously threatened to date, its realization will be postponed for an indefinite period unless the following conditions shortly come into existence: first, availability of standard equipment at terms and prices comparable to that which would be paid for non-standard equipment; second, guarantee of sources of repair and replacement parts or of a trade-in system whereby worn-out and/or obsolete weapons may be exchanged for new; third, provision of facilities which will enable some standardized weapons to be manufactured in local plants in the Western Hemisphere countries.

~~SECRET~~

~~SECRET~~

APPENDIX

FACTS BEARING ON THE STANDARDIZATION PROGRAM

1. US Authorizations.

Upon the cessation of Lend-Lease, the only legal bases for the transfer of military equipment and supplies were the Surplus Property Acts of 1920 and 1944 providing for the disposal of military materiel declared by the US services as surplus to their needs; and certain statutes permitting the President of the US to authorize the sale of any military stores deemed damaged or unsuitable for the public service. One of these statutes, the American Republics Act (22 US Code 521-7) of 15 June 1940, also permitted the President of the US "at his discretion to authorize the Secretary of War to manufacture in factories and arsenals, or otherwise procure, coast-defense and anti-aircraft materiel, including ammunition therefor, on behalf of any American republic." These statutes, although not repealed, are, to all effects and purposes, dead as far as the shipments of war materiel to Latin American countries are concerned. They are extremely limited and restrictive in scope and were originally enacted for some specific purpose or purposes now satisfied. For instance, the Surplus Property Acts, although still on the books, are no basis for transferring arms to Latin America as the stocks of surplus items are depleted.

2. Plans and Programs.

The State, War, and Navy Departments proposed a US military-assistance program for Latin America. The purpose of it was to help the republics meet the responsibilities assumed in the 1945 Act of Chapultepec, inter-American agreements, and UN Charter. The US program included the establishment of US military missions as requested by the Latin American governments, the training of Latin American personnel in US service

schools, and the transfer of munitions. Informal exploratory discussions and bilateral staff conversations were conducted in 1944 and 1945 by the US with the Latin American governments, with the exception of Argentina, concerning the type and size of the Latin American armed forces for which US equipment would be furnished. Argentina was later included in both discussions and plans.

The Western Hemisphere Defense Program, drawn up in 1945 following the bilateral staff conversations, contemplated an armed-force strength for each country (Argentina was not included in the first program) approximately equal to that of 1945. Estimates of US materiel requirements to accomplish this objective varied from the planned allotment for Brazil (army: 6 infantry divisions, 2 cavalry divisions, 1 mountain division, and 1 armored division and supporting troops; navy: 2 light cruisers, 1 destroyer tender, 1 torpedo boat tender and 1 submarine rescue vessel; air force: 3 base units, 1 air force headquarters, 1 fighter group, 1 medium bomber group, 5 fighter squadrons, 4 training groups, 2 liaison groups, 5 communications equipment groups and some 20 communications stations) to the planned allotment for Costa Rica (1 infantry battalion combat team with supporting troops).

The Inter-American Defense Board, 9 October 1945, approved a resolution entitled *Standardization of Materiel*, in which it recommended to the governments of the American Republics "that they adopt as an immediate objective the standardization of the war materiel of the armed forces of each nation which are to be held available for joint use in the protection of this hemisphere under a regional security organization, and as an ultimate objective the full standardization of the materiel of all units of the various armed

~~SECRET~~

~~SECRET~~

6

forces and of the facilities for its production". Particularly significant is the inclusion of "facilities for production" in this resolution. Following this recommendation and the bilateral staff conferences, the President of the US, in 1946 and again in 1947, sent to Congress a bill to be entitled *The Inter-American Military Cooperation Act*, authorizing a program of military collaboration with the other American states including the training, organization, and equipment of the armed forces of these countries. The provisions of this proposed legislation authorized: (a) training in the US; (b) provision to trainees of subsistence, quarters, and other items which could be furnished in kind; (c) furnishing services, technical information, and materials necessary for maintenance of equipment in the possession of the other nations; and (d) transferring materiel. The bill specifically provided that materiel procured by the US for transfer would be paid for at not less than the cost to the US; that materiel procured for US armed forces and not declared surplus, should, if transferred, be paid for at a fair value; and that, in arranging transfers, first consideration be given to requiring the other countries in turn to transfer to the US non-standard items in their possession, payment for which by the US, at values computed on the same basis as those of US surplus equipment, could be offset against prices charged for US materiel furnished these countries. Neither in 1946 nor 1947 did Congress act on this proposed legislation.

3. Implementation.

Under Lend-Lease the US transferred to the Latin American Republics, with the exception of Argentina, military equipment and supplies amounting to some \$492.5 million in value, which includes some \$14.5 million in services and miscellaneous. Brazil and Mexico, both of which furnished expeditionary forces, were the recipients of the largest quantities of materiel.

In the absence of enabling legislation to implement the Western Hemisphere Defense Program, the Interim Allocation Program, officially terminated in June 1948, was estab-

lished in 1945 and approved by the President of the US. It provided for the transfer of certain war materiel to the Latin American republics under the Surplus Property Act. Materiel transferred to the Latin American republics totaled approximately \$133 million, a small amount of which is still on contract but undelivered. Materiel transferred under this program varied from that of Brazil (army: 1 infantry division and 1 infantry rifle company [paratroop]; air force: 4 medium bomber squadrons, 1 fighter squadron and 3 transport squadrons) to that for Costa Rica (1 infantry company less weapons platoon). The military equipment and supplies transferred under the Interim Allocation Program were based insofar as possible on the contemplated needs of the various countries as envisaged under the Western Hemisphere Defense Program and the equipment already transferred under the Lend-Lease program and Surplus Property Act.

Argentina, which had not been permitted to participate in Lend-Lease, or in the early stages of the Interim Allocation Program, was subsequently brought into the proposed arms-standardization program. Under the Surplus Property Act of 1944, Argentina acquired 12½ batteries of 90 mm antiaircraft artillery and other miscellaneous equipment, and under the terms of the American Republics Act (22 US Code 521-7) it has acquired to date \$1,276,660 of miscellaneous arms and equipment.

4. Non-standard Purchases.

Non-US purchases by Argentina and the Dominican Republic up to 1 January 1949 have been of sufficient magnitude to affect the standardization-of-arms program. In the case of Argentina, the air force, when present purchases now in the process of delivery are completed, will have 142 British and 43 Italian modern combat aircraft, 130 British and 90 Italian modern training aircraft, 74 US obsolete combat aircraft and 36 US obsolete and obsolescent training aircraft, in an air force totaling 850 aircraft (including those on order), of which 140 are at present Argentine-manufactured. These figures do not include administrative aircraft nor the aircraft that

~~SECRET~~

~~SECRET~~

Argentina will produce in 1949. The Argentine aircraft production, both in design and type, has been influenced more by England than by any other country. The Dominican Republic's naval purchases since World War II have resulted in the Dominican Republic's having only 2 US vessels (frigates) in a mod-

ern naval force, the major vessels of which include 5 Canadian corvettes, 4 frigates (2 Canadian), and 2 British destroyers. The Dominican Republic's air force now has 70 US training and obsolete combat aircraft and 15 British surplus-type combat aircraft with 5 British surplus-type combat aircraft on order.

~~SECRET~~

G/SI

1949 JUL 5 13 58

RECEIVED

1949 JUL 05 10 48

01575001

~~SECRET~~